



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O impacto da COVID-19 nas
Key Audit Matters
das empresas do PSI

Ana Sofia Saraiva da Cunha Barbosa da Silva

Católica Porto Business School
dezembro 2022



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O impacto da COVID-19 nas
Key Audit Matters
das empresas do PSI

Trabalho Final na modalidade de Dissertação apresentado à Universidade
Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Auditoria e
Fiscalidade

por

Ana Sofia Saraiva da Cunha Barbosa da Silva

sob orientação de
Professor Manuel Ricardo Fontes da Cunha

Católica Porto Business School
dezembro 2022

“The way to get started is to quit talking and begin doing”

Walt Disney

Agradecimentos

Porque o caminho se faz caminhando, quero agradecer a todos os que, direta ou indiretamente, me ajudaram e motivaram ao longo deste ano que foi, sem dúvida, o ano mais desafiante dos meus 23 anos. Assim agradeço:

- Ao meu avô, Joaquim Cunha, por sempre me desafiar a fazer mais e melhor, por acreditar em mim e por ser o grande exemplo da minha vida;
- Ao meu namorado, por tudo e por tanto, mas em especial por me fazer acreditar quando eu já não acreditava;
- À minha família (pais, avós, padrinhos e primos), por me apoiarem em todos os momentos;
- Aos meus colegas e amigos por todo o apoio moral, disponibilidade e empatia (ao Júnior porque sem ele esta tese nem tinha começado, à Catarina por nunca me deixar procrastinar, e a tantos outros que de várias formas, me incentivaram a terminar esta etapa);
- À PwC por me integrar no mundo do trabalho, pelas pessoas que me fez conhecer e por me encorajar a terminar esta etapa académica.

Resumo

Um dos mais recentes e mais gravosos acontecimentos experienciados nas últimas décadas foi a eclosão da doença da COVID-19, no início de 2020. Esta pandemia revolucionou o modo como cada cidadão vive, cada empresa opera, cada governo dirige. Os impactos socioeconómicos sentidos foram transversais a todos os continentes e instalou-se uma crise financeira sem precedentes.

Deste modo, o principal objetivo deste trabalho consiste na identificação dos impactos da pandemia da COVID-19 nas empresas do Portuguese Stock Index (PSI) à luz da ISA 701 – Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente.

O estudo teve como base o quadro relativo às *Key Audit Matters* presente nas Certificações Legais das Contas (CLCs) divulgadas nos Relatórios e Contas de 2018 a 2021 das empresas que constituíram o PSI durante esse mesmo período.

Em termos de resultados, conclui-se que a COVID-19 influenciou não só a performance do trabalho de auditoria, mas também a abordagem do auditor às *Key Audit Matters* das empresas do PSI. Algumas das alterações foram a preferência por abordagens mais analíticas em prol de outras mais substantivas bem como maior ceticismo profissional aquando da análise de modelos e de pressupostos subjetivos com grau de incerteza elevado adotados pelo órgão de gestão. No entanto, considerando as KAMs divulgadas no relatório do auditor entre 2018 e 2021, não se verificam alterações significativas.

Palavras-chave: COVID-19, PSI, Matérias Relevantes de Auditoria, ISA 701.

Número de palavras: 10 140

Abstract

One of the most recent and troubling events experienced in recent decades was COVID-19, at the beginning of 2020. The pandemic has revolutionized the way every citizen lives, every company operates, every government runs. The socio-economic impacts were felt across all continents and an unprecedented financial crisis was ensued.

Thus, the main objective of this work is to identify the impacts of the COVID-19 pandemic on Portuguese Stock Index (PSI) companies considering ISA 701 – Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor’s Report.

The study was based on the table related to Key Audit Matters present in the Independent Auditor’s Report disclosed in the Reports and Accounts from 2018 to 2021 of the companies that constituted the PSI during that same period.

In terms of results, this study concludes that COVID-19 influenced not only the performance of the audit work, but also the auditor's approach to the Key Audit Matters of the PSI companies. Some of the changes were the preference for more analytical procedures in favor of more substantive ones, as well as greater professional skepticism when analyzing models and subjective assumptions with a high degree of uncertainty adopted by management. However, considering the KAMs disclosed in the auditor's report between 2018 and 2021, there are no significant changes.

Keywords: COVID-19, PSI, Key Audit Matters, ISA 701.

Word count: 10 140

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	ix
Abstract.....	xi
Introdução.....	xv
Capítulo 1 - Enquadramento Macroeconómico – COVID 19	19
Capítulo 2 - Impactos da COVID-19 na auditoria.....	22
Capítulo 3 - Enquadramento Normativo – ISA 701	25
Capítulo 4 - Metodologia	33
Capítulo 5 - O PSI – Evolução Histórica	35
Capítulo 6 - Análise e interpretação dos dados.....	38
Conclusão.....	45
Bibliografia.....	48
Apêndice I.....	61

Índice de Tabelas

FIGURA 1 - Distribuição de casos confirmados a nível mundial.....	19
TABELA 1 - Evolução histórica do peso dos títulos de cada entidade na carteira do PSI entre 2018 e 2022	36
TABELA 2 - Distribuição percentual por subcategoria das entidades que compõe o PSI entre 2018 e 2022	37
TABELA 3 - Conclusões extraídas das CLCs relativas às demonstrações financeiras de 2019 das empresas do PSI	39
TABELA 4 - Conclusões extraídas das CLCs relativas às demonstrações financeiras de 2020 e 2021 das empresas do PSI	40
TABELA 5, 6 & 7 - Síntese das KAMs apresentadas nas CLCs das empresas do PSI entre 2018 e 2021	42

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

BdP – Banco de Portugal

CLC – Certificação Legal das Contas

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CNCC – Compagnie Nationale des Commissaires aux Comptes ou Institute of Statutory Auditors in France

CRP – Constituição da República Portuguesa

FRC – Financial Reporting Council

GAT – Guias de Aplicação Técnica

ICAE – Institute of Chartered Accountants in England and Wales

IOSCO – The International Organization of Securities Commissions

ISA - International Standard on Auditing ou Norma Internacional de Auditoria

KAM – Key Audit Matter ou Matéria Relevante de Auditoria

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PME – Micros, pequenas e médias empresas

PSI - Portuguese Stock Index

RDM – Risco de Distorção Material

Introdução

Em março de 2020 foi declarada como pandemia a disseminação da doença provocada pelo novo coronavírus e, desde então, todos os paradigmas foram alterados. Esse ano foi marcado por sucessivos confinamentos e paralisações prolongadas na maioria dos setores empresariais, colocando muitas empresas em severas dificuldades económicas. O impacto da pandemia foi sentido nos anos seguintes, com a maioria das organizações a vivenciar vários níveis de incerteza. Ninguém podia prever, com precisão, o que o futuro reservava (Dancey, 2020, p.1).

O objetivo primordial deste trabalho reside em justapor o subtema, que é a COVID-19, para o contexto da auditoria, mais concretamente, para a norma internacional de auditoria em análise: a ISA 701. A grande problemática será ilustrar o enquadramento da pandemia da COVID-19 nas Matérias Relevantes de Auditoria, parágrafos de ênfase e incerteza material relativa à continuidade e se influenciou as existentes ou gerou novas *Key Audit Matters*.

De forma a concretizar o objeto em análise, o tema foi aplicado às empresas do *Portuguese Stock Index (PSI)*, por se considerar que são as entidades cotadas em bolsa que melhor representam a economia portuguesa e pela maior transparência e disponibilidade da informação. A análise será efetuada num horizonte temporal de quatro anos, 2018 a 2021, de forma a conseguir identificar os efeitos da COVID-19 nas KAMs. Isto será possível tendo em conta que 2018 foi o último ano pré-pandemia e 2021 foi o ano marcado pela retoma da atividade.

Este trabalho será estruturado em seis capítulos. Primeiramente, no capítulo 1, é feito um enquadramento macroeconómico, nomeadamente, uma breve descrição de como a COVID-19 surgiu em Portugal e no Mundo. No capítulo 2 e 3 é efetuada a revisão da literatura, de forma a identificar os principais impactos da COVID-19 na auditoria e enquadrar o normativo aplicável à questão de investigação. No capítulo 4 apresenta-se a metodologia adotada na elaboração deste trabalho. No capítulo 5, expõe-se a evolução do PSI e, no capítulo 6, são enumerados os principais resultados e conclusões. Deste modo, pretende-se concluir se a COVID-19 foi ou é uma KAM, se influenciou as já existentes e quais os principais impactos da pandemia na secção das *Key Audit Matters* das empresas do PSI.

Capítulo 1

Enquadramento Macroeconómico – COVID 19

A 31 de dezembro de 2019, o escritório da OMS na China foi informado sobre casos de pneumonia desconhecida detetados na cidade de Wuhan, na China. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a doença da COVID-19 como pandemia com a justificação dos “níveis alarmantes de propagação e inação”. Por esta altura, existiam mais de 110 000 casos de infeção distribuídos por 114 países. A dezembro de 2022 registam-se quase 640 000 000 de casos confirmados em todo o mundo, dos quais mais de 264 000 000 surgiram na Europa (OMS, 2022)

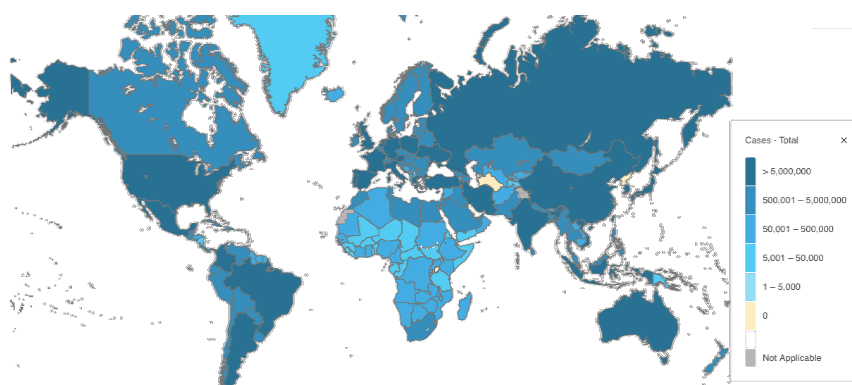


FIGURA 1
Distribuição de casos confirmados a nível mundial
Fonte: OMS, 2022

A 18 de março de 2020, o Chefe de Estado Português, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, decretou, pela primeira vez em democracia, o estado de emergência: “regime previsto na Constituição que permite suspender o exercício de alguns direitos, liberdades e garantias em situações de catástrofe”, com o fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

Consequentemente, como forma de prevenir a transmissão do vírus, a população portuguesa sofreu uma suspensão parcial dos seus direitos, liberdades e garantias (artigo 19º, número 3 CRP ¹), nomeadamente o direito de deslocação e fixação no território nacional, de propriedade e iniciativa económica privada, dos trabalhadores, de circulação internacional, de reunião e de manifestação, de liberdade de culto na sua dimensão coletiva e de resistência (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020). Num mundo global como o que se vive atualmente, estas medidas são extremamente lesivas e com um impacto nível socioeconómico transversal a todos os países, indústrias e cidadãos.

Assim, no decorrer de 2020 e 2021 verificaram-se, em Portugal, vários avanços e recuos na implementação dos estados previstos na Lei de Bases da Proteção Civil (estado de alerta, contingência ou calamidade) e na Constituição da República Portuguesa (estado sítio ou de emergência). Algumas das medidas implementadas a nível nacional foram: i) apoios extraordinários para a manutenção do contrato de trabalho, ii) concessão de moratórias, iii) criação de linhas de crédito e iv) suspensão de pagamentos de obrigações fiscais e contributivas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020).

António Guterres, secretário-geral da ONU, defendeu que a sociedade atual está a atravessar a pior crise económica e sanitária dos últimos 90 anos. Segundo o relatório da ONU, o confinamento afetou direta e indiretamente 2,7 mil milhões de trabalhadores, tendo sido o aumento do desemprego o impacto um dos fatores socioeconómicos mais disruptivos.

Em 2020, a economia mundial recuou 4,3%, uma queda 2,5 vezes superior à registada durante a crise financeira de 2009 (ONU, 2021). Estima-se que, devido às paralisações económicas resultantes da pandemia, as economias desenvolvidas recuaram 5,6% e as dos países em desenvolvimento 2,5%. No caso de Portugal, a economia portuguesa contraiu 8,4% maioritariamente devido à quebra no consumo privado aliado a intensas reduções nas exportações de bens e serviços (INE, 2021).

¹ Artigo 19º - Suspensão do exercício de direitos número 3 da Constituição da República Portuguesa: “O estado de emergência é declarado quando os pressupostos referidos no número anterior se revistam de menor gravidade e apenas pode determinar a suspensão de alguns dos direitos, liberdades e garantias suscetíveis de serem suspensos”.

No entanto, esta tendência sofreu alterações em 2021. Segundo o boletim económico de junho de 2021 do Banco de Portugal, a economia portuguesa cresceu 4,9% em 2021, aproximando-se dos valores pré-pandemia. Esta trajetória de recuperação reflete o controlo da pandemia e avanços no processo de vacinação, com efeitos positivos sobre a confiança dos cidadãos e recuperação do consumo privado e do investimento (BdP², 2021). As perspetivas são de desaceleração do crescimento verificado em 2021 e 2022, e uma estabilização em 2023 e 2024 (BdP³, 2022).

² Boletim económico de outubro de 2021

³ Boletim económico de junho de 2022

Capítulo 2

Impactos da COVID-19 na auditoria

As demonstrações financeiras auditadas, juntamente com as divulgações de suporte, formam a base do conjunto de informações específicas da empresa disponíveis para investidores e reguladores (Bushman & Smith, 2005). O objetivo da auditoria consiste na emissão de uma opinião independente sobre se as demonstrações financeiras estão, em todos os aspetos materiais, conforme o referencial de relato financeiro aplicável, de forma a aumentar o grau de confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras (ISA 200 §3).

A responsabilidade do auditor consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro e emitir um relatório onde conste a opinião do auditor (ISA 320 §A1). Deste modo, o auditor deve conceber e executar procedimentos de auditoria para obter prova de auditoria suficiente e apropriada que lhe permita extrair conclusões razoáveis sobre as quais baseia a sua opinião (OROC, 2020).

O cenário pandémico que se instalou em março de 2020 teve consequências em todos os setores e o ambiente vivido era de plena incerteza. Assim, os utilizadores poderão ter incidido no relatório do auditor um maior suporte para as suas decisões económicas (IOSCO, 2020), pois este é único instrumento para os auditores comunicarem o resultado da auditoria a terceiros (Klueber et al., 2018).

Tendo em conta que as consequências da pandemia influenciaram a atividade e performance económico-financeira das empresas - e que estes impactos não foram sentidos de forma harmonizada em todos os setores - foi necessário reavaliar as áreas que envolvem julgamentos e estimativas, (mensuração ao justo valor dos ativos e

passivos; imparidades no valor recuperável de ativos; provisão para créditos de cobrança duvidosa; o efeito do incumprimento de acordos com condições contratuais dispendiosas, etc.) (Santos et al., 2020).

A COVID-19 gerou uma imperativa necessidade de reflexão sobre o conhecimento da entidade, dos seus processos, do sistema de controlo interno e do modelo de negócio e conseqüente entendimento sobre a adaptação do sistema de controlo interno e reavaliação do nível de confiança a depositar em controlos que ora foram suspensos ora apenas aplicados durante um determinado período. Este conhecimento é essencial para que o auditor possa efetuar uma auditoria adequada (Arens, 2017), pois necessita de ponderar até que ponto a informação que detém sobre auditorias anteriores é válida e aplicável e, no momento de formulação das suas expectativas analíticas, considerar se é possível efetuar uma comparação linear com a informação anterior (OROC, 2020).

Em certos casos tal reflexão e discussão com o cliente ficou comprometida devido ao facto de o Decreto n.º 2-A/2020 do Diário da República n.º 57/2020 ter implementado regras de teletrabalho obrigatório. Assim e tendo em vista que a auditoria prima pelo contacto direto com o cliente e confidencialidade da prova de auditoria recolhida, o trabalho remoto não era, de forma alguma, frequentemente utilizado pelos auditores. A obtenção de prova de auditoria suficiente e apropriada é de extrema importância para os trabalhos de auditoria, pois suportam a opinião e o relatório do auditor (ISA 500 §A1). Deste modo, dadas as limitações no acesso à informação e instalações de clientes verificaram-se condicionantes à obtenção da mesma e, portanto, foi necessário conceber e executar procedimentos alternativos que sejam adequados para obter prova de auditoria relevante e fiável (ISA 500 §6 e 7).

Logo na fase inicial da auditoria foi necessário reavaliar a estratégia de auditoria, redefinir o Risco de Distorção Material (RDM) e avaliar se os procedimentos em vigor são suficientes e apropriados para mitigar os novos riscos identificados decorrentes da COVID-19, bem como garantir que os impactos esperados à data estavam refletidos na informação financeira e não financeira da entidade (OROC, 2020). O RDM consiste no risco de as demonstrações financeiras estarem materialmente distorcidas anteriormente à auditoria (ISA 200 §13). Quanto maior o RDM ao nível da asserção maior será o julgamento profissional envolvido no planeamento e realização da auditoria e, portanto, mais persuasiva deverá ser a prova de auditoria (maior quantidade, fiabilidade e relevância) para sustentar a sua opinião (Figueiredo, 2015).

Ao nível do agravamento do risco de fraude, salienta-se a prestação de informações falsas ou adaptadas para candidatura a apoios estaduais ou contratualização de novos financiamentos, bem como maior suscetibilidade a ataques informáticos devido ao teletrabalho e facilitação dos acessos remotos. Simultaneamente, à adoção do *lay-off* pode estar implicada a interrupção de controlos relativos ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. O ceticismo profissional deve ser reforçado e deve existir uma adaptação dos procedimentos de auditoria para garantir uma cobertura apropriadas destes riscos (OROC, 2020).

As demonstrações financeiras são, em regra, preparadas no pressuposto que a entidade se irá manter em continuidade e manterá as suas atividades num futuro previsível (ISA 706 §2). O auditor tem que angariar prova de auditoria suficiente e apropriada (ISA 706 §6) para, e tendo em conta os riscos identificados, proceder a uma apreciação da avaliação do órgão de gestão sobre a continuidade do negócio da entidade auditada; identificar as suas perspetivas económicas e os riscos e impactos diretos da propagação da COVID-19 no exercício da sua atividade; garantir a correta divulgação nas demonstrações financeiras e medidas implementadas para fazer face a esses novos riscos identificados. Alguns dos impactos a ter em conta são, por exemplo: os negócios e transações das entidades auditadas (que podem ser afetados dada a sua exposição a mercados com maior risco ou a setores económicos onde a infeção por COVID-19 tem efeitos mais notórios); as interrupções do circuito económico; as limitações de fornecimento de bens e serviços (dificuldade de os fornecedores fazerem chegar as encomendas); os incumprimentos contratuais (aumento dos tempos médios de recebimento); a diminuição de receitas e de liquidez (fluxos de caixa e resultados negativos); a adesão às moratórias e dificuldade de renovação das linhas de crédito (CMVM, 2020).

Quanto maior a transparência e detalhe dos impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras de uma entidade, menor a probabilidade de o auditor emitir uma opinião modificada (Accountancy Europe, 2020). Pode ser recomendado incluir um parágrafo adicional no relatório do auditor, referindo que as demonstrações financeiras foram aprovadas com base na informação disponível na data de aprovação das contas e no contexto atual da crise sanitária provocada pela COVID-19 (CNCC, 2020).

As implicações da COVID-19 no relatório do auditor podiam incluir:

- uma matéria relevante de auditoria quando associada a áreas com RDM elevado ou riscos significativos elevados (ISA 315 revista), áreas com julgamentos significativos ou de grande complexidade, desde que não exista incerteza material acerca da continuidade da entidade;
- um parágrafo de ênfase, quando é importante alertar os utilizadores para a relevância de um evento significativo na compreensão das demonstrações financeiras (ISA 706 §7), desde que não tenha sido constituída uma matéria relevante de auditoria;
- uma opinião não modificada com um parágrafo próprio sobre incerteza quanto à continuidade nas demonstrações financeiras;
- uma opinião com reservas (reserva por desacordo) ou escusa de opinião devido a uma limitação de âmbito quando não foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada ou devido a divulgações inadequadas ou inexistentes (Accountancy Europe, 2020).

É esperado que cada assunto seja tratado em um único local do relatório. Assim, se determinado aspeto foi objeto de reserva, é esperado que tal seja explicado no parágrafo correspondente de modo completo e não exposto por partes utilizando outras secções do relatório (OROC, 2020).

Caso a COVID-19 seja um tema fundamental na compreensão da posição da entidade deve ser constituído um Parágrafo de Ênfase, de acordo com a ISA 706 ou, nos casos em que tenha exigido grande esforço e atenção do auditor, deve ser considerada uma Matéria Relevante de Auditoria, de acordo com a ISA 701 (ICAE, 2020). De acordo com a ISA 570, um Parágrafo de Ênfase não substitui uma Opinião Modificada quando existe incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade de uma entidade continuar em continuidade.

Deste modo, e para as demonstrações financeiras de 2019, o consenso era de que a COVID-19 fosse abordada como um evento subsequente não ajustável (Gould, S., & Arnold, 2020). Antes de 31 de dezembro de 2019, a única informação conhecida era que a China tinha emitido uma notificação do vírus à OMS a 30 de dezembro (OROC,

2020), não havendo evidência de que o vírus fosse ter impacto na economia mundial. A escalada para se tornar uma pandemia global não ocorreu até 31 de dezembro de 2019, portanto, a COVID-19 deveria ser considerada um evento subsequente não ajustável (Carlson & Wei, 2020). Assim, e tendo em conta que a calendarização dos trabalhos de auditoria relativas às demonstrações financeiras de 2019 foi, na generalidade dos casos, posterior à chegada da pandemia a Portugal, a COVID-19 foi frequentemente mencionada como um parágrafo de ênfase (Gerald, 2021). A OROC, na sua orientação técnica de março de 2020, defende ainda que nos casos em que as DFs ainda não tenham sido aprovadas deve-se ponderar a inclusão de uma divulgação o mais detalhada possível sobre os efeitos potenciais que a pandemia possa provocar e uma reafirmação pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade baseada no melhor conhecimento adquirido até ao momento.

Para as demonstrações financeiras posteriores a 31.12.2019, a COVID-19 foi um evento do período atual que afetou a atividade da maior parte das entidades e, portanto, foi necessário avaliar a continuidade da mesma para determinar quais os desenvolvimentos a divulgar quer nas demonstrações financeiras quer no relatório do auditor. Algumas das áreas a ter especial atenção são (Gould & Arnold, 2020 e CMVM, 2020):

- mensuração ao justo valor;
- imparidade de ativos não correntes;
- perdas de crédito esperadas e rédito de contratos com clientes (incumprimentos e aumento dos tempos médios de recebimento);
- instrumentos financeiros de cobertura;
- negócios e transações das entidades auditadas (que podem ser afetados dada a sua exposição a mercados com maior risco ou a setores económicos onde a infeção por COVID-19 tem efeitos mais notórios);
- interrupções do circuito económico e limitações de fornecimento de bens e serviços (dificuldade de os fornecedores fazerem chegar as encomendas);
- diminuição de receitas e de liquidez (fluxos de caixa e resultados negativos);
- adesão às moratórias e dificuldade de renovação das linhas de crédito.

Capítulo 3

Enquadramento Normativo – ISA 701

Tendo em vista que melhorar os relatórios de auditoria deve ser uma prioridade dos reguladores e auditores (Goicoechea et al., 2021), foi desenvolvida a ISA 701, aplicável às auditorias de demonstrações financeiras relativas a períodos posteriores a dezembro de 2016. Países como a Holanda e o Reino Unido procederam à aplicação antecipada da norma, o que permitiu a construção de uma base para os restantes países (Percy, 2015).

O objetivo do *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) com a introdução da norma *ISA 701– Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente*, é aumentar o valor comunicativo do relatório do auditor proporcionando maior transparência da auditoria para os utilizadores das demonstrações financeiras (ISA 701 §2).

Para tal, o auditor deve identificar as matérias, diretamente relacionadas ou não com as demonstrações financeiras que, na opinião e julgamento profissional do auditor são as de maior relevância do período, que têm maior RDM ou riscos significativos associados ou que exigiram maior julgamento do auditor relativos a áreas das demonstrações financeiras que envolvam julgamentos significativos do órgão de gestão (estimativas e níveis de incerteza elevada) ou ainda acontecimentos e transações significativos identificados (ISA 701 §9). Estas

matérias são as Matérias Relevantes de Auditoria (KAMs) ou *Key Audit Matters* (KAMs).

De acordo com o Guia de Aplicação das ISA, a comunicação das KAMs é:

- Obrigatória para todas as Entidades de Interesse Público (EIP) – entidades cotadas;
- Voluntária para entidades que não sejam EIP e o órgão de gestão solicite essa comunicação no relatório de auditoria ou quando o auditor considerar apropriado tal comunicação;
- Proibida:
 - Como substituto de divulgações nas demonstrações financeiras;
 - Como substituto do relato de uma incerteza material relativa à continuidade;
 - Como opinião separada sobre matérias individuais;
 - Como substituto da expressão de uma opinião modificada;
 - Quando o auditor expressa uma escusa de opinião.

De entre todas as matérias comunicadas ao órgão de governação (e de acordo com a ISA 260), o auditor deve considerar as que exigiram atenção significativa e selecionar as de maior significado na auditoria do período corrente como KAMs. Nas raras situações em que o auditor estiver obrigado a comunicar KAMs e conclua que não estas não existem, deve escrever uma declaração nesse sentido. Por contrapartida, podem existir inúmeras KAMs e, em tais situações, o auditor tem de ponderar se a divulgação integral não irá reduzir a eficácia e valor informativo da CLC (Figueiredo, 2015).

A crescente sofisticação dos mercados e complexidade da linguagem das demonstrações financeiras e suas divulgações, levam a que os relatórios de auditoria sejam cada vez mais um instrumento fundamental para as decisões económico-financeiras dos utilizadores (Goicoechea et al., 2021). Assim, estes exigem informações adicionais nos relatórios de auditoria, como a secção das KAMs, de forma a melhorar a capacidade de compreensão das demonstrações financeiras, através da identificação das áreas de maior foco na auditoria em torno dos riscos (FRC, 2015) e dos temas em que o auditor estabeleceu um diálogo importante com os encarregados de governação. Sirois et al. (2016) defendem que as KAMs influenciam a forma como os utilizadores consultam as demonstrações

financeiras. Assim, e para aqueles com menos conhecimento técnico, a presença das KAMs acabam por servir de guia para direccionar os utilizadores para as matérias que lhe possam conferir mais interesse (Sirois et al., 2018). Os investidores não profissionais são mais influenciados por uma CLC que contém a secção das KAMs do que quando leem um relatório *padrão*, sem a secção referida (Christensen et al., 2014). No entanto, existe uma preocupação de que alguns usuários possam confiar inadequadamente em tais informações do relatório de auditoria como um substituto para a leitura das demonstrações financeiras (IAASB 2012) ou ainda que os utilizadores deixam de prestar atenção às matérias que não foram divulgadas como KAMs (Sirois et al., 2018).

As áreas que exigem especial atenção do auditor são, em regra, áreas complexas e de julgamento significativo do órgão de gestão e, conseqüente, do auditor. Tal afeta a estratégia global de auditoria, a alocação de recursos e o grau de esforço de auditoria em relação a estas matérias. Por vezes, as áreas que exigem especial atenção são de tal forma complexas que exigem o envolvimento de membros mais experientes ou até mesmo peritos ou especialistas (Figueiredo, 2015). De acordo com um estudo que envolveu mais de 150 CLCs, os cinco riscos mais reportados na secção das KAMs foram imparidade de ativos e de goodwill, impostos, *management override of controls* (MOC) e fraude no reconhecimento do réditto (Percy, 2015).

De acordo com a ISA 701, a apresentação das KAMs no relatório do auditor é uma questão de julgamento profissional. Pode ser por ordem de importância, ou por ordem de apresentação nas demonstrações financeiras. Segundo o Guia de Aplicação das ISA, é expectável que o número de KAMs a incluir na Certificação Legal das Contas seja tanto maior quanto a dimensão e complexidade da natureza do negócio, bem como dos factos e circunstâncias do trabalho de auditoria. Desta forma, quando são identificados vários factos e circunstâncias como potenciais KAMs, maior é a probabilidade de o auditor ter de reconsiderar as mesmas ao longo do trabalho, pois apenas devem constar nesta secção as de maior importância. Assim, existem considerações adicionais a ter em conta aquando da determinação das KAMs (ISA 701 §A29):

- Acontecimentos e transações com um efeito significativo nas demonstrações financeiras ou que coloquem em risco a continuidade da entidade;

- Materialidade e importância da matéria para a compreensão das demonstrações financeiras pelos utilizadores;
- Complexidade, subjetividade e natureza contabilística subjacente em comparação com as entidades da mesma indústria;
- Natureza e materialidade das distorções corrigidas a nível qualitativo e quantitativo e das não corrigidas acumuladas devido a fraude ou erro;
- Natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar a matéria a nível de conhecimentos e competências especializadas necessários e consultas feitas fora da equipa de auditoria;
- Gravidade das deficiências de controlo encontradas;
- Alterações na estratégia ou modelo de negócios da entidade;
- Adoção de novas políticas contabilísticas ou emergentes;
- Circunstâncias económicas que dificultaram a obtenção de evidência.

As KAMs devem dizer respeito apenas à auditoria do período corrente, ainda que possam ser feitas referências aos valores e informação comparativa. Ainda assim, é importante salientar que o auditor deve também analisar as KAMs identificadas em auditorias anteriores, perceber qual a evolução de cada tema e concluir sobre a pertinência das mesmas no período corrente (ISA 701 §A10). Deste modo, podem existir aspetos específicos da entidade ou do setor que levam a que as matérias se repitam.

A exposição das KAMs deve ser concisa e clara, sem utilização de termos muito técnicos, com informação útil e compreensível e evitando generalizações, de forma a garantir que os utilizadores compreendem a razão para a inclusão dessa matéria nas KAMs. O nível de detalhe da descrição é uma questão de julgamento profissional (ISA 701 §46). Alguns dos aspetos que podem ser incluídos na descrição de uma KAM são: as principais observações; a abordagem adotada; a resposta aos riscos específicos de distorção material; o resumo dos procedimentos efetuados; os principais resultados alcançados; a natureza e extensão das comunicações; a contratação de peritos para avaliação de estimativas contabilísticas com elevado grau de incerteza e de instrumentos financeiros complexos (ISA 701 §A46). Não é exigível que o auditor documente a razão pela qual não considerou uma matéria comunicada aos órgãos de gestão como matéria que exigiu especial atenção, mas sim o inverso: é imperativo que o

auditor descreva a razão pela qual considerou um tema como uma Matéria Relevante de Auditoria (OROC, 2020).

Por último, e ainda que a descrição de uma KAM não corresponda a uma repetição das divulgações presentes nas demonstrações financeiras, o auditor pode considerar relevante salientar os principais aspetos das mesmas. O auditor deve ter em conta a exposição adicional desta secção, nunca esquecendo o dever de confidencialidade aquando do momento da descrição das KAMs (Dogan & Arefaine, 2017). É, por isso, importante garantir que o auditor não se torne, inadvertidamente, no prestador de informação original, isto é, informação sobre a entidade que ainda não foi tornada pública sob qualquer forma ou meio de comunicação (ISA 701 §A34). O auditor, por vezes, pode considerar ser necessário divulgar informação adicional para dar robustez sobre a sensibilidade dos pressupostos utilizados ou para explicitar o raciocínio seguido (ISA 701 §A37), desde que as consequências adversas não sejam superiores aos benefícios de interesse público (ex: sensibilidade da informação, perturbar negociações comerciais em curso, comprometer a posição competitiva ou interferir em processos judiciais) e desde que tal não esteja proibido por lei ou regulamento (ISA 701 §A52 e §A53). Em todo o caso, sempre que o auditor decide não comunicar uma matéria pode recorrer a aconselhamento jurídico ou exigir uma declaração escrita dos responsáveis de gestão (ISA 701 §A56). Por vezes, tal consideração incentiva os órgãos de governação a divulgarem eles próprios essa informação, de forma a evitar que seja o auditor a prestar informação original.

Vários têm sido os estudos realizados para avaliar importância das *Key Audit Matters* no relatório de auditoria e as opiniões são diversas. Os resultados alcançados por um estudo desenvolvido no Emirados Árabes Unidos mostram que a introdução de KAMs melhora a qualidade da auditoria, pela melhor comunicação e transparência, especialmente, em grandes empresas cotadas (Barghathi et al., 2021). Num outro estudo desenvolvido na Finlândia, conclui-se que não existiram melhorias na qualidade de auditoria, mas sim que as KAMs tiveram um efeito positivo na eficácia do trabalho de auditoria e uma melhor relação entre os auditores e o órgão de gestão (Rautiainen et al., 2021). Na mesma linha de pensamento, um estudo revelou que a introdução obrigatória da secção das KAMs levou a um aumento da transparência do trabalho de auditoria e, portanto, a um maior sentido de responsabilidade do auditor e

consequentemente, maior qualidade da auditoria (Teucher et al., 2022). Da mesma forma, Klueber et al. (2018), comprovam que quando o quadro das *Key Audit Matters* é precisa e rigorosa na identificação e divulgação dos riscos identificados e é específica da entidade, este é eficaz no combate ao risco de a gestão adotar políticas de gestão de resultados (*earnings management activities*). Quanto maior a descrição dos riscos e detalhe da abordagem de auditoria adotada, maior é a percepção de qualidade de auditoria (Kipp, 2017).

Por outro lado, vários autores apresentam críticas à própria ISA, defendendo que deveria ser obrigatória para todas as empresas auditadas e que deveriam ser incluídos mais exemplos ilustrativos, de forma a auxiliar o auditor na escrita das mesmas e evitar linguagem standard (Cordo & Fülöp, 2015). Simultaneamente, salienta-se a necessidade de maior clareza do enquadramento das *Key Audit Matters* de forma a evitar confusões com parágrafos de ênfase, de outras matérias e relativos à continuidade (Hegazy & Kamareldawla, 2021). Da mesma opinião é Percy que reconhece como maior desafio para o auditor perceber quando é que um tema não é uma KAM, pois não basta ter um número elevado ou exigir um esforço da equipa (Percy, 2015).

Capítulo 4

Metodologia

Os dois temas em análise são recentes: a ISA 701, aplicada às auditorias de demonstrações financeiras posteriores a 2015 e a COVID-19, que surgiu em março de 2020. O ponto de contacto entre os dois temas consiste numa análise das *Key Audit Matters* divulgadas pelos auditores entre 2018 e 2021. Por conseguinte, a metodologia adotada neste estudo é a qualitativa, ou seja, a recolha de informação que não se encontra expressa em números (Tesch, 1990:55). Esta abordagem procura aprofundar o conhecimento do assunto, pela construção de questões de investigação pertinentes e clara argumentação (Raupp & Beuren, 2006). O estudo pretende aprofundar esta temática e interpretar os dados, contribuindo para a literatura atual através da formalização de respostas para um tema recente com ramificações ainda desconhecidas.

Neste estudo, para a revisão da literatura serão considerados estudos e artigos científicos, recomendações da CMVM e documentos elaborados pela OROC, sem nunca olvidar os princípios e normas legais aplicáveis. O método de recolha de dados consistiu na análise das CLCs de todas as empresas constituintes do PSI nos anos em análise, de forma a evitar um enviesamento da amostra e ao mais fácil acesso e transparência da informação das empresas cotadas em bolsa.

Para a definição do horizonte temporal foram analisados quatro anos, de 2018 a 2021, por serem anos chave para este estudo:

- 2018, o último ano antes da COVID-19;
- 2019, o ano que, apesar de não contemplar a COVID-19, os relatórios dos auditores foram, na sua maioria, emitidos em ambiente pandémico;

- 2020, o ano em que a pandemia surgiu e cujos impactos foram mais sentidos, tanto a nível nacional (via apoios governamentais e alterações nos modelos de negócio das empresas) quanto internacional;
- 2021, por ser o ano em que as restrições foram findando gradualmente e a atividade foi lentamente retomando valores pré-pandemia.

Partindo dos dados apurados, pretende-se concluir quais os impactos que a COVID-19 provocou no relatório do auditor, mais concretamente no quadro das *Key Audit Matters*. Cumulativamente, será analisado se foram, ou não, incluídos outros parágrafos relevantes relacionados com a crise epidemiológica, nomeadamente parágrafos de ênfase, parágrafos próprios quanto à continuidade e emissão de opinião com reservas.

Capítulo 5

O PSI – Evolução Histórica

O *Portuguese Stock Index* foi lançado a 31 de dezembro de 1992 e, atualmente, é considerado a referência na medição do desempenho das principais empresas cotadas no mercado bolsista português (Euronext, 2022).

De acordo com o *PSI Index Family Rulebook* disponibilizado pela Euronext, o índice é revisto trimestralmente e, no mês de março é feita a revisão anual, onde são reconsideradas as empresas que compõe o índice. Existem diversos critérios que condicionam a inclusão de uma empresa no PSI, desde métricas de performance financeira específicas de cada entidade até a uma comparação com as restantes entidades cotadas. Em termos simples, uma empresa necessita de: (i) estar cotada em euros na bolsa de valores de Lisboa (Euronext Lisboa), de forma contínua; (ii) ter um mínimo de liquidez em bolsa, capturado pelo *free float velocity*⁴, de pelo menos 15%, e uma capitalização bolsista, capturado pelo *free float market capitalisation*⁵, de pelo menos 100 milhões de euros; (iii) ser uma das 18 entidades com maior capitalização bolsista, ou estar de momento no índice e ser uma das maiores 22 entidades cotadas. Para além disso, na revisão trimestral, caso uma entidade do índice ocupe uma posição abaixo da vigésima quinta posição será

⁴ O *Free Float Velocity* é um indicador que captura a liquidez dos valores mobiliários de uma determinada empresa em bolsa, ou seja, o volume regulado de transações face ao número total de ações disponíveis no mercado secundário. Especificamente, esta métrica resulta do rácio entre *velocity* (calculada pela divisão entre o número de ações negociadas e o total de ações cotadas) e o *free float factor* (calculado pela divisão entre o número de ações disponíveis para serem transacionadas pelo público e o número de ações existentes) (Euronext Index Calculation and Periodical Reviews, 2021).

⁵ O *Free Float Market Capitalisation* é um indicador que captura a dimensão de uma empresa e resulta do produto de 3 variáveis: (1) número de ações cotadas, (2) *free float factor* e (3) respetivo preço de fecho de mercado (Euronext Index Calculation and Periodical Reviews, 2021).

excluída, ainda que não seja obrigada a cumprir com o *free float velocity*. Simultaneamente, empresas que não integrem o índice podem ser incluídas nesta revisão se o respetivo ranking for, no mínimo, da décima quinta posição.

A discussão sobre a alteração do PSI começou em 2020 e, em março de 2022, a nomenclatura deste índice passou de PSI-20 para PSI, aumentando também a rigidez da metodologia, o que, em consequência, levou a uma redução das empresas constituintes (passando de 18 entidades em março de 2021, para 15 em março de 2022). Em termos das alterações de critérios, deixou de existir um número mínimo de entidades cotadas no índice (18), continuando com as 20 empresas como limite máximo. Anteriormente, as 18 empresas com melhor classificação seriam selecionadas, mesmo que para tal tivessem de ser ignorados critérios. Estas modificações visam melhorar a liquidez e a eficiência do índice, de forma a dar mais estabilidade ao PSI e garantindo que se incluem as maiores empresas cotadas portuguesas, de forma a atrair mais fundos de investimento

Deste modo, e de acordo com as estatísticas periódicas disponíveis na CMVM, as empresas constantes do PSI⁶ nos diversos anos são as que abaixo se apresentam:

		2018	2019	2020	2021	2022
Altri, S.G.P.S., S.A.	Industriais e Serviços Diversos	2,21%	▲ 3,80%	▼ 2,48%	▲ 3,85%	▼ 2,96%
Banco Comercial Português, S.A.	Financeiras	11,42%	▲ 12,10%	▼ 9,48%	▼ 8,41%	▲ 10,40%
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.	Alimentação e bebidas	2,75%	▼ 2,68%	▲ 3,67%	▲ 3,87%	▼ 3,19%
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Industriais e Serviços Diversos	2,65%	▼ 2,20%	▲ 2,86%	▲ 3,39%	▲ 3,76%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Energia e Serviços Públicos	12,15%	▲ 12,72%	▼ 11,80%	▲ 11,83%	▼ 11,75%
EDP Renováveis, S.A.	Energia e Serviços Públicos	9,21%	▼ 5,62%	▲ 10,66%	▲ 12,24%	▼ 11,92%
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	Energia e Serviços Públicos	12,16%	▼ 11,77%	▲ 13,05%	▼ 11,14%	▲ 12,27%
Greenvolt - Energias Renováveis, S.A.	Energia e Serviços Públicos					▲ 1,80%
Ibersol, S.G.P.S., S.A.	Industriais e Serviços Diversos	0,78%	▼ 0,74%	▼ 0,67%	▼ 0,66%	
Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.	Distribuição	11,76%	▲ 12,17%	▼ 11,67%	▲ 12,70%	▼ 12,44%
Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.	Construção	1,80%	▼ 1,29%	▼ 1,02%	▲ 1,12%	▼ 0,99%
NOS, S.G.P.S., S.A.	Operadores de Telecomunicações	8,18%	▲ 11,13%	▼ 8,75%	▼ 6,13%	▼ 5,47%
Novabase, S.G.P.S., S.A.	Tecnológicas			▲ 0,37%	▲ 0,45%	
Pharol, S.G.P.S., S.A.	Operadores de Telecomunicações	0,95%	▼ 0,85%	▼ 0,48%	▲ 0,70%	
Ramada Investimentos e Indústria, S.A.	Industriais e Serviços Diversos	0,54%	▼ 0,37%		▲ 0,34%	
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	Energia e Serviços Públicos	6,10%	▲ 7,07%	▲ 9,48%	▼ 8,38%	▼ 8,31%
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Industriais e Serviços Diversos	3,00%	▼ 2,68%	▼ 2,10%	▲ 2,30%	▼ 1,56%
Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.	Industriais e Serviços Diversos	0,54%	▲ 0,58%	▼ 0,39%		
Sonae, S.G.P.S., S.A.	Distribuição	5,81%	▲ 5,59%	▲ 5,91%	▲ 6,72%	▲ 7,45%
The Navigator Company, S.A.	Industriais e Serviços Diversos	7,98%	▼ 6,65%	▼ 5,17%	▲ 5,76%	▼ 5,73%

TABELA 1

Evolução histórica do peso dos títulos de cada entidade na carteira do PSI entre 2018 e 2022

Fonte: CMVM

⁶ Os pesos dos títulos na carteira do índice são obtidos com base nos elementos divulgados nos Avisos da EURONEXT a este respeitante, valorados ao preço de fecho do último dia de negociação do mês em análise.

Pela análise das Tabela 1 é possível constatar que o PSI sofreu diversas alterações ao longo dos últimos quatro anos nas empresas que o constituem:

- Em 2020, e em resultado da revisão anual (23 de março de 2020), a Novabase, S.G.P.S., S.A. passou a integrar a carteira do índice.
- A SONAE Capital, S.G.P.S., S.A. foi excluída da carteira do índice a 30 de outubro de 2020, em resultado da OPA.
- A Ramada Investimentos e Indústria, S.A. foi excluída da carteira do índice na revisão anual (23 de março de 2020), mas regressou ao índice a 21 de dezembro de 2020.
- Em resultado da revisão anual de 2022 (18 de março) foram excluídas da carteira do índice a Ibersol, S.G.P.S., S.A., a Pharol, S.G.P.S., S.A., a Novabase, S.G.P.S., S.A. e a Ramada Investimentos e Indústria, S.A. e adicionada a Greenvolt – Energias Renováveis, S.A..

Adicionalmente, e tendo em conta a Tabela 2, é possível analisar que os dois maiores setores são o da Energia e Serviços Públicos e o da Distribuição, ambos com tendência de crescimento no período em análise (de 39,6% e 17,6% em 2018 para 46,1% e 19,9% em 2022, respetivamente). Em contrapartida, o setor das Tecnológicas apenas é incluído no índice aquando da adição da Novabase, S.G.P.S., S.A. e o setor da construção, representado pela Mota-Engil S.G.P.S., S.A. tem diminuído a sua representatividade (em 2022 é de apenas 1%).

	2018		2019		2020		2021		2022
Alimentação e bebidas	2,8%	▼	2,7%	▲	3,7%	▲	3,9%	▼	3,2%
Construção	1,8%	▼	1,3%	▼	1,0%	▲	1,1%	▼	1,0%
Distribuição	17,6%	▲	17,8%	▼	17,6%	▲	19,4%	▲	19,9%
Energia e Serviços Públicos	39,6%	▼	37,2%	▲	45,0%	▼	43,6%	▲	46,1%
Financeiras	11,4%	▲	12,1%	▼	9,5%	▼	8,4%	▲	10,4%
Industriais e Serviços Diversos	17,7%	▼	17,0%	▼	13,7%	▲	16,3%	▼	14,0%
Operadores de Telecomunicações	9,1%	▲	12,0%	▼	9,2%	▼	6,8%	▼	5,5%
Tecnológicas	0,0%	■	0,0%	▲	0,4%	▲	0,5%	▼	0,0%

TABELA 2

Distribuição percentual por subcategoria das entidades que compõe o PSI entre 2018 e 2022
Fonte: Proteste Investe

Capítulo 6

Análise e interpretação dos dados

Considerando as Certificações Legais das Contas e, tendo em vista a pandemia da COVID-19, fez-se o levantamento de Parágrafos de Ênfase e Reservas entre 2019 e 2021 (ver apêndice I) e do quadro das *Key Audit Matters* entre 2018 e 2021 (ver apêndice II) para as 19 empresas em análise. Em todas as tabelas e apêndices foi aplicado um sistema de cores que consiste na sinalização a azul das menções à COVID-19.

No momento da emissão da maioria das CLCs de 2019 a envolvente era de total incerteza e desconhecimento, não existindo previsão para o fim da pandemia ou das medidas restritivas. Tendo em conta que os impactos da COVID-19 ocorreram em 2020, a pandemia foi, de um modo geral, retratada como um evento subsequente não ajustável às demonstrações financeiras de 2019, o que está concordante com a revisão da literatura.

Deste modo, e de acordo com o enunciado nas tabelas 3 e 4, verificou-se uma adoção dos Parágrafos de Ênfase em 10 das 19 CLCs e apenas uma referência à COVID-19 nas KAMs (empresa do ramo energético: Galp Energia). No entanto, das restantes nove, oito foram emitidas antes de a COVID-19 ter sido declarada como pandemia global (11 de março de 2020), não sendo expectável que pudesse abalar a economia global.

Adicionalmente, salienta-se o facto de apenas cinco entidades terem emitido opinião posteriormente à primeira Orientação Técnica sobre como a COVID-19 divulgada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (30 de março de 2020). No entanto, desde que foi decretada a pandemia, 64% das CLCs foram emitidas considerando a pandemia em um Parágrafo de Ênfase.

Nas CLCs relativas às demonstrações financeiras de 2020, apenas duas empresas, a Pharol e a Sonae Capital, apresentaram Parágrafos de Ênfase associados à COVID-19. Em contrapartida, o relatório de opinião do auditor relativo ao ano de 2020 foi marcado pela introdução da pandemia no Quadro das *Key Audit Matters* na maioria das empresas do PSI. Em linha com o ano anterior, as empresas industriais e de serviços diversos foram as mais impactadas com a COVID-19, com referências em cinco das sete empresas do ramo industriais e serviços diversos (principalmente nos CTT e Ibersol). Para além dessas, verificaram-se menções nas KAMs do BCP (financeiras), Mota-Engil (construção), NOS (telecomunicações) e Novabase (tecnológicas).

	CLC relativa às demonstrações financeiras de 2019				
	Auditora & Data emissão CLC	CLC posterior à declaração da COVID-19 como pandemia?	CLC posterior à primeira orientação técnica emitida pela OROC?	Referência à COVID-19 em Parágrafos de Ênfase ou Reservas?	Referência à COVID-19 nas KAMs?
Altri, S.G.P.S., S.A.	EY 02-04-2020	✓	✓	✓	✗
Banco Comercial Português, S.A.	Deloitte 26-03-2020	✓	✗	✓	✗
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.	EY 25-03-2020	✓	✗	✓	✗
CTT - Correios de Portugal, S.A.	KPMG 16-03-2020	✓	✗	✗	✗
EDP - Energias de Portugal, S.A.	PwC 20-02-2020	✗	✗	✗	✗
EDP Renováveis, S.A.	PwC 20-02-2020	✗	✗	✗	✗
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	EY 20-03-2020	✓	✗	✗	✓
Ibersol, S.G.P.S., S.A.	KPMG 08-03-2020	✗	✗	✓	✗
Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.	EY 04-03-2020	✗	✗	✗	✗
Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.	PwC 20-04-2020	✓	✓	✓	✗
NOS, S.G.P.S., S.A.	EY 20-02-2020	✗	✗	✗	✗
Novabase, S.G.P.S., S.A.	KPMG 16-04-2020	✓	✓	✓	✗
Pharol, S.G.P.S., S.A.	BDO 28-02-2020	✗	✗	✗	✗
Ramada Investimentos e Indústria, S.A.	EY 02-04-2020	✓	✓	✓	✗
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	EY 25-03-2020	✓	✗	✗	✗
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, S.G.P.S., S.A.	KPMG 27-03-2022	✓	✓	✓	✗
Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.	PwC 21-02-2020	✗	✗	✗	✗
Sonae, S.G.P.S., S.A.	PwC 30-03-2020	✓	✗	✓	✗
The Navigator Company, S.A.	KPMG 27-03-2020	✓	✗	✓	✗

TABELA 3

Conclusões extraídas das CLCs relativas às demonstrações financeiras de 2019 das empresas do PSI

	CLC relativa às demonstrações financeiras de 2020		CLC relativa às demonstrações financeiras de 2021	
	Referência à COVID-19 em Parágrafos de Ênfase ou Reservas?	Referência à COVID-19 nas KAMs?	Referência à COVID-19 em Parágrafos de Ênfase ou Reservas?	Referência à COVID-19 nas KAMs?
Altri, S.G.P.S., S.A.	×	×	×	×
Banco Comercial Português, S.A.	×	✓	×	✓
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.	×	×	×	×
CTT - Correios de Portugal, S.A.	×	✓	×	✓
EDP - Energias de Portugal, S.A.	×	×	×	×
EDP Renováveis, S.A.	×	×	×	×
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	×	✓	×	×
Ibersol, S.G.P.S., S.A.	×	✓	×	×
Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.	×	×	×	×
Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.	×	✓	×	×
NOS, S.G.P.S., S.A.	×	✓	×	✓
Novabase, S.G.P.S., S.A.	×	✓	×	✓
Pharol, S.G.P.S., S.A.	✓	×	×	×
Ramada Investimentos e Indústria, S.A.	×	✓	×	×
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	×	×	×	×
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, S.G.P.S., S.A.	×	✓	×	×
Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.	✓	-	✓	-
Sonae, S.G.P.S., S.A.	×	×	×	×
The Navigator Company, S.A.	×	✓	×	×

TABELA 4

Conclusões extraídas das CLCs relativas às demonstrações financeiras de 2020 e 2021 das empresas do PSI

Considerando as tabelas 4, 5 e 6 e, para maior detalhe o Apêndice II, verifica-se que o impacto da COVID-19 nas Certificações Legais das Contas foi distinto. Embora neste horizonte temporal não tenham ocorrido alterações significativas nas matérias que, no julgamento profissional do auditor, tiveram maior importância na auditoria do ano corrente, a descrição e *highlights* das mesmas foi-se transformando e adaptando à conjuntura aplicável.

Em 2019, apenas a Galp Energia mencionou a COVID-19 na secção das KAMs acerca da “*recuperabilidade de ativos não correntes de exploração e produção*”. Esta requer um elevado grau de julgamento na adoção de um conjunto de previsões económicas e de mercado com elevada incerteza, nomeadamente sobre o aumento dos preços do petróleo nos mercados internacionais causados pela pandemia.

Em 2020, o setor Industrial e Serviços Diversos, constituído por 6 entidades (Altri, CTT, Ibersol, Ramada, Semapa e Navigator), registou 10 das 18 KAMs com referência à COVID-19. Com o mesmo número total de KAMs reportadas encontra-se o setor da energia, mas apenas a Galp contemplou no seu quadro de KAMs uma referência à pandemia.

As temáticas que incluíram efeitos da pandemia são, no entanto, transversais a todos os setores. A maioria está associada à recuperabilidade do goodwill, outros ativos intangíveis (AI), ativos fixos tangíveis (AFT) e ativos por impostos diferidos (AID), bem como com a imparidade de ativos financeiros, ativos não correntes (ANC) e saldos de contas a receber de clientes. Na grande maioria dos casos, salienta-se o elevado grau de julgamento do órgão de gestão devido ao aumento da complexidade e incerteza da conjuntura pandémica e consequente incremento da dificuldade na adoção de pressupostos e expectativas de evolução futura de várias variáveis necessárias para o cálculo de estimativas.

Em 2021, ano marcado pela recuperação e retoma da atividade, registaram-se apenas sete KAMs com alusões à pandemia distribuídas por quatro empresas: BCP (três), CTT (duas), NOS e Novabase (uma). Todas elas já haviam sido elencadas no quadro das *Key Audit Matters* em anos anteriores e estão, na sua maioria, relacionadas com o aumento da incerteza e da fragilidade dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão.

TABELA 5, 6 & 7 - Síntese das KAMs apresentadas nas CLCs das empresas do PSI entre 2018 e 2021

	KAMs 2018	KAMs 2019	KAMs 2020	KAMs 2021
Altri, S.G.P.S., S.A.	Imparidade do goodwill	Imparidade do goodwill	Imparidade do goodwill	Imparidade do goodwill
	Ativos biológicos	Ativos biológicos	Ativos biológicos	Ativos biológicos
	Aquisição da EDP Bioelétrica	Adoção da IFRS 16 - Locações		Grupo de ativos detidos para a distribuição aos acionistas
Banco Comercial Português, S.A.	Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos	Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos	Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos	Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos
	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos
	Responsabilidades com pensões de reforma - principais pressupostos atuariais	Responsabilidades com pensões de reforma - principais pressupostos atuariais	Responsabilidades com pensões de reforma - principais pressupostos atuariais	Responsabilidades com pensões de reforma - principais pressupostos atuariais
	Valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda	Valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda	Valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda	Valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda
	Fundo de Resolução	Fundo de Resolução	Fundo de Resolução	Fundo de Resolução
		Contingências legais relacionadas com empréstimos concedidos pelo Bank Millennium, S.A. indexados ao Franco Suíço	Contingências legais relacionadas com empréstimos indexados ao Franco Suíço concedidos pelo Bank Millennium, S.A.	Contingências legais relacionadas com empréstimos indexados ao Franco Suíço concedidos pelo Bank Millennium, S.A.
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.	Inventários	Inventários	Inventários	Inventários
	Provisões e Contingências	Provisões e Contingências	Provisões e Contingências	Provisões e Contingências
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Reconhecimento do réditio	Reconhecimento do réditio	Reconhecimento do réditio	Reconhecimento do réditio
	Benefícios aos empregados	Benefícios aos empregados	Benefícios aos empregados - responsabilidade com cuidados de saúde	Responsabilidade com benefícios aos empregados
	Investimento no Banco CTT	Investimento no Banco CTT	Recuperabilidade do Goodwill da 321 Crédito	Recuperabilidade do Goodwill da 321 Crédito S.A.
	Plano de transformação operacional	Imparidade para crédito a clientes - crédito automóvel e locação financeira	Imparidade para crédito a clientes - crédito automóvel e locação financeira	Apuramento de perdas por imparidade no crédito
		Concessão de crédito à habitação	Concessão de crédito à habitação	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Vendas estimadas de eletricidade	Vendas estimadas de eletricidade	Vendas estimadas de eletricidade	Vendas estimadas de eletricidade
	Transações de partes de capital	Transações de partes de capital	Transações de partes de capital	Transações de partes de capital
	Recuperabilidade de ativos não correntes	Recuperabilidade de ativos não correntes	Recuperabilidade de ativos não correntes	Recuperabilidade de ativos não correntes
	Instrumentos financeiros derivados	Instrumentos financeiros derivados	Instrumentos financeiros derivados	Instrumentos financeiros derivados
	Enquadramento regulatório e legal	Enquadramento regulatório e legal	Enquadramento regulatório e legal	Enquadramento regulatório e legal
	Pensões e benefícios pós-emprego	Pensões e benefícios pós-emprego	Pensões e benefícios pós-emprego	Pensões e benefícios pós-emprego
EDP Renováveis, S.A.	Recuperabilidade de ativos não correntes	Recuperabilidade de ativos não correntes	Recuperabilidade de ativos não correntes	Recuperabilidade de ativos não correntes
	Venda de participações maioritárias em subsidiárias e outras participações em joint ventures	Venda de participações maioritárias em subsidiárias e outras participações em joint ventures	Venda de participações maioritárias em subsidiárias que não são consideradas de negócio	Venda de participações maioritárias em subsidiárias
	Instrumentos financeiros derivados	Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros derivados	Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros derivados	Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros derivados
			Acordo de Joint Venture offshore	Aquisição de negócio de distribuição e geração C2 Omega LLC
		Aquisição de negócio de energia renovável do Grupo Viesgo		

	KAMs 2018	KAMs 2019	KAMs 2020	KAMs 2021
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	Imparidade de ativos não correntes no negócio de Exploração e Produção Petrolífera	Auditoria aos saldos de abertura	Concentração das atividades de refinação em Sines: PI e provisões de encerramento	Recuperabilidade de ativos não correntes, incluindo os potenciais impactos das alterações climáticas e transição energética
	Recuperabilidade de ativos não correntes em Espanha	Recuperabilidade de ativos não correntes de exploração e produção	Recuperabilidade de ativos não correntes de upstream	Impactos financeiros relacionados com o encerramento da refinaria de Matosinhos
	Litígios e contingências fiscais	Recuperabilidade de ativos não correntes em Espanha	Recuperabilidade de ativos não correntes da rede de postos em Espanha	Implementação de um novo sistema de informação - ERP
	Successfull Efforts Method - alteração de política contabilística para reconhecimento dos dispêndios de exploração e avaliação de recursos petrolíferos	Instrumentos financeiros derivados	Instrumentos financeiros derivados	Instrumentos financeiros derivados
		Adoção da IFRS 16 - Locações	Aquisição de projetos solares em Espanha	
Ibersol, S.G.P.S., S.A.	Recuperabilidade dos AFT, goodwill e AI	Recuperabilidade dos AFT, direitos de uso, goodwill e AI	Recuperabilidade dos ativos não correntes (AFT, direitos de uso, goodwill, AI e AID)	Recuperabilidade dos ativos não correntes (AFT, direitos de uso, goodwill, AI e AID)
		Adoção da IFRS 16 - Locações	Impactos das concessões de rendas de contratos de locação	Mensuração do direito de uso e das responsabilidades com locações
Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.	Valorização de lojas próprias (AFT) e lojas arrendadas (direito de utilização)	Valorização de lojas próprias (AFT) e lojas arrendadas (direito de utilização)	Valorização de lojas próprias (AFT) e lojas arrendadas (direito de utilização)	Valorização de lojas próprias (AFT) e lojas arrendadas (direito de utilização)
	Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais	Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais	Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais	Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais
	Litígios e contingências fiscais	Litígios e contingências fiscais	Litígios e contingências legais e fiscais	Litígios e contingências legais e fiscais
		Adoção da IFRS 16 - Locações	IFRS 16 - Valorização do direito de uso	IFRS 16 - Valorização do direito de uso
Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.	Reconhecimento do rédito de contratos de construção	Reconhecimento do rédito de contratos de construção	Reconhecimento do rédito de contratos de construção	Reconhecimento do rédito de contratos de construção
	Imparidade e valorização de ativos não correntes	Imparidade e valorização de ativos não correntes	Imparidade e valorização de ativos não correntes	Imparidade e valorização de ativos não correntes
	Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades	Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades	Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades	Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades
	Valorização de inventários imobiliários e propriedade de investimento	Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento	Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento	Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento
	Provisões e Contingências	Provisões e Contingências	Provisões e Contingências	Provisões e Contingências
	Impacto nas demonstrações financeiras da qualificação de Angola como economia hiperinflacionária		Aquisições de controlo de entidades	Mais-valia decorrente da perda de controlo do negócio do Turismo no México
NOS, S.G.P.S., S.A.	Reconhecimento e mensuração do rédito dada a complexidade dos sistemas de informação e a existência de contratos com múltiplas obrigações de desempenho	Reconhecimento e mensuração do rédito dada a complexidade dos sistemas de informação e a existência de contratos com múltiplas obrigações de desempenho	Reconhecimento e mensuração do rédito dada a complexidade dos sistemas de informação e a existência de contratos com múltiplas obrigações de desempenho	Reconhecimento e mensuração do rédito dada a complexidade dos sistemas de informação e a existência de contratos com múltiplas obrigações de desempenho
	Imparidade do Goodwill	Imparidade do Goodwill	Imparidade do Goodwill	Imparidade do Goodwill
	Capitalização de gastos e aferição de vidas úteis atribuídas aos AFT, AI e encargos de contratos com clientes	Capitalização de gastos e aferição de vidas úteis atribuídas aos AFT, AI e encargos de contratos com clientes	Capitalização de gastos e aferição de vidas úteis atribuídas aos AFT, AI e encargos de contratos com clientes	Capitalização de gastos e aferição de vidas úteis atribuídas aos AFT, AI e encargos de contratos com clientes
	Reconhecimento, mensuração e divulgação de contingências de natureza fiscal, regulatória e legal	Reconhecimento, mensuração e divulgação de contingências de natureza fiscal, regulatória e legal	Reconhecimento, mensuração e divulgação de contingências de natureza fiscal, regulatória e legal	Reconhecimento, mensuração e divulgação de contingências de natureza fiscal, regulatória e legal
	Imparidade de saldos a receber	Imparidade de saldos a receber de clientes	Imparidade de saldos a receber de clientes	
		Adoção da IFRS 16 - Locações		
Novabase, S.G.P.S., S.A.	Reconhecimento do rédito	Reconhecimento do rédito	Reconhecimento do rédito	Reconhecimento do rédito
	Exposição internacional	Recuperabilidade do goodwill	Recuperabilidade do goodwill	Recuperabilidade do goodwill
	Recuperabilidade do goodwill	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos
	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos			

	KAMs 2018	KAMs 2019	KAMs 2020	KAMs 2021
Pharol, S.G.P.S., S.A.	Mensuração do investimento na Oi, S.A.	Mensuração do investimento na Oi, S.A.	Mensuração do investimento na Oi, S.A.	Mensuração do investimento na Oi, S.A.
	Mensuração do investimento em títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, S.A.	Mensuração do investimento em títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, S.A.	Mensuração do investimento em títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, S.A.	Mensuração do investimento em títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, S.A.
	Mensuração da opção de compra sobre as ações da Oi, S.A.			
Ramada Investimentos e Indústria, S.A.	Imparidade das contas a receber	Imparidade das contas a receber de clientes	Imparidade das contas a receber de clientes	Imparidade de contas a receber
	Imparidade das propriedades de investimento	Imparidade das propriedades de investimento	Imparidade das propriedades de investimento	Imparidade de Propriedades de Investimento
	Alienação da atividade de soluções de armazenagem			
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	Ativos de concessão	Ativos de concessão	Ativos de concessão	Ativos de concessão
	Desvios tarifários	Desvios tarifários	Desvios tarifários	Desvios tarifários
	Obrigações de benefícios de reforma e outros	Aquisição da Transemel, alocação do respetivo preço de aquisição e correta integração no perímetro de consolidação		
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Recuperabilidade do goodwill, outros AI e AFT	Recuperabilidade do goodwill, outros AI e AFT	Recuperabilidade do goodwill, outros AI e AFT	Recuperabilidade do goodwill, outros AI e AFT
	JV dos ativos biológicos	JV dos ativos biológicos	JV dos ativos biológicos	JV dos ativos biológicos
	Impostos e matérias fiscais	Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento
			Libano - Economia hiperinflacionária	
Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.	Recuperabilidade de AFT e de Inventários - Imóveis	Recuperabilidade de AFT e de Inventários - Imóveis	n.a.	n.a.
	Recuperabilidade do goodwill	Recuperabilidade do goodwill	n.a.	n.a.
	Reconhecimento do rédito	Adoção da IFRS 16 - Locações	n.a.	n.a.
	Recuperabilidade dos AID	Recuperabilidade dos AID	n.a.	n.a.
	Passivos Contingentes	Passivos Contingentes	n.a.	n.a.
		Instrumentos financeiros derivados	n.a.	n.a.
Sonae, S.G.P.S., S.A.	Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas, exceto Sonae Sierra	Mensuração do investimento na ZOPI, S.G.P.S., S.A.
	Imparidade de goodwill e outros ativos não correntes, exceto propriedades de investimento	Imparidade de goodwill e outros ativos não correntes, exceto propriedades de investimento	Imparidade de goodwill, AFT e AI	Imparidade de goodwill, AFT e AI
	Mensuração subsequente de propriedades de investimento	Mensuração subsequente de propriedades de investimento	Mensuração de propriedades de investimento ao JV	Mensuração de propriedades de investimento ao JV
	Litígios e contingências fiscais	Litígios e contingências fiscais	Litígios e contingências	Litígios e contingências
	Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores	Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores	Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores	Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores
	Tratamento contabilístico de transações significativas e não usuais	Adoção da IFRS 16 - Locações		Ativos financeiros ao JV
The Navigator Company, S.A.	Recuperabilidade do goodwill e AFT	Recuperabilidade do goodwill e AFT	Recuperabilidade do goodwill e AFT	Recuperabilidade do goodwill e AFT
	JV dos ativos biológicos	JV dos ativos biológicos	JV dos ativos biológicos	JV dos ativos biológicos
	Impostos e matérias fiscais	Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento

Tal como esperado, as KAMs divulgadas em 2021 são semelhantes às de 2018. Existem novas KAMs que foram introduzidas ao longo do horizonte temporal em análise fruto do decorrer da atividade de cada entidade auditada e não devido à pandemia. Deste modo, conclui-se que a COVID-19 não constituiu *per si* uma *Key Audit Matter*, mas influenciou a descrição das temáticas apresentadas, nomeadamente no que respeita ao nível de incerteza.

Assim, verifica-se uma concentração dos impactos da COVID-19 nas *Key Audit Matters* em 2019 e 2020, ainda que com implicações distintas:

- em 2019 a COVID-19 foi considerada um evento subsequente não ajustável e, portanto, verificou-se uma maior presença nos Parágrafos de Ênfase (53% das CLCs) e apenas uma KAM com referência à COVID-19.
- em 2020, a pandemia impactou diretamente a atividade da empresa e, foi necessário adaptar a estratégia e plano de auditoria, de forma a analisar com maior atenção as consequências, verificando-se assim menções na secção das KAMs (56%) em prol de apenas 2 com Parágrafos de Ênfase referentes à COVID-19.
- em 2021 considerou-se a pandemia como controlada e término da grande instabilidade e incerteza vivida no ano transato, tendo sido a COVID-19 desconsiderada quer dos Parágrafos de Ênfase quer das *Key Audit Matters* em 74% das entidades.

Conclusão

As *Key Audit Matters* possuem grande potencial para melhorar a qualidade da auditoria e, conseqüentemente, disponibilizar informação no relatório do auditor mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras. No entanto, é necessário que cada KAM seja redigida e concretizada para o contexto de cada entidade e não com uma linguagem demasiado abrangente e generalista.

A literatura existente defende que caso a COVID-19 seja um tema fundamental na compreensão da posição da entidade deve ser constituído um Parágrafo de Ênfase ou, nos casos em que tenha exigido grande esforço e atenção do auditor, deve ser considerada uma Matéria Relevante de Auditoria. Isto é quando aplicável e, segundo a ISA 701, no quadro das *Key Audit Matters* devem ser indicadas as áreas de maior relevância relativamente às matérias associadas à COVID-19 e qual a abordagem e os procedimentos de auditoria específicos que foram executados para responder a essas matérias.

Esta linha de pensamento está em linha com o que se verificou neste estudo:

- nas demonstrações financeiras de 2019 foi necessário incluir a COVID-19 como um tema fundamental a ter em conta aquando da respetiva leitura (considerado evento subsequente não ajustável);
- a auditoria às demonstrações financeiras de 2020 exigiu uma reflexão de quais as matérias que apresentavam maior risco perante o contexto pandémico e um grande esforço das equipas na avaliação da necessidade de realização de ajustamentos aos valores apresentados (ex: imparidades).

Através da análise efetuada é possível verificar que, com a pandemia foram vários os desafios na auditoria, quer na abordagem quer na performance. Este estudo, revela que, apesar de todo o turbilhão de alterações verificadas no *modus operandi* da auditoria, as temáticas apresentadas no quadro das *Key Audit Matters* das empresas do PSI não se mostraram muito afetadas pelos eventos pandémicos. O maior impacto provocado pela COVID-19 traduz-se no aumento da incerteza dos pressupostos e estimativas efetuadas pelo órgão de gestão, assim como na adoção de perspetivas futuras de crescimento e evolução das inúmeras variáveis utilizadas nos modelos implementados pelo órgão de governação, tornando-os ainda mais complexos.

A maior limitação deste estudo é a reduzida amostra: 19 empresas cotadas constituintes do índice PSI entre 2018 e 2021, o que não constitui uma amostra da realidade empresarial portuguesa. Em Portugal, e de acordo com a Pordata, em 2020, as PME's representavam 99,9% das empresas. Assim, conclui-se que ao nível dos resultados, seria interessante replicar este estudo em países em que as empresas cotadas correspondam a uma percentagem mais representativa do tecido empresarial, de forma a alargar a amostra e perceber se existem impactos provocados pela COVID-19 nos setores mais relevantes para a economia do país.

Por fim, considera-se relevante ponderar a obrigatoriedade do quadro das KAMs em todos os relatórios de auditoria. Como diz o provérbio popular, “*a prática faz o mestre*” e, provavelmente, acabar-se-ia por verificar uma melhor redação do quadro das *Key Audit Matters* e, conseqüentemente, uma melhor qualidade da informação transmitida aos utilizadores da informação, bem como numa maior reflexão e maior qualidade do trabalho de auditoria, desde a fase do planeamento e execução até à fase da conclusão.

Bibliografia

Altri, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://altri.pt/pt/investidores/relatorios-e-apresentacoes>

Altri, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://altri.pt/pt/investidores/relatorios-e-apresentacoes>

Altri, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://altri.pt/pt/investidores/relatorios-e-apresentacoes>

Altri, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://altri.pt/pt/investidores/relatorios-e-apresentacoes>

Arens, A. A., Elder, R. J., & Beasley, M. S. (2010). Auditing and assurance services. (16aEd). Pearson Global Edition

Banco Comercial Português, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/RelatorioContas.aspx>

Banco Comercial Português, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/RelatorioContas.aspx>

Banco Comercial Português, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/RelatorioContas.aspx>

Banco Comercial Português, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/RelatorioContas.aspx>

Banco de Portugal (2021). Boletim Económico dezembro 2021. Disponível em:
https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2021_p.pdf

Banco de Portugal (2021). Boletim Económico outubro 2021. Disponível em:
https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_out2021_p.pdf

Banco de Portugal (2022). Boletim Económico junho 2022. Disponível em:
https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_jun2022_p.pdf

Banco de Portugal (2022). Boletim Económico março 2022. Disponível em: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_mar2022_p.pdf

Barghathi, Yasser and Mirani, Simran and Khan, Naimat Ullah (2021). Audit quality and earnings management after communicating Key Audit Matters (KAMs) in the UAE – audacity and auditors’ perspectives. *Journal of Accounting and Management Information Systems*, 20(2), pp. 173-198. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3948958>

Bessa, Catarina (2021). Acontecimentos subsequentes: o impacto da COVID-19 nas empresas do PSI 20. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/34766>

Bushman, Robert M. and Smith, Abbie J. (2003). Transparency, Financial Accounting Information, and Corporate Governance. *Economic Policy Review*, Vol. 9, No. 1. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=795547>

Carlson, S., & Wein, O. (2020, April 3). Impact of the Coronavirus (COVID-19) Pandemic on Financial Statement Disclosures. Marcumllp. Disponível em <https://www.marcumllp.com/insights/impact-of-the-coronavirus-covid-19-pandemic-on-financial-statement-disclosures>

Casaca, Rafael (2022). Relatório de Estágio Auditoria Financeira. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/20954>

Christensen, Brant E. and Glover, Steven M. and Wolfe, Christopher J (2014). Do Critical Audit Matter Paragraphs in the Audit Report Change Nonprofessional Investors’ Decision to Invest? *A Journal of Practice & Theory*, Forthcoming, available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2318590> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2318590>

CMVM (2018). Estatísticas Periódicas: Indicadores mensais do mercado de capitais português – março 2018 Disponível em: <https://www.cmvm.pt/pt/Estatisticas/EstatisticasPeriodicas/IndicadoresMensaisDoMercadoDeCapitaisPortugues/Pages/Mar2018.aspx?shpage=IndicadoresMensaisDoMercadoDeCapitaisPortugues>

CMVM (2019). Estatísticas Periódicas: Indicadores mensais do mercado de capitais português – março 2019 Disponível em: <https://www.cmvm.pt/pt/Estatisticas/EstatisticasPeriodicas/IndicadoresMensaisDoMercadoDeCapitaisPortugues/Pages/Março2019.aspx?shpage=IndicadoresMensaisDoMercadoDeCapitaisPortugues>

CMVM (2020). Estatísticas Periódicas: Indicadores mensais do mercado de capitais português – março 2020 Disponível em: <https://www.cmvm.pt/pt/Estatisticas/EstatisticasPeriodicas/IndicadoresMensaisDoMercadoDeCapitaisPortugues/Pages/marco2020.aspx?shpage=IndicadoresMensaisDoMercadoDeCapitaisPortugues>

CMVM (2021). Estatísticas Periódicas: Indicadores mensais do mercado de capitais português – março 2021 Disponível em: <https://www.cmvm.pt/pt/Estatisticas/EstatisticasPeriodicas/IndicadoresMensaisDoMercadoDeCapitaisPortugues/Pages/Mar2021.aspx?shpage=IndicadoresMensaisDoMercadoDeCapitaisPortugues>

Cordo, G., & Fül.p, M. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. Disponível em: http://online-cig.ase.ro/jcig/art/14_1_6.pdf

Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/informacao-financieira/relatorios-anuais/>

Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/informacao-financieira/relatorios-anuais/>

Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/informacao-financieira/relatorios-anuais/>

Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/informacao-financieira/relatorios-anuais/>

CTT - Correios de Portugal, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/informacao-financieira/contas-consolidadas>

CTT - Correios de Portugal, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/informacao-financeira/contas-consolidadas>

CTT - Correios de Portugal, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/informacao-financeira/contas-consolidadas>

CTT - Correios de Portugal, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/informacao-financeira/contas-consolidadas>

Dancey, K. & Chambers R.(2020). IFAC – Six recommendations for audit committees operating in the “new normal. Disponível em: https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Six-Recommendations-for-Audit-Committees-IFAC-the-IIA_0.pdf

Diário da República Eletrónico. (2020). Decreto do Presidente da República 14-A/2020. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/130399862/details/normal?filterEnd=2020-03-19&filterStart=2020-0318&filterAction=TRUE&q=Decreto+do+Presidente+da+República&fq=Decreto+do+Presidente+da+República+&perPage=25>

Dogan Bozan, B., & Arefaine, B. (2017). The implementation of ISA 701-key audit matters: Empirical evidence on auditors adjustments in the new audit report. Disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1134640/FULLTEXT01.pdf>

EDP - Energias de Portugal, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.edp.com/pt-pt/investidores/informacao-investidor/resultados-e-relatorios#resultados-e-relatorios>

EDP - Energias de Portugal, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.edp.com/pt-pt/investidores/informacao-investidor/resultados-e-relatorios#resultados-e-relatorios>

EDP - Energias de Portugal, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.edp.com/pt-pt/investidores/informacao-investidor/resultados-e-relatorios#resultados-e-relatorios>

EDP - Energias de Portugal, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.edp.com/pt-pt/investidores/informacao-investidor/resultados-e-relatorios#resultados-e-relatorios>

EDP Renováveis, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.edpr.com/pt-pt/investidores/informacao-para-investidores/relatorios-e-resultados>

EDP Renováveis, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.edpr.com/pt-pt/investidores/informacao-para-investidores/relatorios-e-resultados>

EDP Renováveis, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.edpr.com/pt-pt/investidores/informacao-para-investidores/relatorios-e-resultados>

EDP Renováveis, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.edpr.com/pt-pt/investidores/informacao-para-investidores/relatorios-e-resultados>

Euronext (2021). Index Calculation and Periodical reviews. Disponível em: <https://live.euronext.com/sites/default/files/documentation/index-rules/Euronext%20Index%20Calculation%20and%20Periodical%20Reviews%202021-01.pdf>

Euronext (2022). PSI Index Family Rulebook. Disponível em: <https://live.euronext.com/pt/product/indices/PTING0200002-XLIS/market-information>

Europe, A. (2020). Factsheet: Coronavirus' impact on auditing for 2019 year-ends and beyond – Analysis of guidance for European Auditors. Disponível em: https://www.accountancyeurope.eu/wp-content/uploads/Accountancy-Europe_factsheet-on-audit-guidance-in-the-context-of-coronavirus-pandemic.pdf

Figueiredo, O. (2015). A nova ISA 701 – Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente e o novo conteúdo do relatório de auditoria. *Revisores e Auditores*, Outubro-Dezembro 2015, 71, 8-15. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19346414-A-nova-isa-701-comunicar->

materias-relevantes-de-auditoria-no-relatorio-do-auditor-independente-e-o-novo-conteudo-do-relatorio-de-auditoria.html

Financial Reporting Council. (2015). Extended auditor's report: A further review of experience. (2015). Disponível em: <https://www.frc.org.uk/getattachment/561627cc-facb-431b-beda-ead81948604e/Extended-Auditor-Reports-March-2015.pdf>

Fonseca, João (2022). Análise do relatório de gestão e KAM vs gestão de risco. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/38707>

Galp Energia, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

Galp Energia, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

Galp Energia, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

Galp Energia, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

Geraldes, Pedro (2021). Auditoria e acontecimentos subsequentes. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/34875>

Goicoechea, E., Gómez-Bezares, F., & Ugarte, J. V. (2021). Improving Audit Reports: A Consensus between Auditors and Users. *International Journal of Financial Studies*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/ijfs9020025> ou <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/257770/1/ijfs-09-00025-v2.pdf>

Hegazy, Mohamed A. (2021). Key audit matters: Did IAASB unravel the knots of confusion in audit reports decisions?. *Managerial Auditing Journal*, Vol. 36 No.

8, pp. 1025-1052. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/MAJ-11-2019-2464> ou <https://ssrn.com/abstract=3938299>

Ibersol, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.ibersol.pt/investidores/relatorios/relatorio-e-contas/>

Ibersol, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.ibersol.pt/investidores/relatorios/relatorio-e-contas/>

Ibersol, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.ibersol.pt/investidores/relatorios/relatorio-e-contas/>

Ibersol, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.ibersol.pt/investidores/relatorios/relatorio-e-contas/>

IFAC (2020). Auditor Reporting in the Current Evolving Environment Due to COVID-19. Disponível em: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Staff-Alert-Auditor-Reporting-Final.pdf>

IFAC (2020). Going Concern in the Current Evolving Environment — Audit Considerations for the Impact of COVID-19. IAASB, abril, 1–16. Disponível em: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/IAASB-Staff-Alert-Going-Concern-April-2020.pdf>

INE (2022). Produto Interno Bruto diminuiu 5,9% em volume no 4o trimestre de 2020 e 7,6% no conjunto do ano 2020 - 4.o Trimestre de 2020. 4, 2020–2022. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415333651&DESTAQUESmodo=2

IOSCO. (2020, maio 29). The International Organization of Securities Commissions (IOSCO) encourages issuers' fair disclosure about COVID-19 related impacts. Disponível em <https://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD655.pdf>

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/J>

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

John Hopkins University. (2022). Johns Hopkins Coronavirus Resource Center; Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

Kipp, Peter and Tadesse, Amanuel F. and Zhang, Yibo, Can Social Media Interaction and Message Features Influence Nonprofessional Investors' Perceptions of the Firm? (January 23, 2017). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2904677> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2904677>

Klueber, Johanna and Gold, Anna and Pott, Christiane (2018). Do Key Audit Matters Impact Financial Reporting Behavior? Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3210475> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3210475>

Mota-Engil, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.mota-engil.com/investidores/informacoes-financeiras/>

Mota-Engil, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.mota-engil.com/investidores/informacoes-financeiras/>

Mota-Engil, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.mota-engil.com/investidores/informacoes-financeiras/>

Mota-Engil, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.mota-engil.com/investidores/informacoes-financeiras/>

Nações Unidas - ONU Portugal. (n.d.). ONU: Economia mundial recua 4.3% em 2020 . Retirado em julho 30, 2021. Disponível em: <https://unric.org/pt/onu-economia-mundial-recua-4-3-em-2020/>

NOS, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://www.nos.pt/institucional/PT/investidores/nos-em-numeros/Paginas/resultados.aspx>

NOS, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://www.nos.pt/institucional/PT/investidores/nos-em-numeros/Paginas/resultados.aspx>

NOS, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://www.nos.pt/institucional/PT/investidores/nos-em-numeros/Paginas/resultados.aspx>

NOS, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://www.nos.pt/institucional/PT/investidores/nos-em-numeros/Paginas/resultados.aspx>

Novabase, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://www.novabase.com/pt/informacao-financeira/>

Novabase, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://www.novabase.com/pt/informacao-financeira/>

Novabase, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://www.novabase.com/pt/informacao-financeira/>

Novabase, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em:
<https://www.novabase.com/pt/informacao-financeira/>

OROC (2020). Orientação técnica: Efeitos da COVID-19 na auditoria. Disponível em:
https://www.oroc.pt/Uploads/normativo_tecnico/CoronaOrientacaoTecnica.pdf

OROC (2020). Potenciais Impactos da COVID-19 na auditoria 2020. Disponível em: https://www.oroc.pt/Uploads/normativo_tecnico/ImpactosCOVID19.pdf

OROC (2021). Alteração GAT 1. Disponível em:
<https://www.oroc.pt/uploads/circulares/2021/Circular36AlteracaoGAT1.pdf>

Percy, S. (2015). Key Issues. EY Reporting Magazine. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjEvZzP39n7AhVXSKQEHTtUAJMQFnoECAoQAQ&url=https%3A%2F%2Fassets.ey.com%2Fcontent%2Fdam%2Fey-sites%2Fey-com%2Fen_gl%2Ftopics%2Fassurance%2Fassurance-pdfs%2FKey_issues_pdf_FINAL.pdf%3Fdownload&usg=AOvVaw1KKXEFW0dVFT_3pFCh6r-

Pereira, Ângela (2019). Matérias relevantes de auditoria relatadas pelas empresas cotadas na Euronext Lisbon. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/28779>

Pharol, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://pharol.pt/pt-pt/informacao-financeira/relatorios/Paginas/2021.aspx>

Pharol, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://pharol.pt/pt-pt/informacao-financeira/relatorios/Paginas/2021.aspx>

Pharol, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://pharol.pt/pt-pt/informacao-financeira/relatorios/Paginas/2021.aspx>

Pharol, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://pharol.pt/pt-pt/informacao-financeira/relatorios/Paginas/2021.aspx>

Pordata. (2022). Empresas: total e por dimensão. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Empresas+total+e+por+dimensão-2857>

Proteste Investe (11.02.2022). O Novo PSI. Disponível em: <https://www.deco.proteste.pt/investe/investimentos/acoes/noticias/2022/02/o-novo-psi>

Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.ramadainvestimentos.pt/pt/comunicados/2021.html>

Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.ramadainvestimentos.pt/pt/comunicados/2021.html>

Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.ramadainvestimentos.pt/pt/comunicados/2021.html>

Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.ramadainvestimentos.pt/pt/comunicados/2021.html>

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In I. M. Beuren (Ed.), *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática* (3rd ed., pp. 76-97)

Rautiainen, A., Saastamoinen, J., & Pajunen, K. (2021). Do key audit Matters (KAMs) matter? Auditors' perceptions of KAMs and audit quality in Finland. *Managerial Auditing Journal*, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/MAJ-11-2019-2462> ou <https://erepo.uef.fi/bitstream/handle/123456789/27080/164621748475287676.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: https://www.ren.pt/pt-PT/investidores/relatorio_anual

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: https://www.ren.pt/pt-PT/investidores/relatorio_anual

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: https://www.ren.pt/pt-PT/investidores/relatorio_anual

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: https://www.ren.pt/pt-PT/investidores/relatorio_anual

Segurança Social (2022). Lay-off. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/layoff>

Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/comunicados/com-rc>

Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/comunicados/com-rc>

Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/comunicados/com-rc>

Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/comunicados/com-rc>

Sirois, Louis-Philippe and Bédard, Jean and Bera, Palash. The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report: Evidence from an Eye-tracking Study (2017). Accounting Horizons, Forthcoming Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2469905> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2469905>

Sonae Capital, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.sonaecapital.pt/pt/investidores/informacao-financeira>

Sonae Capital, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.sonaecapital.pt/pt/investidores/informacao-financeira>

Sonae Capital, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.sonaecapital.pt/pt/investidores/informacao-financeira>

Sonae Capital, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.sonaecapital.pt/pt/investidores/informacao-financeira>

Sonae, SGPS, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/informacao-financeira/dados-financeiros/>

Sonae, SGPS, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/informacao-financeira/dados-financeiros/>

Sonae, SGPS, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/informacao-financeira/dados-financeiros/>

Sonae, SGPS, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/informacao-financeira/dados-financeiros/>

Teucher, Christoph and Ratzinger-Sakel, Nicole V.S. (2022). Observable Indicators for Audit Quality in the Light of Key Audit Matter Reporting (Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4005434> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4005434>

The Navigator Company, S.A. (2018). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.thenavigatorcompany.com/Investidores/Informacao-Financeira>

The Navigator Company, S.A. (2019). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.thenavigatorcompany.com/Investidores/Informacao-Financeira>

The Navigator Company, S.A. (2020). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.thenavigatorcompany.com/Investidores/Informacao-Financeira>

The Navigator Company, S.A. (2021). Relatório e Contas. Disponível em: <http://www.thenavigatorcompany.com/Investidores/Informacao-Financeira>

World Health Organization. Novel Coronavirus (2019-nCoV). Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf?sfvrsn=20a99c10_4

World Health Organization. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard Overview. Disponível em: <https://covid19.who.int>

Apêndice I

Descrição dos Parágrafos de Ênfase e Reservas presentes nas CLCs das empresas do PSI entre 2019 e 2021

Empresa	2019				2020				2021			
	Auditora & Data CLC	Opinião	Descrição		Auditora & Data CLC	Opinião	Descrição		Auditora & Data CLC	Opinião	Descrição	
Altri, S.G.P.S., S.A.	EY 02-04-2020	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia da COVID-19 têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das organizações. Nas notas às demonstrações financeiras são divulgados os impactos e incertezas estimadas para o Grupo com base a informação disponível à data.	EY 07-04-2021	n.a.	n.a.	n.a.	EY 07-04-2022	n.a.	n.a.	n.a.
Banco Comercial Português, S.A.	Deloitte 26-03-2020	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Conforme nota do anexo às demonstrações financeiras, dependendo da profundidade e extensão temporal dos impactos disruptivos desta pandemia, a atividade e rentabilidade do Grupo (incluindo a valorização dos seus ativos), será afetada em maior ou menor grau.	Deloitte 24-03-2021	n.a.	n.a.	n.a.	Deloitte 28-03-2022	n.a.	n.a.	n.a.
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.	EY 25-03-2020	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia da COVID-19 têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Nas notas às demonstrações financeiras são divulgados os impactos e incertezas estimadas pela Gestão com base a informação disponível à data.	EY 30-03-2021	n.a.	n.a.	n.a.	EY 06-04-2022	n.a.	n.a.	n.a.
CTT - Correios de Portugal, S.A.	KPMG 16-03-2020	n.a.	n.a.	n.a.	KPMG 16-03-2021	n.a.	n.a.	n.a.	EY 16-03-2022	n.a.	n.a.	n.a.
EDP - Energias de Portugal, S.A.	PwC 20-02-2020	n.a.	n.a.	n.a.	PwC 24-04-2021	n.a.	n.a.	n.a.	PwC 17-02-2022	n.a.	n.a.	n.a.
EDP Renováveis, S.A.	PwC 20-02-2020	n.a.	n.a.	n.a.	PwC 24-02-2021	n.a.	n.a.	n.a.	PwC 16-02-2022	n.a.	n.a.	n.a.
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	EY 20-03-2020	n.a.	n.a.	n.a.	EY 19-03-2021	n.a.	n.a.	n.a.	EY 25-03-2022	n.a.	n.a.	n.a.
Ibersol, S.G.P.S., S.A.	KPMG 08-03-2020	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Na nota do anexo às demonstrações financeiras são divulgados os impactos, medidas tomadas para assegurar níveis de liquidez e capital suficientes para prosseguir a atividade do Grupo e as incertezas resultantes da disseminação do novo coronavírus, sendo este um evento não ajustável.	KPMG 30-04-2021	n.a.	n.a.	n.a.	KPMG 03-05-2022	n.a.	n.a.	n.a.
Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.	EY 04-03-2020	n.a.	n.a.	n.a.	EY 05-03-2021	n.a.	n.a.	n.a.	EY 17-03-2022	n.a.	n.a.	n.a.
Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.	PwC 20-04-2020	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Divulgada nota do anexo com os potenciais impactos da pandemia da COVID-19 na atividade operacional futura do grupo.	PwC 01-04-2021	n.a.	n.a.	n.a.	PwC 06-04-2022	n.a.	n.a.	n.a.
NOS, S.G.P.S., S.A.	EY 20-02-2020	n.a.	n.a.	n.a.	EY 10-03-2021	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Referência para a nota do anexo às demonstrações financeiras individuais relativas ao arresto preventivo de 26,075% do capital social do Grupo.	EY 03-03-2022	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Referência para a nota do anexo às demonstrações financeiras individuais relativas ao arresto preventivo de 26,075% do capital social do Grupo.
Novabase, S.G.P.S., S.A.	KPMG 16-04-2020	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Na nota do anexo às demonstrações financeiras é referido que a disseminação da pandemia terá provavelmente efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo durante 2020, não sendo possível fazer a sua quantificação. O CA considera que, com base na informação disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade do Grupo. A COVID-19 é retratada como um evento não ajustável.	KPMG 29-04-2021	n.a.	n.a.	n.a.	KPMG 27-04-2022	n.a.	n.a.	n.a.

Empresa	2019				2020				2021			
	Auditora & Data CLC	Opinião	Descrição		Auditora & Data CLC	Opinião	Descrição		Auditora & Data CLC	Opinião	Descrição	
Pharol, S.G.P.S., S.A.	BDO 28-02-2020	Reserva + Ênfase	Opinião com reservas relativamente a "incerteza material relevante com a continuidade operacional da Oi, S.A." Parágrafo de Ênfase relacionado com o facto de o Grupo ter sido intimado pelos curadores do processo de insolvência da Espírito Santo Internacional, S.A. tendo em vista uma eventual anulação de pagamentos de Convertible Notes efetuados pela ESI em 2014 (Pharol considera remota a sua possibilidade de condenação).		BDO 15-03-2021	Reserva + Ênfase	Opinião com reservas relativamente a "incerteza material relevante com a continuidade operacional da Oi, S.A." Parágrafos de Ênfase relacionados com o facto de: i) a valorimetria dos títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, S.A. refletir a melhor estimativa do Conselho de Administração relativamente à quantia recuperável desses títulos ii) o Grupo ter sido intimado pelos curadores do processo de insolvência da Espírito Santo Internacional, S.A. tendo em vista uma eventual anulação de pagamentos de Convertible Notes efetuados pela ESI em 2014 (Pharol considera remota a sua possibilidade de condenação) iii) Grupo está sujeito a potenciais choques económicos que a pandemia pode causar nas economias onde opera, podendo ter efeito direto no valor de mercado dos ativos. O Grupo implementou um plano de resposta ao novo confinamento geral de forma a manter o normal funcionamento dos seus serviços. Apesar da elevada incerteza relativamente à situação económica atual, o Grupo não antecipa impactos significativos no desenvolvimento da sua atividade ou na continuidade das suas operações.		BDO 25-02-2022	Reserva + Ênfase	Opinião com reservas relativamente a "incerteza material relevante com a continuidade operacional da Oi, S.A." Parágrafos de Ênfase relacionados com o facto de: i) a valorimetria dos títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, S.A. refletir a melhor estimativa do Conselho de Administração relativamente à quantia recuperável desses títulos ii) o Grupo ter sido intimado pelos curadores do processo de insolvência da Espírito Santo Internacional, S.A. tendo em vista uma eventual anulação de pagamentos de Convertible Notes efetuados pela ESI em 2014 (Pharol considera remota a sua possibilidade de condenação)	
Ramada Investimentos e Indústria, S.A.	EY 02-04-2020	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia da COVID-19 têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Nas notas às demonstrações financeiras são divulgados os impactos e incertezas estimadas pela Gestão com base a informação disponível à data.	EY 07-04-2021	n.a.	n.a.	n.a.	Deloitte 07-04-2022	n.a.	n.a.	n.a.
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	EY 25-03-2020	n.a.	n.a.	n.a.	EY 18-03-2021	n.a.	n.a.	n.a.	EY 24-03-2022	n.a.	n.a.	n.a.
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, S.G.P.S., S.A.	KPMG 27-03-2022	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Na nota do anexo às demonstrações financeiras é referido que a disseminação da pandemia terá provavelmente efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo durante 2020, não sendo possível fazer a sua quantificação. O CA considera que, com base na informação disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade do Grupo. A COVID-19 é retratada como um evento não ajustável.	KPMG 06-04-2021	n.a.	n.a.	n.a.	KPMG 30-03-2022	n.a.	n.a.	n.a.
Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.	PwC 21-02-2020	n.a.	n.a.	n.a.	PwC 26-02-2021	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Notas do anexo às demonstrações financeiras expõem maior incerteza associada aos principais julgamentos e estimativas realizadas pela Gestão em resultado da COVID-19, assim como o facto de o perito avaliador imobiliário concluir pela fiabilidade dos relatórios de avaliação imobiliária, apesar de considerar que existe maior incerteza na determinação do valor dos ativos devido aos efeitos extraordinários provocados pela pandemia.	PwC 25-02-2022	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Nota do anexo às demonstrações financeiras expõe o facto de o perito avaliador imobiliário concluir pela fiabilidade dos relatórios de avaliação imobiliária, apesar de considerar que existe maior incerteza na determinação do valor dos ativos devido aos efeitos extraordinários provocados pela pandemia.
Sonae, S.G.P.S., S.A.	PwC 30-03-2020	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Divulgada nota do anexo com os potenciais impactos da pandemia da COVID-19 na atividade operacional futura do grupo.	PwC 29-03-2021	n.a.	n.a.	n.a.	PwC 05-04-2022	n.a.	n.a.	n.a.
The Navigator Company, S.A.	KPMG 27-03-2020	Ênfase	Opinião não é modificada em relação a esta matéria	Na nota do anexo às demonstrações financeiras é referido que a disseminação da pandemia terá provavelmente efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo durante 2020, não sendo possível fazer a sua quantificação. O CA considera que, com base na informação disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade do Grupo. A COVID-19 é retratada como um evento não ajustável.	KPMG 06-04-2021	n.a.	n.a.	n.a.	KPMG 28-03-2022	n.a.	n.a.	n.a.

Apêndice II

Descrição das KAMs presentes nas CLCs das empresas do PSI entre 2018 e 2021

Altri, S.G.P.S., S.A.

Auditora	KAM	Descrição
2018	Imparidade do goodwill	Representa 18% (266M€) do total do ativo e o processo de avaliação é complexo, incluindo utilização de estimativas e pressupostos sujeito a julgamentos significativos.
	Ativos biológicos	AB não correntes (eucaliptos dispersos por uma vasta área de terrenos arrendados detidos pelo Grupo) ascendem a 7% (98M€) do total do ativo e encontram-se valorizados ao justo valor que foi determinado por uma entidade externa, com base na informação da volumosa e diversificada base de dados mantida pelo Grupo. Por não existir um valor de mercado observável, incorpora julgamentos significativos e complexos materializados em modelos de fluxo de caixa que têm por base diversos pressupostos.
	Aquisição da EDP Bioelétrica	Aquisição do controlo na Bioelétrica da Foz após ter comprado 50% das ações que não detinha à EDP Energias de Portugal e EDP Imobiliária e Participações. O Grupo reconheceu ativos e assumiu passivos ao justo valor à data de aquisição - 1 de dezembro de 2018 -, bem como remensurou os interesses anteriormente detidos, o que requer elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração.
2019	Imparidade do goodwill	Representa 18% (266M€) do total do ativo e o processo de avaliação é complexo, incluindo utilização de estimativas e pressupostos sujeito a julgamentos significativos.
	Ativos biológicos	AB não correntes (eucaliptos dispersos por uma vasta área de terrenos arrendados detidos pelo Grupo) ascendem a 7% (104M€) do total do ativo e encontram-se valorizados ao justo valor que foi determinado por uma entidade externa, com base na informação da volumosa e diversificada base de dados mantida pelo Grupo. Por não existir um valor de mercado observável, incorpora julgamentos significativos e complexos materializados em modelos de fluxo de caixa que têm por base diversos pressupostos.
	Adoção da IFRS 16 - Locações	Esta norma foi adotada a partir de 1 de janeiro de 2019 e as novas regras foram adotadas retrospectivamente com efeito acumulado a ser reconhecido na data de transição 1.01.2019. O Grupo reconheceu no passivo responsabilidades com locações anteriormente classificadas como locações operacionais. Os ativos sob direito de uso totalizam 70M€ a 31.12.2019. Esta matéria exigiu grande esforço de auditoria neste ano de entrada em vigor e verificou-se um grau julgamento significativo por parte do órgão de Gestão.
2020	Imparidade do goodwill	Representa 18% (266M€) do total do ativo e o processo de avaliação é complexo, incluindo utilização de estimativas e pressupostos sujeito a julgamentos significativos.
	Ativos biológicos	AB não correntes (eucaliptos dispersos por uma vasta área de terrenos arrendados detidos pelo Grupo) ascendem a 7% (106M€) do total do ativo e encontram-se valorizados ao justo valor que foi determinado por uma entidade externa, com base na informação da volumosa e diversificada base de dados mantida pelo Grupo. Por não existir um valor de mercado observável, incorpora julgamentos significativos e complexos materializados em modelos de fluxo de caixa que têm por base diversos pressupostos.
2021	Imparidade do goodwill	Representa 12% (266M€) do total do ativo e o processo de avaliação é complexo, incluindo utilização de estimativas e pressupostos sujeito a julgamentos significativos.
	Ativos biológicos	AB não correntes (eucaliptos dispersos por uma vasta área de terrenos arrendados detidos pelo Grupo) ascendem a 5% (106M€) do total do ativo e encontram-se valorizados ao justo valor que foi determinado por uma entidade externa, com base na informação da volumosa e diversificada base de dados mantida pelo Grupo. Por não existir um valor de mercado observável, incorpora julgamentos significativos e complexos materializados em modelos de fluxo de caixa que têm por base diversos pressupostos.
	Grupo de ativos detidos para a distribuição aos acionistas	O valor dos ativos líquidos classificados como detidos para distribuição aos acionistas ascende a 390M€ e diz respeito à Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. a qual em julho de 2021 concretizou uma IPO (Initial Public Offering) onde a Altri realizou várias aquisições passando a deter uma participação de 58,72%. A contabilização inicial destas aquisições requer um julgamento elevado i) na complexa avaliação da existência de uma concentração de atividades empresariais, ii) na determinação do JV dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição, iii) na mensuração dos interesses que não controlam e iv) no apuramento do goodwill.

Auditora		KAM	Descrição
2018	Deloitte	Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos	As perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado ascendem a 2.9M€ e as provisões para garantias e outros compromissos ascendem a 188k€. O Grupo adotou a IFRS9 em substituição da IAS 39, o que implicou um incremento da componente de julgamento no apuramento de perdas por imparidade para risco de crédito, alterando o conceito de perda incorrida para perda esperada e introdução de novos fatores no cálculo das perdas por imparidade. As perdas por imparidade para risco de crédito representam a melhor estimativa do Banco das perdas esperadas para a sua carteira de crédito e são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e risco (forte componente de julgamento profissional sobre a informação disponível) e de análise coletiva para as restantes (modelo complexo).
		Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Estão registados 2.9M€ em ativos por impostos diferidos dos quais 1.1M€ dependem da existência de lucros tributáveis futuros relativos a perdas por imparidade (750k€) e resultantes de prejuízos fiscais reportáveis (328k€). O Banco preparou uma estimativa dos seus lucros tributáveis entre 2019 e 2028, o que por natureza, é subjetiva e está dependente dos pressupostos adotados.
		Responsabilidades com pensões de reforma - principais pressupostos atuariais	O Grupo assumiu a responsabilidade (3M€) de pagar aos colaboradores e pensionistas pensões de reforma e outros benefícios associados, conforme os acordos coletivos de trabalho. O apuramento foi efetuado pelo atuário responsável considerando os planos de benefício definidos e um conjunto de pressupostos atuariais.
		Valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda	O valor líquido contabilístico dos imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda ascende a 1.7M€. A valorização e perdas por imparidade destes ativos são suportadas por avaliações realizadas por peritos avaliadores independentes, os quais incorporam pressupostos acerca de previsões futuras, tais como evolução do mercado imobiliário, expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários, etc.
		Fundo de Resolução	Enquanto entidade participante, a expectativa do órgão de gestão é que não sejam exigidas pelo Fundo contribuições especiais ou extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif. As demonstrações financeiras de 2018 foram preparadas com base neste pressuposto.
2019	Deloitte	Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos	As perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado ascendem a 2.4M€ e as provisões para garantias e outros compromissos ascendem a 117k€. As perdas por imparidade para risco de crédito representam a melhor estimativa do Banco das perdas esperadas para a sua carteira de crédito e são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e risco (forte componente de julgamento profissional sobre a informação disponível) e de análise coletiva para as restantes (modelo complexo).
		Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Estão registados 2.7M€ em ativos por impostos diferidos dos quais 2.6M€ são relativos à atividade individual do Banco (765k€ dependem da existência de lucros tributáveis futuros e 148k€ são resultantes de prejuízos fiscais reportáveis). O Banco preparou uma estimativa dos seus lucros tributáveis entre 2020 e 2028 para avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, o que por natureza, é subjetiva e está dependente dos pressupostos adotados. A recuperabilidade dos AID está dependente da capacidade do Banco para gerar os resultados estimados.
		Responsabilidades com pensões de reforma - principais pressupostos atuariais	O Grupo assumiu a responsabilidade (3M€) de pagar aos colaboradores e pensionistas pensões de reforma e outros benefícios associados, conforme os acordos coletivos de trabalho. O apuramento foi efetuado pelo atuário responsável considerando os planos de benefício definidos e um conjunto de pressupostos atuariais.
		Valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda	O valor líquido contabilístico dos imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda ascende a 1.2M€. A valorização e perdas por imparidade destes ativos são suportadas por avaliações realizadas por peritos avaliadores independentes, os quais incorporam pressupostos acerca de previsões futuras, tais como evolução do mercado imobiliário, expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários, etc.
		Fundo de Resolução	Enquanto entidade participante, a expectativa do órgão de gestão é que não sejam exigidas pelo Fundo contribuições especiais ou extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif. As demonstrações financeiras de 2019 foram preparadas com base neste pressuposto.
		Contingências legais relacionadas com empréstimos concedidos pelo Bank Millennium, S.A. indexados ao Franco Suíço	O Grupo tem uma participação efetiva de 50,1% no Bank Millennium, S.A., o qual concedeu no passado empréstimos hipotecários indexados ao franco Suíço (4.5M€). Estão em curso nos tribunais diversas ações judiciais individuais e coletivas contra o Bank Millennium em que os clientes contestam a natureza abusiva das cláusulas de indexação dos empréstimos em CHF. Para além disso, o risco legal associado a esta carteira de empréstimos aumentou, quando o Tribunal de Justiça da UE emitiu um Acórdão sobre outro processo relacionado com o Franco Suíço. Para fazer face ao referido risco legal da carteira de empréstimos em CHF, o Bank Millennium estimou uma provisão de 52k€ com base em observações histórica, sujeita a atualizações em períodos subsequentes. A determinação desta provisão exigiu uma forte componente de julgamento por parte da Gestão no que se refere aos pressupostos sobre o número de ações judiciais que serão interpostas, probabilidade das decisões a serem tomadas pelos tribunais e perdas potenciais.

2020	Deloitte	<p>Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos</p> <p>As perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado ascendem a 2M€ e as provisões para garantias e outros compromissos ascendem a 104k€.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito representam a melhor estimativa do Banco das perdas esperadas para a sua carteira de crédito e são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e risco (forte componente de julgamento profissional sobre a informação disponível e pressupostos sobre acontecimentos futuros) e de análise coletiva para as restantes (modelo complexo com várias variáveis).</p> <p>Com a COVID-19 aumentou a complexidade e incerteza associada às perdas por imparidade para risco de crédito, tendo sido necessário incluir novos pressupostos, julgamentos, redefinição de cenários macroeconómicos e de probabilidades de ocorrência. Tendo em conta os efeitos das moratórias, linhas de crédito com garantias do Estado e outras medidas de apoio que levaram a um aumento significativo do risco de crédito, o Grupo reconheceu imparidades adicionais face ao modelo de imparidade coletiva (<i>overlays</i>).</p>
		<p>Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos</p> <p>Estão registados 2.6M€ em ativos por impostos diferidos dos quais 2.5M€ são relativos à atividade individual do Banco (649k€ dependem da existência de lucros tributáveis futuros e 148k€ são resultantes de prejuízos fiscais reportáveis.</p> <p>O Banco preparou uma estimativa dos seus lucros tributáveis entre 2021 e 2033 para avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, o que por natureza, é subjetiva e está dependente dos pressupostos adotados.</p> <p>A estimativa preparada pelo banco teve em consideração o contexto da pandemia da COVID-19, a qual aumenta o grau de incerteza quanto à sua concretização.</p> <p>A recuperabilidade dos AID está dependente da capacidade do Banco para gerar os resultados estimados.</p>
		<p>Responsabilidades com pensões de reforma - principais pressupostos atuariais</p> <p>O Grupo assumiu a responsabilidade (3.7M€) de pagar aos colaboradores e pensionistas pensões de reforma e outros benefícios associados, conforme os acordos coletivos de trabalho. O apuramento foi efetuado pelo atuário responsável considerando o método <i>Projected Unit Credit</i> e um conjunto de pressupostos atuariais.</p>
		<p>Valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda</p> <p>O valor líquido contabilístico dos imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda ascende a 978k€.</p> <p>A valorização e perdas por imparidade destes ativos são suportadas por avaliações realizadas por peritos avaliadores externos, os quais incorporam pressupostos nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário, da experiência histórica do Banco de venda de imóveis e perspetivas da Gestão acerca da evolução do mercado imobiliário.</p> <p>Os possíveis impactos da COVID-19 e alterações na estratégia de venda podem ter impactos relevantes na valorização e determinação de perdas por imparidade destes imóveis.</p>
		<p>Fundo de Resolução</p> <p>Enquanto entidade participante, a expectativa do órgão de gestão é que não sejam exigidas pelo Fundo contribuições especiais ou extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif. As demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas com base neste pressuposto.</p>
		<p>Contingências legais relacionadas com empréstimos indexados ao Franco Suíço concedidos pelo Bank Millennium, S.A.</p> <p>O Grupo tem uma participação efetiva de 50,1% no Bank Millennium, S.A., o qual concedeu no passado empréstimos hipotecários indexados ao franco Suíço (3.1M€).</p> <p>Estão em curso nos tribunais diversas ações judiciais contra o Bank Millennium em que é reclamada a invalidade parcial ou total dos contratos devido à cláusula de indexação.</p> <p>Para além disso, o risco legal associado a esta carteira de empréstimos aumentou, quando o Tribunal de Justiça da UE emitiu um Acórdão sobre outro processo relacionado com o Franco Suíço em 2019. A Gestão não refletiu os potenciais efeitos da decisão do Supremo Tribunal de Justiça Polaco dada a incapacidade de prever os resultados desta decisão.</p> <p>Para fazer face ao referido risco legal da carteira de empréstimos em CHF, o Bank Millennium estimou uma provisão de 211k€ com base em observações histórica, sujeita a atualizações em períodos subsequentes. A determinação desta provisão exigiu uma forte componente de julgamento por parte da Gestão no que se refere aos pressupostos sobre o número de ações judiciais que serão interpostas, probabilidade das decisões a serem tomadas pelos tribunais e perdas potenciais.</p>
2021	Deloitte	<p>Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos</p> <p>As perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado ascendem a 1.8M€ e as provisões para garantias e outros compromissos ascendem a 111k€.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito representam a melhor estimativa do Banco das perdas esperadas para a sua carteira de crédito e são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e risco (forte componente de julgamento profissional sobre a informação disponível e pressupostos sobre acontecimentos futuros) e de análise coletiva para as restantes (modelo complexo com várias variáveis).</p> <p>Com a COVID-19 aumentou a complexidade e incerteza associada às perdas por imparidade para risco de crédito, tendo sido necessário incluir novos pressupostos, julgamentos, redefinição de cenários macroeconómicos e de probabilidades de ocorrência. Tendo em conta os efeitos das moratórias, linhas de crédito com garantias do Estado e outras medidas de apoio que levaram a um aumento significativo do risco de crédito, o Grupo reconheceu imparidades adicionais face ao modelo de imparidade coletiva (<i>overlays</i>).</p>
		<p>Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos</p> <p>Estão registados 2.7M€ em ativos por impostos diferidos dos quais 2.5M€ são relativos à atividade individual do Banco (684k€ dependem da existência de lucros tributáveis futuros e 162k€ são resultantes de prejuízos fiscais reportáveis.</p> <p>O Banco preparou uma estimativa dos seus lucros tributáveis entre 2022 e 2033 para avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, o que por natureza, é subjetiva e está dependente dos pressupostos adotados.</p> <p>A estimativa preparada pelo banco teve em consideração o contexto da pandemia da COVID-19, a qual aumenta o grau de incerteza quanto à sua concretização.</p> <p>A recuperabilidade dos AID está dependente da capacidade do Banco para gerar os resultados estimados.</p>

Responsabilidades com pensões de reforma - principais pressupostos atuariais	O Grupo assumiu a responsabilidade (3.5M€) de pagar aos colaboradores e pensionistas pensões de reforma e outros benefícios associados, conforme os acordos coletivos de trabalho. O apuramento foi efetuado pelo atuário responsável considerando o método Projected Unit Credit e um conjunto de pressupostos atuariais.
Valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda	O valor líquido contabilístico dos imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda ascende a 748k€. A valorização e perdas por imparidade destes ativos são suportadas por avaliações realizadas por peritos avaliadores externos, os quais incorporam pressupostos e expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários, preço de venda por m2, custos de construção, melhor uso do imóvel, taxa de desconto, da experiência histórica do Banco de venda de imóveis e perspetivas da Gestão acerca da evolução do mercado imobiliário. Os possíveis impactos da COVID-19 e alterações na estratégia de venda podem ter impactos relevantes na valorização e determinação de perdas por imparidade destes imóveis.
Fundo de Resolução	Enquanto entidade participante, a expectativa do órgão de gestão é que não sejam exigidas pelo Fundo contribuições especiais ou extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif. As demonstrações financeiras de 2019 foram preparadas com base neste pressuposto.
Contingências legais relacionadas com empréstimos indexados ao Franco Suíço concedidos pelo Bank Millennium, S.A.	O Grupo tem uma participação efetiva de 50,1% no Bank Millennium, S.A., o qual concedeu no passado empréstimos hipotecários indexados ao franco Suíço (2.8M€). Estão em curso nos tribunais diversas ações judiciais contra o Bank Millennium em que é reclamada a invalidez parcial ou total dos contratos devido à cláusula de indexação. Para além disso, o risco legal associado a esta carteira de empréstimos aumentou, quando o Tribunal de Justiça da UE emitiu um Acórdão sobre outro processo relacionado com o Franco Suíço em 2019. A Gestão não refletiu os potenciais efeitos da decisão do Supremo Tribunal de Justiça Polaco dada a incapacidade de prever os resultados desta decisão. Para fazer face ao referido risco legal da carteira de empréstimos em CHF, o Bank Millennium estimou uma provisão de 727k€ com base em observações histórica, sujeita a atualizações em períodos subsequentes. A determinação desta provisão exigiu uma forte componente de julgamento por parte da Gestão no que se refere aos pressupostos sobre o número de ações judiciais que serão interpostas, probabilidade das decisões a serem tomadas pelos tribunais e perdas potenciais.

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A

Auditora	KAM	Descrição
2018	EY	Inventários Cerca de 42% (406M€) do total do ativo corresponde a inventários constituídos por cortiça, rolhas e outros produtos dispersos por várias localizações. O Grupo aplica um critério para o registo de perdas por imparidade em inventários baseado na rotação, sendo que as percentagens são definidas para cada categoria de inventários, com base no julgamento do Conselho de Administração.
		Provisões e Contingências O Grupo identificou diversas contingências de natureza fiscal e legal, sendo que são registadas provisões para as mesmas sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável (avaliação essa suportada por pareceres de assessores jurídicos e fiscais). O valor de provisões associadas a estimativas de eventuais quantias a despende foram alvo de julgamentos significativos da Gestão e ascendem a 43M€.
2019	EY	Inventários Cerca de 40% (398M€) do total do ativo corresponde a inventários constituídos por cortiça, rolhas e outros produtos dispersos por várias localizações. O Grupo aplica um critério para o registo de perdas por imparidade em inventários baseado na rotação, sendo que as percentagens são definidas para cada categoria de inventários, com base no julgamento do Conselho de Administração.
		Provisões e Contingências O Grupo identificou diversas contingências de natureza fiscal e legal, sendo que são registadas provisões para as mesmas sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável (avaliação essa suportada por pareceres de assessores jurídicos e fiscais). O valor de provisões associadas a estimativas de eventuais quantias a despende foram alvo de julgamentos significativos da Gestão e ascendem a 3.8M€. O saldo no passivo de contingências fiscais relacionadas com impostos sobre o rendimento ascende a 43M€.
2020	EY	Inventários Cerca de 36% (364M€) do total do ativo corresponde a inventários constituídos por cortiça, rolhas e outros produtos dispersos por várias localizações. O Grupo aplica um critério para o registo de perdas por imparidade em inventários baseado na rotação, sendo que as percentagens são definidas para cada categoria de inventários, com base no julgamento do Conselho de Administração.
		Provisões e Contingências O Grupo identificou diversas contingências de natureza fiscal e legal, sendo que são registadas provisões para as mesmas sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável (avaliação essa suportada por pareceres de assessores jurídicos e fiscais). O valor de provisões associadas a estimativas de eventuais quantias a despende foram alvo de julgamentos significativos da Gestão e ascendem a 3.3M€. O saldo no passivo de contingências fiscais relacionadas com impostos sobre o rendimento ascende a 43M€.

2021	EY	Inventários	Cerca de 31% (340M€) do total do ativo corresponde a inventários constituídos por cortiça, rolhas e outros produtos dispersos por várias localizações. O Grupo aplica um critério para o registo de perdas por imparidade em inventários baseado na rotação, sendo que as percentagens são definidas para cada categoria de inventários, com base no julgamento do Conselho de Administração.
		Provisões e Contingências	O Grupo identificou diversas contingências de natureza fiscal e legal, sendo que são registadas provisões para as mesmas sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável (avaliação essa suportada por pareceres de assessores jurídicos e fiscais). O valor de provisões associadas a estimativas de eventuais quantias a despende foram alvo de julgamentos significativos da Gestão e ascendem a 3.7M€. O saldo no passivo de contingências fiscais relacionadas com impostos sobre o rendimento ascende a 44M€.

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Auditora		KAM	Descrição
2018	PwC	Vendas estimadas de eletricidade	O reconhecimento do réditio relativo a vendas de eletricidade ocorre no momento da entrega e incorpora vendas de eletricidade faturadas com base em consumos efetivos, estimados com base no histórico de cada cliente e estimativas de eletricidade fornecida e não faturada. O apuramento dos volumes estimados é realizado com recurso a um algoritmo produzido de acordo com os critérios definidos pela entidade reguladora. O Grupo procede posteriormente ao teste do algoritmo com recurso à telecontagem de uma amostra de consumos, bem como uma análise de <i>roll-back</i> dos consumos reais à posteriori. A complexidade da metodologia utilizada e o grau de julgamento envolvido para estimar os consumos de energia dos seus clientes são elevados.
		Transações de partes de capital	O Grupo procede à alienação de participações financeiras em empresas por si controladas com o objetivo de reinvestir fundos em novos projetos e à aquisição de participações financeiras consideradas relevantes para o seu portefólio de negócios e com vista a criação de valor para os acionistas, podendo resultar em perdas ou ganhos de controlos, respetivamente. A expressão dos montantes em causa é elevada, assim como o grau de julgamento associado à avaliação da perda ou ganho, à mensuração de eventuais cláusulas contingentes decorrentes das transações, ao apuramento do valor de aquisição e à identificação e valorização de eventuais ativos/passivos no exercício de alocação do valor de compra.
		Recuperabilidade de ativos não correntes	Devido à dispersão geográfica, os testes de imparidade ao goodwill (2 251M€), AFT (22 708M€), AI (4 926M€) e investimentos em joint-ventures e associadas (952M€) são realizados para cada uma das unidades geradoras de caixa de cada área geográfica em que o Grupo opera. O valor recuperável de cada um (nomeadamente AFT de produção e de distribuição de eletricidade e AI relativos a direitos de concessão, goodwill e investimentos financeiros) é calculado com base em modelos complexos de fluxos de caixa descontados que apresentam subjetividade inerente à incerteza das projeções económicas e de mercado subjacentes e aos pressupostos utilizados (taxas de desconto, câmbio, crescimento, inflação, etc). Os modelos de avaliação são complexos e o nível de julgamento e subjetividade inerente é elevado.
		Instrumentos financeiros derivados	Os saldos de balanço ascendem a 288M€ no ativo e 352M€ no passivo. A exposição do Grupo a riscos financeiros reside essencialmente na carteira de dívida e na variabilidade dos preços das commodities, o que resulta em riscos de taxa de juro, câmbio e de preços de mercado. A gestão destes riscos é efetuada centralmente pela EDP, SA que utiliza um conjunto de instrumentos financeiros derivados para cobrir esses riscos. A valorização dos instrumentos financeiros derivados é complexa e é realizada com base em dados observáveis de mercado e com recurso a modelos valorizados baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que exige elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos a utilizar. O Grupo prepara testes de eficácia sobre a sua carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura, o que envolve vários julgamentos e estimativas por parte da Gestão.
		Enquadramento regulatório e legal	Tendo em conta a atividade e a grande dispersão regulatória, tem-se verificado um incremento da complexidade, o que originou várias disputas e potenciais contingências. Estas situações exigem que a Gestão procure aconselhamento jurídico e recorra a julgamentos sobre o mais provável desfecho, o que pode levar ao registo de provisões e à divulgação adicional de informação ao mercado.
		Pensões e benefícios pós-emprego	As responsabilidades totalizam 1 099M€, abrangendo essencialmente benefícios de pensões de reforma por velhice ou reforma antecipada, por serviços de assistência médica e por cuidados de saúde. Estas responsabilidades são apuradas anualmente por um perito independente e de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada que tem em vista um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais definidos pelo Conselho de Gestão Executivo. Alterações nos pressupostos financeiros e atuariais podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas e nos ativos associados aos benefícios.

2019	PwC	Vendas estimadas de eletricidade	<p>O reconhecimento do réditto relativo a vendas de eletricidade ocorre no momento da entrega e incorpora vendas de eletricidade faturadas com base em consumos efetivos, estimados com base no histórico de cada cliente e estimativas de eletricidade fornecida e não faturada.</p> <p>O apuramento dos volumes estimados é realizado com recurso a um algoritmo produzido de acordo com os critérios definidos pela entidade reguladora.</p> <p>O Grupo procede posteriormente ao teste do algoritmo com recurso à telecontagem de uma amostra de consumos, bem como uma análise de roll-back dos consumos reais à posteriori.</p> <p>A complexidade da metodologia utilizada e o grau de julgamento envolvido para estimar os consumos de energia dos seus clientes e preços médios associados são elevados.</p>
		Transações de partes de capital	<p>O Grupo procede à alienação de participações financeiras em empresas por si controladas com o objetivo de reinvestir fundos em novos projetos e à aquisição de participações financeiras consideradas relevantes para o seu portefólio de negócios e com vista a criação de valor para os acionistas, podendo resultar em perdas ou ganhos de controlos, respetivamente.</p> <p>A expressão dos montantes em causa é elevada, assim como o grau de julgamento associado à avaliação da perda ou ganho, à mensuração de eventuais cláusulas contingentes decorrentes das transações, ao apuramento do valor de aquisição e à identificação e valorização de eventuais ativos/passivos no exercício de alocação do valor de compra.</p>
		Recuperabilidade de ativos não correntes	<p>Devido à dispersão geográfica, os testes de imparidade ao goodwill (2 120M€), AFT (19 676M€), AI (4 224M€), investimentos em joint-ventures e associadas (1 099M€) são realizados para cada uma das unidades geradoras de caixa de cada área geográfica em que o Grupo opera.</p> <p>O valor recuperável de cada um (nomeadamente AFT de produção e de distribuição de eletricidade e AI relativos a direitos de concessão, goodwill e investimentos financeiros) é calculado com base em modelos complexos de fluxos de caixa descontados que apresentam subjetividade inerente à incerteza das projeções económicas e de mercado subjacentes e aos pressupostos utilizados (taxas de desconto, câmbio, crescimento, inflação, etc).</p> <p>Os modelos de avaliação são complexos e o nível de julgamento e subjetividade inerente é elevado.</p>
		Instrumentos financeiros derivados	<p>Os saldos de balanço ascendem a 565M€ no ativo e 382M€ no passivo.</p> <p>A exposição do Grupo a riscos financeiros reside essencialmente na carteira de dívida e na variabilidade dos preços das commodities, o que resulta em riscos de taxa de juro, câmbio e de preços de mercado. A gestão destes riscos é efetuada centralmente pela EDP, SA que utiliza um conjunto de instrumentos financeiros derivados para cobrir esses riscos.</p> <p>A valorização dos instrumentos financeiros derivados é complexa e é realizada com base em dados observáveis de mercado e com recurso a modelos valorizados baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que exige elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos a utilizar.</p> <p>O Grupo prepara testes de eficácia sobre a sua carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura, o que envolve vários julgamentos e estimativas por parte da Gestão.</p>
		Enquadramento regulatório e legal	<p>Tendo em conta a atividade e a grande dispersão regulatória, tem-se verificado um incremento da complexidade, o que originou várias disputas e potenciais contingências. Estas situações exigem que a Gestão procure apoio dos seus assessores jurídicos e recorra a julgamentos significativos sobre o mais provável desfecho, o que pode levar ao registo de provisões e à divulgação adicional de informação ao mercado.</p>
		Pensões e benefícios pós-emprego	<p>As responsabilidades totalizam 1 312M€, abrangendo essencialmente benefícios de pensões de reforma por velhice ou reforma antecipada, por serviços de assistência médica e por cuidados de saúde. Estas responsabilidades são apuradas anualmente por um perito independente e de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada, tendo em vista um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais definidos pelo Conselho de Gestão Executivo. Alterações nos pressupostos financeiros e atuariais podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas e nos ativos associados aos benefícios.</p>
2020	PwC	Vendas estimadas de eletricidade	<p>O reconhecimento do réditto relativo a vendas de eletricidade ocorre no momento da entrega e incorpora vendas de eletricidade faturadas com base em consumos efetivos, estimados com base no histórico de cada cliente e estimativa de eletricidade fornecida e não faturada.</p> <p>O apuramento dos volumes estimados é realizado com recurso a um algoritmo produzido de acordo com os critérios definidos pela entidade reguladora.</p> <p>O Grupo procede posteriormente ao teste do algoritmo com recurso à telecontagem de uma amostra de consumos, bem como uma análise de roll-back dos consumos reais à posteriori.</p> <p>A complexidade da metodologia utilizada e o grau de julgamento envolvido para estimar os consumos de energia dos seus clientes e preços médios associados são elevados.</p>
		Transações de partes de capital	<p>O Grupo procede à alienação de participações financeiras em empresas por si controladas com o objetivo de reinvestir fundos em novos projetos e à aquisição de participações financeiras consideradas relevantes para o seu portefólio de negócios e com vista a criação de valor para os acionistas, podendo resultar em perdas ou ganhos de controlos, respetivamente.</p> <p>A expressão dos montantes em causa é elevada, assim como o grau de julgamento associado à avaliação da perda ou ganho, à mensuração de eventuais cláusulas contingentes decorrentes das transações, ao apuramento do valor de aquisição e à identificação e valorização de eventuais ativos/passivos no exercício de alocação do valor de compra.</p>
		Recuperabilidade de ativos não correntes	<p>Devido à dispersão geográfica, os testes de imparidade ao goodwill (2 306M€), AFT (20 163M€), AI (4 998M€), investimentos em joint-ventures e associadas (940M€) são realizados para cada uma das unidades geradoras de caixa de cada área geográfica em que o Grupo opera.</p> <p>O valor recuperável de cada um (nomeadamente AFT de produção e de distribuição de eletricidade e AI relativos a direitos de concessão, goodwill e investimentos financeiros) é calculado com base em modelos complexos de fluxos de caixa descontados que apresentam subjetividade inerente à incerteza das projeções económicas e de mercado subjacentes e aos pressupostos utilizados (taxas de desconto, câmbio, crescimento, inflação, etc).</p> <p>Os modelos de avaliação são complexos e o nível de julgamento e subjetividade inerente é elevado.</p>

		<p>Os saldos de balanço ascendem a 605M€ no ativo e 397M€ no passivo.</p> <p>A exposição do Grupo a riscos financeiros reside essencialmente na carteira de dívida e na variabilidade dos preços das commodities, o que resulta em riscos de taxa de juro, câmbio e de preços de mercado. A gestão destes riscos é efetuada centralmente pela EDP, SA que utiliza um conjunto de instrumentos financeiros derivados para cobrir esses riscos.</p> <p>A valorização dos instrumentos financeiros derivados é complexa e é realizada com base em dados observáveis de mercado e com recurso a modelos valorizados baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que exige elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos a utilizar.</p> <p>O Grupo prepara testes de eficácia sobre a sua carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura, o que envolve vários julgamentos e estimativas por parte da Gestão.</p>
		<p>Instrumentos financeiros derivados</p>
		<p>Tendo em conta a atividade e a grande dispersão regulatória, tem-se verificado um incremento da complexidade regulatória, o que originou várias disputas e potenciais contingências. Estas situações exigem que a Gestão procure apoio dos seus assessores jurídicos e recorra a julgamentos significativos sobre o mais provável desfecho, o que pode levar ao registo de provisões e à divulgação adicional de informação ao mercado.</p>
		<p>Enquadramento regulatório e legal</p>
		<p>As responsabilidades totalizam 1 342M€, abrangendo essencialmente benefícios de pensões de reforma por velhice ou reforma antecipada, por serviços de assistência médica e por cuidados de saúde. Estas responsabilidades são apuradas anualmente por um perito independente e de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada, tendo em vista um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais definidos pelo Conselho de Gestão Executivo. Alterações nos pressupostos financeiros e atuariais podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas e nos ativos associados aos benefícios.</p>
		<p>Pensões e benefícios pós-emprego</p>
2021	PwC	<p>O reconhecimento do rédito relativo a vendas de eletricidade ocorre no momento da entrega e incorpora vendas de eletricidade faturadas com base em consumos efetivos, estimados com base no histórico de cada cliente e estimativa de eletricidade fornecida e não faturada.</p> <p>O apuramento dos volumes estimados é realizado com recurso a um algoritmo produzido de acordo com os critérios definidos pela entidade reguladora.</p> <p>O Grupo procede posteriormente ao teste do algoritmo com recurso à telecontagem de uma amostra de consumos, bem como uma análise de roll-back dos consumos reais à posteriori.</p> <p>A complexidade da metodologia utilizada e o grau de julgamento envolvido para estimar os consumos de energia dos seus clientes e preços médios associados são elevados.</p>
		<p>Vendas estimadas de eletricidade</p>
		<p>O Grupo procede à alienação de participações financeiras em empresas por si controladas com o objetivo de reinvestir fundos em novos projetos e à aquisição de participações financeiras consideradas relevantes para o seu portefólio de negócios e com vista a criação de valor para os acionistas, podendo resultar em perdas ou ganhos de controlos, respetivamente.</p> <p>A expressão dos montantes em causa é elevada, assim como o grau de julgamento associado à avaliação da perda ou ganho, à mensuração de eventuais cláusulas contingentes decorrentes das transações, ao apuramento do valor de aquisição e à identificação e valorização de eventuais ativos/passivos no exercício de alocação do valor de compra.</p>
		<p>Transações de partes de capital</p>
		<p>Devido à dispersão geográfica, os testes de imparidade ao goodwill (2 379M€), AFT (21 099M€), AI (4 915M€), investimentos em joint-ventures e associadas (1 350M€) são realizados para cada uma das unidades geradoras de caixa de cada área geográfica em que o Grupo opera.</p> <p>O valor recuperável de cada um (nomeadamente AFT de produção e de distribuição de eletricidade e AI relativos a direitos de concessão, goodwill e investimentos financeiros) é calculado com base em modelos complexos de fluxos de caixa descontados que apresentam subjetividade inerente à incerteza das projeções económicas e de mercado subjacentes e aos pressupostos utilizados (taxas de desconto, câmbio, crescimento, inflação, etc).</p> <p>Os modelos de avaliação são complexos e o nível de julgamento e subjetividade inerente é elevado.</p>
		<p>Recuperabilidade de ativos não correntes</p>
		<p>Os saldos de balanço ascendem a 2 353M€ no ativo e 3 941M€ no passivo.</p> <p>A exposição do Grupo a riscos financeiros reside essencialmente na carteira de dívida e na variabilidade dos preços das commodities, o que resulta em riscos de taxa de juro, câmbio e de preços de mercado. A gestão destes riscos é efetuada centralmente pela EDP, SA que utiliza um conjunto de instrumentos financeiros derivados para cobrir esses riscos.</p> <p>A mensuração dos instrumentos financeiros derivados é complexa e é realizada com base em dados observáveis de mercado e com recurso a modelos valorizados baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que exige elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos a utilizar.</p> <p>O Grupo prepara testes de eficácia sobre a sua carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura, o que envolve vários julgamentos e estimativas por parte da Gestão.</p>
		<p>Instrumentos financeiros derivados</p>
		<p>Tendo em conta a atividade e a grande dispersão regulatória, tem-se verificado um incremento da complexidade regulatória, o que originou várias disputas e potenciais contingências. Estas situações exigem que a Gestão procure apoio dos seus assessores jurídicos e recorra a julgamentos significativos sobre o mais provável desfecho, o que pode levar ao registo de provisões e à divulgação adicional de informação ao mercado.</p>
		<p>Enquadramento regulatório e legal</p>
		<p>As responsabilidades totalizam 1 120M€, abrangendo essencialmente benefícios de pensões de reforma por velhice ou reforma antecipada, por serviços de assistência médica e por cuidados de saúde. Estas responsabilidades são apuradas anualmente por um perito independente e de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada, tendo em vista um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais definidos pela Gestão. Alterações nos pressupostos financeiros e atuariais podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas e nos ativos associados aos benefícios.</p>
		<p>Pensões e benefícios pós-emprego</p>

	Auditora	KAM	Descrição
2018	PwC	Recuperabilidade de ativos não correntes	<p>O grupo detém goodwill (1.3M€), AI (250k€), AFT (14M€) e investimentos financeiros (349k€) registados pelo MEP e cuja alocação é feita por cada unidade geradora de caixa.</p> <p>Anualmente, são feitos testes de imparidade em cada uma das localizações de forma a testar a estimativa do valor recuperável e efetuar ajustamentos quando necessários. Estes testes são efetuados com base num modelo de cash flows descontados, tendo em conta os business plans aprovados e respetivos pressupostos adotados.</p> <p>Adicionalmente é também feita uma análise de sensibilidade dos pressupostos chave. A gestão inclui peritos independentes nestas análises à imparidade.</p> <p>Estão envolvidos diversos julgamentos críticos, estimativas muito significativas e pressupostos fulcrais (evolução do preço da eletricidade e de taxas de juro).</p>
		Venda de participações maioritárias em subsidiárias e outras participações em joint ventures	<p>No último trimestre de 2018, o Grupo vendeu 80% da participação em duas empresas dos EUA (o que levou à perda do controlo), bem como 13.5% de duas participadas na França (manteve o controlo conjunto em ambas). No caso dos EUA foi gerado um ganho de 108M€ e na França de 63M€.</p> <p>Este tema é uma KAM não só pela magnitude dos valores apresentados, mas também por ser importante perceber em que participações financeiras o Grupo detém controlo, controlo conjunto ou tem influência significativa, o que exige que sejam analisadas as transações, julgamentos e estimativas associadas a cada venda.</p>
		Instrumentos financeiros derivados	<p>Os saldos de balanço associados a instrumentos de derivados ascendem a 30M€ no ativo e 235M€ no passivo. O Grupo está exposto a certos riscos financeiros devido às atividades que realiza em vários países e, de forma a colmatá-los, a gestão contratualiza instrumentos derivados. O justo valor destes instrumentos é estimado com base em técnicas muito complexas que requerem a aplicação de julgamentos e pressupostos significativos da gestão.</p> <p>Os derivados utilizados como instrumentos de cobertura têm de cumprir com critérios específicos em relação à documentação e eficácia do mesmo bem como à regulamentação legal aplicável.</p>
2019	PwC	Recuperabilidade de ativos não correntes	<p>O grupo detém goodwill (1.2M€), AI (290k€), AFT (13M€) bens sob direito de uso (616k€) e investimentos financeiros (460k€) registados pelo MEP e cuja alocação é feita por cada unidade geradora de caixa (UGC).</p> <p>Anualmente, são feitos testes de imparidade em cada uma das UGCs de forma a estimar o valor presente de cash flows futuros gerados por estes ativos, tendo em conta os planos de negócio aprovados pela Gestão.</p> <p>Adicionalmente é também feita uma análise de sensibilidade dos pressupostos chave, que tendo em conta o histórico, pode sofrer alterações e consequentes ajustamentos podem se verificar.</p> <p>Estão envolvidos diversos julgamentos e estimativas significativas e pressupostos fulcrais (evolução do preço da eletricidade e de taxas de juro) que são alvo de incerteza.</p>
		Venda de participações maioritárias em subsidiárias e outras participações em joint ventures	<p>Em 2019, o Grupo vendeu todas as participações financeiras da EDPR Participaciones, S.L., EDP Renewables France, S.A.S. e Babilonia Holding, S.A. e consequentes subsidiárias.</p> <p>Este tema é uma KAM não só pela magnitude dos valores apresentados, mas também por ser importante perceber se o Grupo mantém o controlo ou não assim que a transação for fechada, o que exige a análise da aplicação de inúmeras estimativas em relação ao resultado das vendas.</p>
		Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros derivados	<p>Os saldos de balanço associados a instrumentos de derivados ascendem a 31M€ no ativo e 186M€ no passivo. O Grupo está exposto a certos riscos financeiros devido às atividades que realiza em vários países e, de forma a colmatá-los, a gestão contratualiza instrumentos derivados. O justo valor destes instrumentos é estimado com base em técnicas muito complexas que requerem a aplicação de julgamentos e pressupostos significativos pela Gestão.</p> <p>Os derivados utilizados como instrumentos de cobertura têm de cumprir com critérios específicos em relação à documentação e eficácia do mesmo bem como à regulamentação legal aplicável.</p>
2020	PwC	Recuperabilidade de ativos não correntes	<p>O grupo detém goodwill (1.2M€), AI (314k€), AFT (14M€) bens sob direito de uso (674k€) e investimentos financeiros (475k€) registados pelo MEP e cuja alocação é feita por cada unidade geradora de caixa (UGC).</p> <p>Anualmente, são feitos testes de imparidade em cada uma das UGCs de forma a estimar o valor presente de cash flows futuros gerados por estes ativos, tendo em conta os planos de negócio aprovados pela Gestão.</p> <p>Adicionalmente é também feita uma análise de sensibilidade dos pressupostos chave, que tendo em conta o histórico, pode sofrer alterações e consequentes ajustamentos podem se verificar.</p> <p>Estão envolvidos diversos julgamentos e estimativas significativas e pressupostos fulcrais (evolução do preço da eletricidade e de taxas de juro) que são alvo de incerteza.</p>
		Venda de participações maioritárias em subsidiárias que não são consideradas de negócio	<p>Em 2020, o Grupo vendeu as participações financeiras da Bon Vent de Corbera, S.L.U., da Eólica Sierra de Ávila, S.L.U., da Parc Eólic de Torre Madrina, S.L.U., da Parc Eólic de Coll de Moro, S.L.U., da Parc Eólic de Vilalba des Arcs, S.L.U., da Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.L. e da EDPR Wind Ventures XVII, LLC e, consequentemente perdeu controlo das mesmas.</p> <p>Este tema é uma KAM não só pela magnitude dos valores apresentados, mas também por ser importante perceber se o Grupo mantém o controlo ou não assim que a transação for fechada, o que exige a análise da aplicação de inúmeras estimativas em relação ao resultado das vendas.</p>
		Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros derivados	<p>Os saldos de balanço associados a instrumentos de derivados ascendem a 111M€ no ativo e 89M€ no passivo. O Grupo está exposto a certos riscos financeiros devido às atividades que realiza em vários países e, de forma a colmatá-los, a gestão contratualiza instrumentos derivados. O justo valor destes instrumentos é estimado com base em técnicas muito complexas que requerem a aplicação de julgamentos e pressupostos significativos pela gestão.</p> <p>Os derivados utilizados como instrumentos de cobertura têm de cumprir com critérios específicos em relação à documentação e eficácia do mesmo bem como à regulamentação legal aplicável.</p>

		<p>Em 2020, o Grupo assinou um acordo com o grupo Engie através do qual é acordada a gestão conjunta dos negócios offshore de ambos os grupos.</p> <p>O Grupo aprovou um aumento de capital na subsidiária OW Offshore, S.L. pelo mesmo montante que o Grupo EDPR detinha na referida empresa. Este aumento de capital foi integralmente subscrito e realizado pelo Grupo Engie, adquirindo assim 50% das ações da referida sociedade. Da mesma forma, o Grupo EDPR vendeu todas as suas participações no negócio offshore à empresa OW Offshore, S.L.</p> <p>O Grupo registou um rédito de 218M€.</p> <p>A contabilização desta transação requer uma análise da manutenção ou não do controlo pelo Grupo uma vez concretizada a transação, bem como do justo valor do negócio transferido, o que implica a aplicação de julgamentos críticos e pressupõe a existência de estimativas relevantes em relação aos resultados da operação.</p>
		<p>O Grupo adquiriu 100% das ações de um negócio de energias renováveis com presença em Espanha e Portugal pelo montante de 537M€, tendo-a classificado como uma combinação de negócios e consequentemente estimou o JV dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, o que está sujeito a julgamentos críticos, estimativas significativas e pressupostos fulcrais que são incertos e, portanto, variações futuras podem ter impactos materiais nas demonstrações financeiras.</p>
2021	PwC	<p>O grupo detém goodwill (1.3M€), AI (316k€), AFT (15M€) bens sob direito de uso (669k€) e investimentos financeiros em joint ventures e associadas (989k€) registados pelo MEP e cuja alocação é feita por cada unidade geradora de caixa (UGC).</p> <p>Anualmente, são feitos testes de imparidade em cada uma das UGCs de forma a estimar o valor presente de cash flows futuros gerados por estes ativos, tendo em conta os planos de negócio aprovados pela Gestão.</p> <p>Adicionalmente é também feita uma análise de sensibilidade dos pressupostos chave, que tendo em conta o histórico, pode sofrer alterações e consequentes ajustamentos podem se verificar.</p> <p>Estão envolvidos diversos julgamentos e estimativas significativas e pressupostos fulcrais (evolução do preço da eletricidade e de taxas de juro) que são alvo de incerteza.</p>
		<p>Em 2021, o Grupo vendeu as participações financeiras da 2019 Vento XX LLC, da Riverstart Ventures LLC, da Riverstart Development LLC, da Eólica do Sincelo S.A., da Eólica da Linha S.A. e da Indiana Crossroads Wind Farmand LLC e, consequentemente perdeu controlo das mesmas.</p> <p>Este tema é uma KAM não só pela magnitude dos valores apresentados, mas também por ser importante perceber se o Grupo mantém o controlo ou não assim que a transação for fechada, o que exige a análise da aplicação de inúmeras estimativas em relação ao resultado das vendas.</p>
		<p>Os saldos de balanço associados a instrumentos de derivados ascendem a 112M€ no ativo e 1 226M€ no passivo. O Grupo está exposto a certos riscos financeiros devido às atividades que realiza em vários países e, de forma a colmatá-los, a gestão contratualiza instrumentos derivados. O justo valor destes instrumentos é estimado com base em técnicas muito complexas que requerem a aplicação de julgamentos e pressupostos significativos pela gestão.</p> <p>Os derivados utilizados como instrumentos de cobertura têm de cumprir com critérios específicos em relação à documentação e eficácia do mesmo bem como à regulamentação legal aplicável.</p>
		<p>O Grupo adquiriu 85% das ações num negócio de distribuição e geração com presença na América do Norte por 46.5M€. A Gestão classificou esta operação como uma combinação de negócios e consequentemente estimou o JV dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, o que está sujeito a julgamentos críticos, estimativas significativas e pressupostos fulcrais que são incertos e, portanto, variações futuras podem ter impactos materiais nas demonstrações financeiras.</p>

Galp Energia, S.G.P.S., S.A.

	Auditora	KAM	Descrição
2018	PwC	<p>Imparidade de ativos não correntes no negócio de Exploração e Produção Petrolífera</p>	<p>Blocos petrolíferos em Angola, Brasil e Moçambique registados com valor contabilístico de 3.7M€. A análise de recuperabilidade destes ativos é feita com base num modelo de cash flows descontados, o qual é intrinsecamente subjetivo, nomeadamente devido à avaliação das reservas petrolíferas efetuadas por avaliadores externos e à utilização de diversas estimativas de taxas de desconto, cotações futuras estimadas de crude e gás, custos operacionais e investimentos necessários.</p> <p>Para além da imprevisibilidade associada, pequenas variações no pressupostos podem ter impactos materiais nas demonstrações financeiras. Em adição, a volatilidade dos preços (correntes e futuros) do crude e gás tem colocado uma pressão adicional na valorização dos ativos, o que fez com que os testes de imparidade efetuados reconhecessem uma reversão parcial de uma perda por imparidade de reconhecida em anos anteriores no valor de 18M€.</p>
		<p>Recuperabilidade de ativos não correntes em Espanha</p>	<p>Ativos não correntes relacionados com a distribuição de produtos refinados em Espanha ascende a 358M€ (AFT 247M€, AI 69M€ e impostos diferidos 42M€). Estes ativos são sujeitos a uma revisão anual de imparidade cujo modelo é de elevada complexidade e subjetivo, pois requer que a Gestão utilize estimativas e pressupostos sobre perspectivas económicas e de mercado.</p> <p>Não foram identificadas PI adicionais e os AID foram reduzidos em 7M€ devido a diferenças temporárias e à recuperação registada no período.</p>
		<p>Litígios e contingências fiscais</p>	<p>A dimensão, estrutura e dispersão geográfica faz com que exista uma grande complexidade a nível do registo de impostos. A 31.12.2018 existem 305M€ de provisões associadas a questões fiscais. A maior parte resulta de processos de inspeção fiscal em Portugal e de imposto sobre o rendimento petrolífero em Angola. A avaliação da probabilidade de desfecho desfavorável ao Grupo é avaliada com base no parecer dos assessores jurídicos e no julgamento efetuado pela Gestão.</p>
		<p>Successfull Efforts Method - alteração de política contabilística para reconhecimento dos dispêndios de exploração e avaliação de recursos petrolíferos</p>	<p>Alteração da política contabilística adotada desde 1999 em relação aos custos de exploração relativos a estudos de geologia e geofísica (passam de serem contabilizadas como AFT - e, posteriormente, depreciadas - para gastos operacionais do período). Esta revisão teve como fundamento a disponibilização de um reporte mais fiável, prudente e comparável com os restantes players. Verificou-se um impacto nas demonstrações financeiras de 2018 e exigiu reexpressão dos valores comparativos das mesmas.</p>

2019	EY	Auditoria aos saldos de abertura	<p>Foram nomeados auditores de primeiro ano em abril de 2019, o que exige a realização de um conjunto adicional de procedimentos que não são executados em auditorias recorrentes, bem como foram tomadas um conjunto de considerações e desenvolvidas atividades adicionais para a definição da estratégia e plano de auditoria adequados (entendimento do Grupo e das suas atividades, obtenção de prova de auditoria sobre os saldos de abertura, comunicação com o anterior auditor e discussão das KAMs e papéis de trabalho, etc.).</p> <p>Para algumas áreas específicas que apresentam um maior risco de auditoria decorrente da magnitude dos valores, complexidade e elevado julgamento foram efetuados procedimentos adicionais de auditoria sobre os saldos de abertura (instrumentos financeiros derivados, revisão dos pressupostos atuariais, moeda funcional em algumas geografias, testes de imparidade sobre os principais ativos, questões fiscais mais significativas mais significativas, entendimento geral e específico das tecnologias de informação que suportam o Grupo).</p>
		Recuperabilidade de ativos não correntes de exploração e produção	<p>A análise de recuperabilidade requer a definição de um conjunto de estimativas e pressupostos assentes em previsões económicas e de mercado (projeção dos cash flows futuros, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto). Para além do elevado grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos ativos não correntes de Exploração e Produção do Grupo (via definição de estimativas e pressupostos complexos num ambiente de constante volatilidade), o valor é material (ascende a 2 247M€).</p> <p>Foi ainda tida em consideração a avaliação dos preços do petróleo nos mercados internacionais decorrentes da pandemia da COVID-19.</p>
		Recuperabilidade de ativos não correntes em Espanha	<p>Os ativos não correntes relacionados com a distribuição de produtos refinados na UGC Espanha ascende a 339M€ (237M€ em AFT, 63M€ AI e 39M€ em Impostos diferidos ativos).</p> <p>Em adição à materialidade dos valores apresentados, o grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos ativos não correntes requer a definição de estimativas e pressupostos complexos por parte do órgão de Gestão. Não foram desreconhecidos ativos por impostos diferidos nem identificadas perdas por imparidade adicionais.</p>
		Instrumentos financeiros derivados	<p>Saldo dos instrumentos derivados ascende a 140M€ no ativo e 89M€ no passivo. Ainda que sejam contratados e detidos com o objetivo de gerir o risco, apenas alguns cumprem com os requisitos da contabilidade de cobertura da IFRS 9 (os que não cumprem são considerados derivados de trading).</p> <p>Para além da expressão dos montantes, do volume de transações elevado e da magnitude potencial dos impactos decorrentes da atividade de trading, existe um elevado julgamento associado à valorização e uma elevada complexidade dos sistemas de informação, folhas de cálculo e processos que suportam um volume significado de diferentes tipos de transações de derivados.</p>
		Adoção da IFRS 16 - Locações	<p>A IFRS 16 foi adotada a 1.01.2019, tendo o Grupo adotado o Modified Retrospective Method na aplicação inicial e reconhecido o efeito acumulado da 1ª adoção na mesma data.</p> <p>O Grupo reconheceu no passivo (1 223M€) responsabilidades com locações anteriormente classificadas como locações operacionais e o ativo correspondente (direito de uso - 1 167M€) foi mensurado pela quantia que iguala as responsabilidades com locações ajustada de diferimentos e acréscimos de gastos ou adiantamentos relacionados com as locações.</p> <p>Foi considerada uma KAM devido à complexidade de cálculo, responsabilidades com locações e direito de uso, novos processos de recolha de dados e do significativo grau de julgamento da gestão na determinação de pressupostos.</p>
2020	EY	Concentração das atividades de refinação em Sines: PI e provisões de encerramento	<p>A Galp decidiu concentrar as suas atividades de refinação e desenvolvimentos futuros em Sines, descontinuando as operações de refinação em Matosinhos a partir de 2021. Assim, em 2020 foram reconhecidas perdas por imparidade nos ativos de refinação de 153M€ e custos de encerramento de 128M€.</p> <p>Para além da materialidade dos valores apresentados, este tema exigiu um grau de julgamento associado à avaliação do montante recuperável dos ativos no contexto da sua utilização futura e à estimativa dos custos de encerramento (não existe precedente histórico que sirva de referência).</p>
		Recuperabilidade de ativos não correntes de upstream	<p>A análise de recuperabilidade requer a definição por parte da Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos assentes em previsões económicas e de mercado (projeção dos cash flows futuros e taxas de desconto). Para além do elevado grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos ativos não correntes de upstream (via definição de estimativas e pressupostos complexos num ambiente de constante volatilidade), o valor é material (ascende a 3 761M€).</p>
		Recuperabilidade de ativos não correntes da rede de postos em Espanha	<p>O montante relacionado com a rede de postos na UGC Espanha ascende a 276M€ (221M€ em AFT e 55M€ em AI). Foi considerada KAM não só pela materialidade dos montantes em causa como ao grau de julgamento associado à recuperabilidade destes ativos não correntes devido à definição de estimativas e pressupostos complexos por parte da Gestão e ainda pelo contexto económico de incerteza agravada pela pandemia da COVID-19.</p>
		Instrumentos financeiros derivados	<p>Saldo dos instrumentos derivados ascende a 198M€ no ativo e 167M€ no passivo. Ainda que sejam contratados e detidos com o objetivo de gerir o risco, apenas alguns cumprem com os requisitos da contabilidade de cobertura da IFRS 9 (os que não cumprem são considerados derivados de trading).</p> <p>Para além da expressão dos montantes, do volume de transações elevado e da magnitude potencial dos impactos decorrentes da atividade de trading, existe um elevado julgamento associado à valorização e uma elevada complexidade dos sistemas de informação, folhas de cálculo e processos que suportam um volume significado de diferentes tipos de transações de derivados.</p>
		Aquisição de projetos solares em Espanha	<p>Em 2020, o Grupo assinou um contrato de compra e venda (SPA) com o Grupo ACS para a aquisição de projetos fotovoltaicos em Espanha. A este contrato foram subsequentemente introduzidos novos termos e condições incluindo a criação de uma nova empresa comum.</p> <p>Por via de um acordo parassocial entre acionistas, o Grupo ACS manteve uma participação de 24,99% e o Grupo adquiriu uma participação de 75,01% por 325M€. O reconhecimento deste investimento para além de material requer julgamentos na respetiva contabilização e conformidade com a IFRS 11 - Acordos Conjuntos.</p>

2021	EY	<p>Recuperabilidade de ativos não correntes, incluindo os potenciais impactos das alterações climáticas e transição energética</p>	<p>O valor contabilístico de ativos não correntes assente a 5 814M€, dos quais 4 223M€ são relativos ao segmento de Upstream.</p> <p>A análise de recuperabilidade dos ativos não correntes é complexa tendo em conta a quantidade significativa de julgamento envolvido na determinação da existência de indicadores de imparidade ou reversão das mesmas, tendo em consideração o aumento da incerteza em torno da procura e o ritmo de descarbonização motivado pelas alterações climáticas e transição energética.</p> <p>O julgamento mais significativo prende-se com a visão do órgão de Gestão sobre as perspetivas de longo prazo dos preços de petróleo e gás, pois obriga à reflexão sobre a evolução futura da procura de produtos petrolíferos tendo em consideração o crescimento económico global, a eficiência tecnológica e a atuação política.</p>
		<p>Impactos financeiros relacionados com o encerramento da refinaria de Matosinhos</p>	<p>Após encerramento da refinaria em Matosinhos, a Galp juntamente com o Município de Matosinhos e CCDDR-N anunciou um protocolo para desenvolver uma solução integrada para a criação de um distrito de inovação que renovará a área onde a refinaria estava instalada. Com base nesta informação, foi feita uma atualização da expectativa dos impactos financeiros futuros relacionados com o encerramento da refinaria.</p> <p>O Grupo reforçou as provisões para desmantelamento em 71M€, reforçou as perdas por imparidade acumuladas em 50M€, e registou um ganho de 49M€ relacionado com o valor residual dos ativos a desmantelar.</p>
		<p>Implementação de um novo sistema de informação - ERP</p>	<p>No seguimento do processo de transformação digital, o Grupo implementou um sistema de informação financeira (ERP) transversal à generalidade das entidades do Grupo, o que impactou os principais processos internos.</p> <p>Em 2021 migraram para o SAP HANA entidades de negócio de Industrial & Energy Management e Commercial bem como a empresa-mãe (Galp SGPS) as quais totalizam 41% dos ativos e 68% do VN.</p> <p>Para além da complexidade do sistema e das diversas atividades das empresas impactadas, verificou-se um elevado volume de dados existentes e riscos inerentes associados à integridade e segurança, incluindo a eficácia dos controlos de sistema e cibersegurança com potencial impacto significativo.</p>
		<p>Instrumentos financeiros derivados</p>	<p>Saldo dos instrumentos derivados ascende a 1 106M€ no ativo e 1 205M€ no passivo. Ainda que sejam contratados e detidos com o objetivo de gerir o risco, apenas alguns cumprem com os requisitos da contabilidade de cobertura da IFRS 9 (os que não cumprem são considerados derivados de trading).</p> <p>Em 2021, o Grupo deu continuidade à implementação de controlos internos e processos relacionados com a área de Energy Management ao mesmo tempo que se verificou uma significativa volatilidade dos preços das commodities (maior dispêndio de caixa) e incertezas relativas ao fornecimento de gás nos mercados internacionais (crescente incerteza em resultado do conflito armado na Ucrânia).</p> <p>Para além da expressão dos montantes, do volume de transações elevado e da magnitude potencial dos impactos decorrentes da atividade de trading, existe um elevado julgamento associado à valorização e uma elevada complexidade dos sistemas de informação, folhas de cálculo e processos que suportam um volume significado de diferentes tipos de transações de derivados.</p>

CTT - Correios de Portugal, S.A.

Auditora		KAM	Descrição
2018	KPMG	<p>Reconhecimento do rédit</p>	<p>Os CTT operam em várias áreas de negócio com políticas de reconhecimento do rédit distintas para cada uma delas. Presume-se que existe risco de fraude acrescido associado ao rédit decorrente da pressão sobre a gestão em atingir os resultados estimados.</p>
		<p>Benefícios aos empregados</p>	<p>As responsabilidades com cuidados de saúde pós-emprego e outros benefícios de longo prazo a empregados e aos órgãos sociais envolvem um significativo grau de julgamento dos pressupostos de longo prazo e totalizam 261M€.</p>
		<p>Investimento no Banco CTT</p>	<p>O Banco continuou a sua estratégia de investimento e expansão sendo a monitorização do cumprimento do orçamento, ajustes efetuados ao mesmo e plano aprovado pelo acionista são relevantes para a estratégia de auditoria.</p>
		<p>Plano de transformação operacional</p>	<p>Implementação de um plano com o objetivo de potenciar o crescimento e eficiência operacional dos CTT com principais impactos ao nível do reconhecimento de gastos - 20.6M€ - com indemnizações, reconhecimento de uma provisão - 1.5M€ - para perdas relacionadas com a supressão de lojas postais e centros de distribuição postal e redução da estimativa de remunerações variáveis a pagar.</p>
2019	KPMG	<p>Reconhecimento do rédit</p>	<p>Os CTT operam em várias áreas de negócio com políticas de reconhecimento do rédit distintas para cada uma delas. Deste modo presume-se que existe risco de fraude associado ao reconhecimento do rédit.</p>
		<p>Benefícios aos empregados</p>	<p>As responsabilidades com cuidados de saúde pós-emprego e outros benefícios de longo prazo a empregados e aos órgãos sociais envolvem um significativo grau de julgamento dos pressupostos de longo prazo e totalizam 287M€.</p>
		<p>Investimento no Banco CTT</p>	<p>O Banco continuou a sua estratégia de investimento, alargamento da rede de balcões e de lançamento de novos produtos com a aquisição em maio de 2019 da 321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A..</p> <p>A monitorização do cumprimento e ajustes efetuados ao orçamento e plano aprovado pelo acionista são relevantes para a estratégia de auditoria.</p>

		<p>A rubrica totaliza 482M€. Para efeitos de determinação da imparidade, os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são classificados em 3 categorias (Stage 1,2 e 3), tendo em consideração a identificação ou não de uma deterioração significativa do risco de crédito. Para o Grupo a determinação deste efeito é um processo relevante dado que influencia os níveis de <i>Expected Credit Loss</i> (ECL).</p> <p>A análise coletiva é baseada em estimativas e pressupostos para a determinação da ECL tendo em consideração o histórico de perdas em carteiras de crédito com risco semelhante e o conhecimento das envolventes económica e creditícia.</p> <p>A análise individual implica um juízo de valor no apuramento da melhor estimativa dos fluxos de caixa. Esta é feita nas exposições mais relevantes de cada segmento de crédito e nos contratos que reúnam determinadas características qualitativas.</p> <p>O processo de avaliação da imparidade apresenta elevada complexidade no seu desenho e implementação e inclui diversas estimativas e julgamentos por parte do Grupo.</p>
		<p>Imparidade para crédito a clientes - crédito automóvel e locação financeira</p>
		<p>Concessão de crédito à habitação</p> <p>Em março de 2017, o Banco integrou a concessão do produto de Crédito à Habitação que foi criado de raiz pelo mesmo, com base em um <i>workflow</i> informático desenvolvido em parceria com um parceiro externo. A rubrica Crédito a clientes bancários (habitação e descobertos) totaliza 406M€, dos quais 405M€ dizem respeito a crédito à habitação, o que revela um elevado peso na atividade do Banco.</p>
2020	KPMG	<p>Reconhecimento do rédit</p> <p>Os CTT operam em várias áreas de negócio com políticas de reconhecimento do rédit distintas para cada uma delas.</p> <p>Deste modo presume-se que existe risco de fraude associado ao reconhecimento do rédit, reforçado pelo impacto da COVID-19 que afetou de forma significativa e diferenciada o rédit das diferentes áreas de negócio.</p>
		<p>Benefícios aos empregados - responsabilidade com cuidados de saúde</p> <p>As responsabilidades com cuidados de saúde pós-emprego e outros benefícios de longo prazo a empregados e aos órgãos sociais envolvem um significativo grau de julgamento dos pressupostos de longo prazo.</p> <p>Adicionalmente, o impacto significativo da COVID-19 no acesso a cuidados de saúde em 2020, implicou um maior grau de julgamento na definição da taxa de crescimento dos custos médicos.</p>
		<p>Recuperabilidade do Goodwill da 321 Crédito</p> <p>O goodwill ascende a 70M€, dos quais 61M€ correspondem à aquisição da 321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A em maio de 2019.</p> <p>A monitorização do cumprimento do orçamento e plano aprovado pelo acionista é relevante, particularmente o impacto das condições atuais de mercado decorrentes da pandemia gerada pela COVID-19 (novos contratos, ajustamentos ao plano, entradas de capital pelo acionista e distribuição de dividendos). A evolução da conjuntura económica e a propagação da COVID-19 e respetivos efeitos podem criar maior pressão sobre os resultados da 321 Crédito.</p>
		<p>A rubrica totaliza 582M€. Para efeitos de determinação da imparidade, os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são classificados em 3 categorias (Stage 1,2 e 3), tendo em consideração a identificação ou não de uma deterioração significativa do risco de crédito. Para o Grupo a determinação deste efeito é um processo relevante dado que influencia os níveis de <i>Expected Credit Loss</i> (ECL).</p> <p>Como resposta à crise económica decorrente da COVID-19, o Estado Português e algumas associações setoriais implementaram um mecanismo de moratórias de crédito, permitindo a interrupção total ou parcial das prestações. Segundo o BdP e a European Banking Authority esta adesão não qualifica como uma reestruturação das categorias acima referidas, o que pode levar a um aumento do risco de crédito não identificado atempadamente pelo Grupo.</p> <p>A análise coletiva é baseada em estimativas e pressupostos para a determinação da ECL tendo em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) o histórico de perdas em carteiras de crédito com risco semelhante; ii) o conhecimento das envolventes económica e creditícia; iii) influência sobre o nível de perdas históricas e futura (<i>forward looking</i>), especialmente relevante considerando a envolvente económica incerta da COVID-19. <p>A análise individual implica um juízo de valor no apuramento da melhor estimativa dos fluxos de caixa. Esta é feita nas exposições mais relevantes de cada segmento de crédito e nos contratos que reúnam determinadas características qualitativas.</p> <p>O processo de avaliação da imparidade apresenta elevada complexidade no seu desenho e implementação e inclui diversas estimativas e julgamentos por parte do Grupo.</p>
		<p>Imparidade para crédito a clientes - crédito automóvel e locação financeira</p>
		<p>Concessão de crédito à habitação</p> <p>Em março de 2017, o Banco integrou a concessão do produto de Crédito à Habitação que foi criado de raiz pelo mesmo, com base em um <i>workflow</i> informático desenvolvido em parceria com um parceiro externo.</p> <p>Para além do peso desta área na atividade operacional do Grupo e dos objetivos definidos para a gestão, o contexto de incerteza económica associado à COVID-19 justificam a classificação deste tema como KAM.</p>
2021	EY	<p>Reconhecimento do rédit</p> <p>Os CTT operam em várias áreas de negócio com políticas de reconhecimento do rédit distintas para cada uma delas, tendo registado 758M€ de VN. O reconhecimento do rédit assenta em vários rermos contratuais distintos, diferentes preços e políticas de reconhecimento do rédit distintas.</p> <p>Adicionalmente, existe um conjunto complexo de sistemas de informação associado ao reconhecimento do rédit que pretende garantir que este é reconhecido na sua plenitude, com exatidão e no período correto.</p>
		<p>Responsabilidade com benefícios aos empregados</p> <p>O Grupo recorre a um atuário independente para a determinação do valor atual das responsabilidades com cuidados de saúde e outros benefícios de longo prazo (282M€). O modelo de avaliação das responsabilidades é complexo e exige um elevado nível de julgamento por parte do atuário e do órgão de Gestão que dependem de previsões demográficas e financeiras.</p>

	<p>Recuperabilidade do Goodwill da 321 Crédito S.A.</p>	<p>O goodwill ascende a 81M€, dos quais 61M€ correspondem à aquisição da 321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A em maio de 2019.</p> <p>A análise de recuperabilidade do Goodwill requer um significativo grau de julgamento por parte do órgão de Gestão pois é necessário definir um conjunto de estimativas e pressupostos assentes em previsões económicas e de mercado. Estes pressupostos para além de complexos têm que ser adotada com base num ambiente de constante volatilidade e crescente aumento de incerteza decorrente dos impactos macroeconómicos da pandemia da COVID-19.</p>
	<p>Apuramento de perdas por imparidade no crédito</p>	<p>A rubrica de crédito a clientes bancários apresenta um montante de 1.5M€ e a imparidade 31M€. Os modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito são complexos, requerem o tratamento de um volume significativo de dados e representam a melhor estimativa do órgão de gestão sobre a perda esperada da carteira de crédito a clientes tendo por base julgamentos críticos, indicadores históricos, benchmarks e, no caso de avaliações individuais com base em julgamentos de especialistas.</p> <p>Adicionalmente, os efeitos da pandemia da COVID-19 podem não estar totalmente ultrapassados nem integralmente materializados devido à incerta extensão e, por isso, o registo da imparidade deve ter em conta estes potenciais impactos na qualidade dos ativos.</p>

Ibersol, S.G.P.S., S.A.

	Auditora	KAM	Descrição
2018	KPMG	Recuperabilidade dos AFT, goodwill e AI	Os AFT totalizam 201M€, o goodwill 91M€ e os AI 36M€ e as PI registadas em 2018 ascenderam a 3M€. Valores materiais e testes de imparidade complexos e subjetivos devido à incerteza inerente às projeções financeiras e expectativas da Gestão.
2019	KPMG	Recuperabilidade dos AFT, direitos de uso, goodwill e AI	Os testes de imparidade efetuados aos AFT (217M€), direitos de uso (322M€) goodwill (88M€) e ativos intangíveis (36M€) é um processo complexo e subjetivo decorrente da incerteza inerente às projeções financeiras e estimativas do órgão de Gestão materializadas em planos de negócio, os quais por sua vez estão assentes em diversos pressupostos não observáveis no mercado. O Grupo apurou perdas por imparidade de 4M€.
		Adoção da IFRS 16 - Locações	A IFRS 16 foi adotada de forma retrospectiva com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido a essa data, tendo-se verificado um impacto relevante na demonstração da posição financeira e nos resultados do exercício. Para além da materialidade dos valores apresentados (direitos de uso de 322M€, responsabilidades com locações correntes de 54M€ e não correntes de 286M€) e do elevado número de contratos de locação do grupo, existe grande complexidade e julgamentos significativos associados à mensuração dos ativos sob direitos de uso e dos passivos por locação.
2020	KPMG	Recuperabilidade dos ativos não correntes (AFT, direitos de uso, goodwill, AI e AID)	A recuperabilidade dos ativos não correntes é um processo complexo e subjetivo decorrente da incerteza inerente às projeções financeiras e estimativas do Conselho de Administração materializadas em modelos de avaliação que assentam em planos de negócio, os quais por sua vez têm subjacentes diversos pressupostos não observáveis no mercado. O Grupo apurou perdas por imparidade de 8,3M€.
		Impactos das concessões de rendas de contratos de locação	Em resposta aos efeitos da pandemia da COVID-19 ocorreram diversas negociações com locadores, bem como alterações legislativas no que concerne às rendas de espaços em centros comerciais, que se traduziram em concessões de rendas dos contratos de locação cujo tratamento contabilístico é complexo.
2021	KPMG	Recuperabilidade dos ativos não correntes (AFT, direitos de uso, goodwill, AI e AID)	Os testes de imparidade efetuados aos AFT, direitos de uso, goodwill e ativos intangíveis são um processo complexo e subjetivo decorrente da incerteza inerente às projeções financeiras e estimativas do órgão de Gestão materializadas em planos de negócio, os quais por sua vez estão assentes em diversos pressupostos não observáveis no mercado. O Grupo apurou perdas por imparidade de 6.3M€.
		Mensuração do direito de uso e das responsabilidades com locações	A mensuração dos direitos de uso e das responsabilidades com locações (novos contratos e modificações contratuais) envolve montantes significativos (devido ao elevado número de contratos de locação) e implica julgamentos da Gestão relativamente aos prazos de locação e taxas de desconto. Em outubro de 2021, a Lei 13/2021 veio introduzir alterações às condições contratuais das locações de espaços comerciais em aeroportos geridos pela AENA, o que implicou impactos contabilísticos complexos e materiais nas demonstrações financeiras.

	Auditora	KAM	Descrição
2018	EY	Valorização de lojas próprias (AFT) e lojas arrendadas (direito de utilização)	O Grupo opera em Portugal, Polónia e Colômbia. O valor contabilístico das lojas é material (2.7M€) e a avaliação anual de identificação de indícios de imparidade é subjetiva (foca-se no desempenho futuro das lojas). Foi desenvolvido um plano de implementação detalhado para a adoção da IFRS 16 a partir de 2019, com vista a introdução de um modelo contabilização único semelhante ao que é dado às locações financeiras nas contas dos locatários. Direito de uso equivalente a 2.4M€.
		Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais	O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores que estão associados a contratos com fornecedores sob várias formas de créditos e descontos. O processo de cálculo e contabilização de alguns descontos de grande magnitude envolvem processos manuais e, por isso, existe maior probabilidade de ocorrência de erros nas demonstrações financeiras.
		Litígios e contingências fiscais	Total de contingências com desfecho desfavorável ascende a 33M€. Assuntos fiscais e disputas com a Autoridade Fiscal são monitorizados constantemente pelo órgão de Gestão e pela Comissão de Auditoria, tendo por base os pareceres dos consultores jurídicos do grupo e advogados externos. O Grupo divulga um risco: a Lei do OE para 2016, 2017, 2018 e 2019 que está relacionada com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas (50M€ de imposto a pagar por cada ano).
2019	EY	Valorização de lojas próprias (AFT) e lojas arrendadas (direito de utilização)	O Grupo opera em Portugal, Polónia e Colômbia. O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos e direitos de uso a si associados é material (5 468M€) e existe um elevado julgamento envolvido na identificação de indícios e avaliação anual de imparidade (foca-se no desempenho futuro das lojas).
		Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais	O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ganhos suplementares) que estão associados a contratos com fornecedores sob várias formas de créditos e descontos e que se encontram reconhecidos no custo das vendas, devendo ser reconhecidos em resultados no momento de venda dos produtos. O processo de cálculo e contabilização de alguns descontos de grande magnitude envolvem processos manuais e, por isso, mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras.
		Litígios e contingências fiscais	Total de contingências com desfecho desfavorável ascende a 94M€. Assuntos fiscais e disputas com a Autoridade Fiscal são monitorizados constantemente pelo órgão de Gestão e pela Comissão de Auditoria, tendo por base os pareceres dos consultores jurídicos do grupo e advogados externos. O Grupo divulga um risco: a Lei do OE para 2016, 2017, 2018 e 2019 que está relacionada com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas (225M€). Em 2019 foi recebida a nota de liquidação da AT referente ao exercício de 2016 no valor de 56M€. Para além da materialidade dos valores, existe grande complexidade, grau de julgamento e incerteza quanto ao desfecho final.
		Adoção da IFRS 16 - Locações	De acordo com as novas regras foram adotadas retrospectivamente com o efeito acumulado a ser reconhecido na data de transição a 1.1.2019, não existindo reexpressão das contas comparáveis de 2018. Com a adoção da IFRS 16 o grupo reconheceu no passivo responsabilidades com locações anteriormente classificadas como locações operacionais e o ativo correspondente (direitos de uso) foi mensurado inicialmente pela quantia que iguala as responsabilidades com locações ajustada de diferimentos e acréscimos. As anteriores locações operacionais do Grupo cujas responsabilidades são agora registadas no passivo dizem respeito a contratos de arrendamento de lojas e armazéns com diferentes prazos e diversas opções de extensão / rescisão. Foi considerada uma KAM pois o cálculo das responsabilidades com locações e direitos de uso é complexo, envolvendo novos processos de recolha de informação e um significativo julgamento da Gestão na determinação de pressupostos como o prazo da locação e a taxa de desconto.
2020	EY	Valorização de lojas próprias (AFT) e lojas arrendadas (direito de utilização)	O Grupo opera em Portugal, Polónia e Colômbia. O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos e direitos de uso a si associados é material (5 233M€) e existe um elevado julgamento envolvido na identificação de indícios e avaliação anual de imparidade (foca-se no desempenho futuro das lojas).
		Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais	O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ganhos suplementares) que estão associados a contratos com fornecedores sob várias formas de créditos e descontos e que se encontram reconhecidos no custo das vendas, devendo ser reconhecidos em resultados no momento de venda dos produtos. O processo de cálculo e contabilização de alguns descontos de grande magnitude envolvem processos manuais e, por isso, mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras.
		Litígios e contingências legais e fiscais	Total de contingências com desfecho desfavorável ascende a 103M€. Assuntos fiscais e disputas com as Autoridades Fiscais e da Concorrência são monitorizados constantemente pelo órgão de Gestão e pela Comissão de Auditoria, tendo por base a opinião expressa pelos advogados e consultores fiscais do Grupo bem como advogados externos, sempre de acordo com o julgamento da Gestão. O Grupo divulga um risco: a Lei do OE para 2016, 2017, 2018 e 2019 que está relacionada com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas (56M€). Em 2020, foram emitidas multas pela autoridade da concorrência ao Pingo Doce (91M€) e à Jerónimo Martins Polska (185M€). Para além da materialidade dos valores, existe grande complexidade, grau de julgamento e incerteza quanto ao desfecho final.
		IFRS 16 - Valorização do direito de uso	O valor dos Direitos de uso ascende a 2 167M€ e o das Responsabilidades com Locações ascende a 2 273M€ e são relativos a contratos de arrendamento de lojas e armazéns com diferentes prazos e opções de extensão / rescisão. O cálculo destes montantes contém um conjunto significativo de julgamentos por parte da Gestão, nomeadamente o prazo da locação e a taxa de desconto.

2021	EY	Valorização de lojas próprias (AFT) e lojas arrendadas (direito de utilização)	O Grupo opera em Portugal, Polónia e Colômbia. O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos e direitos de uso a si associados é material (5 398M€) e existe um elevado julgamento envolvido na identificação de indícios e avaliação anual de imparidade (foca-se no desempenho futuro das lojas).
		Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais	O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ganhos suplementares) que estão associados a contratos com fornecedores sob várias formas de créditos e descontos e que se encontram reconhecidos no custo das vendas, devendo ser reconhecidos em resultados no momento de venda dos produtos. O processo de cálculo e contabilização de alguns descontos de grande magnitude envolvem processos manuais e, por isso, mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras.
		Litígios e contingências legais e fiscais	Total de contingências com desfecho desfavorável ascende a 175.5M€. Assuntos fiscais e disputas com as Autoridades Fiscais e da Concorrência são monitorizados constantemente pelo órgão de Gestão e pela Comissão de Auditoria, tendo por base a opinião expressa pelos advogados e consultores fiscais do Grupo bem como advogados externos, sempre de acordo com o julgamento da Gestão. O Grupo divulga um risco: a Lei do OE para 2016, 2017, 2018 e 2019 que está relacionada com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas (12M€ já liquidados pela AT). Em 2020 e 2021, foram emitidas multas pela autoridade da concorrência ao Pingo Doce (124M€) e à Jerónimo Martins Polska (198M€). Para além da materialidade dos valores, existe grande complexidade, grau de julgamento e incerteza quanto ao desfecho final.
		IFRS 16 - Valorização do direito de uso	O valor dos Direitos de uso ascende a 2 248M€ e o das Responsabilidades com Locações ascende a 2 387M€ e são relativos a contratos de arrendamento de lojas e armazéns com diferentes prazos e opções de extensão / rescisão. O cálculo destes montantes contém um conjunto significativo de julgamentos por parte da Gestão, nomeadamente o prazo da locação e a taxa de desconto.

Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.

		Auditora	KAM	Descrição
2018	PwC	Reconhecimento do réditto de contratos de construção		Setor da construção caracterizado pela existência de contratos plurianuais. Valor do réditto referente a contratos de construção é de 2 053M€, valor este reconhecido conforme a percentagem de acabamento. Na determinação da percentagem de acabamento dos contratos são realizadas estimativas e julgamentos significativos, nomeadamente: rendimentos globais do contrato, gasto a incorrer até à sua conclusão, impactos de trabalhos realizados diferentes dos contratados, atrasos e reclamações existentes e futuras. Estas estimativas são revistas anualmente com base no melhor conhecimento da Gestão, sendo que as alterações podem ser materiais no réditto e margens anteriormente reconhecidas. Valores são expressivos e a incerteza e complexidade dos julgamentos nas estimativas elevadas.
		Imparidade e valorização de ativos não correntes		Anualmente são efetuados testes para determinar se existem indícios de imparidade e qual a estimativa da quantia recuperável (no caso do tratamento e valorização de resíduos - PI de 240M€ - , construção da MEEC - PI de 77M€ - , transporte ferroviário - PI de 30M€ - , atividade logística a desenvolver no Malawi - PI 22M€ - exploração de pedreiras - PI de 42M€), bem como para determinar o justo valor da participação de capital numa entidade não cotada em mercado regulamentado (JV de 47M€ e variação negativa de 10M€). Para ambos é necessário adotar pressupostos complexos que envolvem incertezas e julgamentos significativos como previsões de rentabilidade futura, taxas de crescimento e de desconto, montantes de investimento, intenções de uso futuro dos ativos, etc.
		Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades		As contas a receber de Clientes e Outros Devedores apresentam 1 112M€. O Grupo estima o valor atual das contas a receber nas situações em que é expectável que o recebimento se prolongue para além do ciclo operacional normal (12 meses). O Grupo avalia anualmente por via de uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores, o montante de perdas por imparidade a reconhecer para o valor não recuperável estimado das contas a receber com antiguidade ou para as quais foram identificados indícios de imparidade. A identificação das contas em imparidade e a determinação do respetivo valor recuperável e a modelização de matrizes para a determinação de potenciais PI por tipologia de cliente / setor / país envolvem julgamentos significativos da Gestão (capacidade de regularizar a dívida, probabilidade de incumprimento, segmentação da carteira de clientes nos diferentes perfis de risco de crédito, momento em que é expectável que ocorra o recebimento, taxa de desconto a aplicar, etc.). Para além disso, nas diferentes geografias existem contratos com entidades enquadráveis como entidades públicas, o que introduz um nível adicional de subjetividade e incerteza nestes julgamentos.
		Valorização de inventários imobiliários e propriedade de investimento		O Grupo detém 187M€ em inventários relativos a imóveis para alienação no estado atual ou para desenvolvimento imobiliário e posterior alienação registados pelo menor entre o custo de aquisição, custo produção e valor realizável líquido ; 134M€ em propriedades de investimento registadas ao JV com impacto positivo nas demonstrações financeiras no valor de 21M€. A determinação do valor líquido de realização ou do JV destes ativos requer a realização de estimativas que, por sua vez, envolve a utilização de pressupostos e julgamentos por parte da gestão (vendas comparáveis de mercado, projeções de fluxos de caixa futuros, rendas de mercado e taxas de desconto).

		<p>Encontram-se registados 95M€ em provisões para contingências, nomeadamente reclamações e outras responsabilidades associadas aos contratos de construção, incluindo garantias de obra.</p> <p>Tendo em conta a dimensão, estrutura e dispersão geográfica das suas operações, o Grupo está exposto a enquadramentos fiscais e legais diversificados, o que leva a um acréscimo na complexidade dos procedimentos de natureza fiscal e legal. Como consequência existem várias questões fiscais em aberto e processos de natureza legal em curso para os quais não foram constituídas provisões e que representam passivos contingentes. A avaliação da probabilidade de desfecho desfavorável para constituição de uma provisão é efetuada pela Gestão com base no seu julgamento e no parecer dos assessores jurídicos e fiscais do Grupo.</p>
		<p>Impacto nas demonstrações financeiras da qualificação de Angola como economia hiperinflacionária</p> <p>Em resultado dos elevados níveis de inflação nos últimos três anos (em termos acumulado aproximaram-se dos 100%) e tendo em consideração outros aspetos qualitativos, Angola foi classificada como uma economia hiperinflacionária em 2017 e 2018. Assim, segundo a IAS 29, as demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda angolana devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente no final do período de relato. Os ganhos ou perdas devem ser incluídos nos lucros e prejuízos e divulgados separadamente. Assim, as demonstrações financeiras das subsidiárias foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços de Angola e depois transpostas às taxas de câmbio em vigor à data de reporte, o que resultou num acréscimo de 35M€ dos resultados apresentados na demonstração consolidada do outro rendimento integral e num decréscimo de 24M€ na demonstração consolidada dos resultados.</p> <p>Foi considerada uma KAM devido à magnitude dos impactos produzidos.</p>
		<p>Reconhecimento do réditto de contratos de construção</p> <p>Setor da construção caracterizado pela existência de contratos plurianuais. Valor do réditto referente a contratos de construção é de 2 051M€, valor este reconhecido conforme a percentagem de acabamento. Na determinação da percentagem de acabamento dos contratos são realizadas estimativas e julgamentos significativos, nomeadamente: rendimentos globais do contrato, gasto a incorrer até à sua conclusão, impactos de trabalhos realizados diferentes dos contratados, atrasos e reclamações existentes e futuras.</p> <p>Estas estimativas são revistas anualmente com base no melhor conhecimento da Gestão, sendo que as alterações podem ser materiais no réditto e margens anteriormente reconhecidas.</p> <p>Valores são expressivos e a incerteza e complexidade dos julgamentos nas estimativas são elevadas.</p>
		<p>Imparidade e valorização de ativos não correntes</p> <p>Anualmente são efetuados testes para determinar se existem indícios de imparidade e a estimativa da quantia recuperável (no caso do tratamento e valorização de resíduos - PI de 260M€ - , construção da MEEC - PI de 78M€ - , atividade logística a desenvolver no Malawi - PI 21M€ - exploração de pedreiras - PI de 41M€), bem como para determinar o justo valor da participação de capital numa entidade não cotada em mercado regulamentado (JV de 41M€ e variação negativa de 6.2M€). As perdas por imparidade de ativos não correntes ascenderam 8.5M€.</p> <p>Para ambos é necessário adotar pressupostos complexos que envolvem incertezas e julgamentos significativos como previsões de rentabilidade futura, taxas de crescimento e de desconto, montantes de investimento, intenções uso futuro dos ativos, etc.</p> <p>Acresce ainda a incerteza relacionada com o enquadramento regulatório no qual se inserem os ativos líquidos de tratamento e valorização de resíduos com os potenciais impactos na sua valorização futura, decorrente de decisões que possam vir a ser tomadas pela ERSAR sobre os proveitos permitidos e tarifas reguladas, tal como aconteceu para o período regulatório em curso (2019-2021).</p>
2019	PwC	<p>Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades</p> <p>As contas a receber de Clientes e Outros Devedores apresentam 1 244M€. O Grupo estima o valor atual das contas a receber nas situações em que é expectável que o recebimento se prolongue para além do ciclo operacional normal (12 meses).</p> <p>O Grupo avalia anualmente por via de uma matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores, o montante de perdas por imparidade a reconhecer para o valor não recuperável estimado das contas a receber com antiguidade ou para as quais foram identificados indícios de imparidade.</p> <p>A identificação das contas em imparidade e a determinação do respetivo valor recuperável e a modelização de matrizes para a determinação de potenciais PI por tipologia de cliente/setor/país envolvem julgamentos significativos da Gestão (capacidade de regularizar a dívida, probabilidade de incumprimento, segmentação da carteira de clientes nos diferentes perfis de risco de crédito, momento em que é expectável que ocorra o recebimento, taxa de desconto a aplicar, etc.).</p> <p>As perdas por imparidade são testadas com base numa matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo</p>
		<p>Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento</p> <p>O Grupo detém 177M€ em inventários relativos a imóveis para alienação no estado atual ou para desenvolvimento imobiliário e posterior alienação registados pelo menor entre o custo de aquisição, custo produção e valor realizável líquido; 162M€ em propriedades de investimento registadas ao JV com impacto positivo nas demonstrações financeiras no valor de 50M€.</p> <p>A determinação do valor líquido de realização ou do JV destes ativos requer a realização de estimativas que, por sua vez, envolve a utilização de pressupostos e julgamentos por parte da gestão (vendas comparáveis de mercado, projeções de fluxos de caixa futuros, rendas de mercado e taxas de desconto).</p>
		<p>Provisões e Contingências</p> <p>Encontram-se registados 101M€ em provisões e outras contingências, nomeadamente reclamações e outras responsabilidades associadas aos contratos de construção, incluindo garantias de obra. Os passivos contingentes associados a processos fiscais ascendem a 81M€ e os judiciais com valor individual superior a 500k ascendem a 95M€.</p> <p>Tendo em conta a dimensão, estrutura e dispersão geográfica das suas operações, o Grupo está exposto a enquadramentos fiscais e legais diversificados, o que leva a um acréscimo na complexidade dos procedimentos de natureza fiscal e legal. Como consequência existem várias questões fiscais em aberto e processos de natureza legal em curso para os quais não foram constituídas provisões e que representam passivos contingentes. A avaliação da probabilidade de desfecho desfavorável para constituição de uma provisão é efetuada pela Gestão com base no seu julgamento e no parecer dos assessores jurídicos e fiscais do Grupo.</p>

		<p>Setor da construção caracterizado pela existência de contratos plurianuais. Valor do rédito referente a contratos de construção é de 1 550M€, valor este reconhecido conforme a percentagem de acabamento. Na determinação da percentagem de acabamento dos contratos são realizadas estimativas e julgamentos significativos, nomeadamente: rendimentos globais do contrato, gasto a incorrer até à sua conclusão, impactos de trabalhos realizados diferentes dos contratados, atrasos e reclamações existentes e futuras.</p> <p>Estas estimativas são revistas anualmente com base no melhor conhecimento da Gestão, sendo que as alterações podem ser materiais no rédito e margens anteriormente reconhecidas.</p> <p>Valores são expressivos e a incerteza e complexidade dos julgamentos nas estimativas são elevadas.</p>
	<p>Reconhecimento do rédito de contratos de construção</p>	<p>Anualmente são efetuados testes para determinar se existem indícios de imparidade e qual a estimativa da quantia recuperável (no caso do tratamento e valorização de resíduos - PI de 293M€ -, construção da MEEC - PI de 35M€ -, atividade logística a desenvolver no Malawi - PI 20M€ -, exploração de pedreiras - PI de 40M€ e recolha e tratamento de resíduos sólidos na Costa do Marfim - PM de 29M€). O Grupo detém ainda uma participação de capital numa entidade não cotada em mercado regulamentado registadas ao JV (31M€ com variação negativa do ano de 10M€) e títulos de dívida pública angolana valorizadas ao custo amortizado (177M€ com PI do ano de 8M€). Perdas por imparidade de ativos não correntes ascenderam 8.5M€</p> <p>Para ambos é necessário adotar pressupostos complexos que envolvem incertezas e julgamentos significativos como previsões de rentabilidade futura, taxas de crescimento e de desconto, montantes de investimento, intenções uso futuro dos ativos, etc.</p> <p>Acresce ainda a incerteza para com algumas concessões decorrente das negociações com a ESAR sobre os proveitos permitidos e tarifas reguladas para 2019-2021, com os potenciais impactos na valorização futura destes ativos. Importante também é a incerteza do impacto da pandemia da COVID-19 nos vários mercados onde o Grupo opera, a qual procurou ser incorporada através da utilização de estimativas de cash-flows mais prudentes e taxas de desconto mais elevadas.</p>
<p>2020</p>	<p>PwC</p>	<p>As contas a receber de Clientes e Outros Devedores apresentam 1 009M€. O Grupo estima o valor atual das contas a receber nas situações em que é expectável que o recebimento se prolongue para além do ciclo operacional normal (12 meses)</p> <p>O Grupo avalia anualmente por via de uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores, o montante de perdas por imparidade a reconhecer para o valor não recuperável estimado das contas a receber com antiguidade ou para as quais foram identificados indícios de imparidade.</p> <p>A identificação das contas em imparidade e a determinação do respetivo valor recuperável e a modelização de matrizes para a determinação de potenciais PI por tipologia de cliente/setor/país envolvem julgamentos significativos da Gestão (capacidade de regularizar a dívida, probabilidade de incumprimento, segmentação da carteira de clientes nos diferentes perfis de risco de crédito, momento em que é expectável que ocorra o recebimento, taxa de desconto a aplicar, etc.).</p> <p>As perdas por imparidade são testadas com base numa matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo nos últimos 5 anos, ajustada por questões específicas do devedor, bem como por questões macroeconómicas que se estimam para o futuro. Estas matrizes foram agravadas devido à maior incerteza no futuro decorrente da COVID.</p>
	<p>Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades</p>	<p>O Grupo detém 127M€ em inventários relativos a imóveis para alienação no estado atual ou para desenvolvimento imobiliário e posterior alienação registados pelo menor entre o custo de aquisição, custo produção e valor realizável líquido; 174M€ em propriedades de investimento registadas ao JV com impacto positivo nas demonstrações financeiras no valor de 17M€ e negativo de 21M€.</p> <p>A determinação do valor líquido de realização ou do JV destes ativos requer a realização de estimativas que, por sua vez, envolve a utilização de pressupostos e julgamentos por parte da gestão (vendas comparáveis de mercado, projeções de fluxos de caixa futuros, rendas de mercado e taxas de desconto).</p>
	<p>Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento</p>	<p>Encontram-se registados 103M€ em provisões e outras contingências, nomeadamente reclamações e outras responsabilidades associadas aos contratos de construção, incluindo garantias de obra. Os passivos contingentes associados a processos fiscais ascendem a 99M€ e os judiciais com valor individual superior a 500k ascendem a 113M€.</p> <p>Tendo em conta a dimensão, estrutura e dispersão geográfica das suas operações, o Grupo está exposto a enquadramentos fiscais e legais diversificados, o que leva a um acréscimo na complexidade dos procedimentos de natureza fiscal e legal. Como consequência existem várias questões fiscais em aberto e processos de natureza legal em curso para os quais não foram constituídas provisões e que representam passivos contingentes. A avaliação da probabilidade de desfecho desfavorável para constituição de uma provisão é efetuada pela Gestão com base no seu julgamento e no parecer dos assessores jurídicos e fiscais do Grupo.</p>
	<p>Provisões e Contingências</p>	<p>O Grupo adquiriu controlo das entidades (onde já detinha participações em períodos anteriores):</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Logz - Atlantic Hub, S.A. sediada em Portugal que resultou de um acordo celebrado com todos os acionistas anteriores com vista à reestruturação do passivo da empresa e à sua viabilização operacional e financeira. ii) AMGP Agricultura, S.A. sediada em Angola que foi adquirida à Mota Gestão de Participações, S.A. (que é uma empresa sob o controlo comum do Grupo); iii) Estradas do Zambeze, S.A. sediada em Moçambique que resultou da compra de 55% do seu capital social dos quais 40% foram adquiridos à Lineas - Concessões de Transportes, S.G.P.S., S.A. (que é uma parte relacionada do Grupo). <p>A contabilização da aquisição de controlo destas entidades envolveu julgamentos significativos, em especial nas transações que envolvem partes relacionadas.</p>
	<p>Aquisições de controlo de entidades</p>	

2021	PwC	<p>Reconhecimento do rédito de contratos de construção</p> <p>Setor da construção caracterizado pela existência de contratos plurianuais. Valor do rédito referente a contratos de construção é de 1 705M€, valor este reconhecido conforme a percentagem de acabamento. Na determinação da percentagem de acabamento dos contratos são realizadas estimativas e julgamentos significativos, nomeadamente: rendimentos globais do contrato, gasto a incorrer até à sua conclusão, impactos de trabalhos realizados diferentes dos contratados, atrasos e reclamações existentes e futuras.</p> <p>Estas estimativas são revistas anualmente com base no melhor conhecimento da Gestão, sendo que as alterações podem ser materiais no rédito e margens anteriormente reconhecidas.</p> <p>Valores são expressivos e a incerteza e complexidade dos julgamentos nas estimativas são elevadas.</p>
		<p>Imparidade e valorização de ativos não correntes</p> <p>Anualmente são efetuados testes para determinar se existem indícios de imparidade e qual a estimativa da quantia recuperável (no caso do tratamento e valorização de resíduos - PI de 299M€-, recolha e tratamento de resíduos sólidos na Costa do Marfim e Angola- PI de 24M€ e 15M€ -, direito de exploração agrícola e florestal em Angola - PI de 50M€ -,atividade logística a desenvolver no Malawi - PI 22M€ - e exploração de pedreiras - PI de 37M€). O Grupo detém ainda uma participação de capital numa entidade não cotada em mercado regulamentado registadas ao JV (36M€ com variação positiva do ano de 5.5M€).</p> <p>Para ambos é necessário adotar pressupostos complexos que envolvem incertezas e julgamentos significativos como previsões de rentabilidade futura, taxas de crescimento e de desconto, montantes de investimento, intenções uso futuro dos ativos, etc.</p> <p>Em 2021, o Grupo alterou a política contabilística passando a utilizar o método de revalorização para a mensuração dos equipamentos pesados de engenharia e construção, o que teve um impacto de 61M€ nas demonstrações financeiras.</p>
		<p>Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades</p> <p>As contas a receber de Clientes e Outros Devedores apresentam 1 158M€. O Grupo estima o valor atual das contas a receber nas situações em que é expectável que o recebimento se prolongue para além do ciclo operacional normal (12 meses)</p> <p>O Grupo avalia anualmente por via de uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores, o montante de perdas por imparidade a reconhecer para o valor não recuperável estimado das contas a receber com antiguidade ou para as quais foram identificados indícios de imparidade.</p> <p>A identificação das contas em imparidade e a determinação do respetivo valor recuperável e a modelização de matrizes para a determinação de potenciais PI por tipologia de cliente/setor/país envolvem julgamentos significativos da Gestão (capacidade de regularizar a dívida, probabilidade de incumprimento, segmentação da carteira de clientes nos diferentes perfis de risco de crédito, momento em que é expectável que ocorra o recebimento, taxa de desconto a aplicar, etc.).</p> <p>As perdas por imparidade são testadas com base numa matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo nos últimos 5 anos, ajustada por questões específicas do devedor, bem como por questões macroeconómicas que se estimam para o futuro.</p>
		<p>Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento</p> <p>O Grupo detém 141M€ em inventários relativos a imóveis para alienação no estado atual ou para desenvolvimento imobiliário e posterior alienação registados pelo menor entre o custo de aquisição, custo produção e valor realizável líquido; 112M€ em propriedades de investimento registadas ao JV.</p> <p>A determinação do valor líquido de realização ou do JV destes ativos requer a realização de estimativas que, por sua vez, envolve a utilização de pressupostos e julgamentos por parte da gestão (vendas comparáveis de mercado, projeções de fluxos de caixa futuros, rendas de mercado e taxas de desconto).</p>
		<p>Provisões e Contingências</p> <p>Encontram-se registados 123M€ em provisões e outras contingências, nomeadamente reclamações e outras responsabilidades associadas aos contratos de construção, incluindo garantias de obra. Os passivos contingentes associados a processos fiscais ascendem a 99M€ e os judiciais com valor individual superior a 500k ascendem a 141M€.</p> <p>Tendo em conta a dimensão, estrutura e dispersão geográfica das suas operações, o Grupo está exposto a enquadramentos fiscais e legais diversificados, o que leva a um acréscimo na complexidade dos procedimentos de natureza fiscal e legal. Como consequência existem várias questões fiscais em aberto e processos de natureza legal em curso para os quais não foram constituídas provisões e que representam passivos contingentes. A avaliação da probabilidade de desfecho desfavorável para constituição de uma provisão é efetuada pela Gestão com base no seu julgamento e no parecer dos assessores jurídicos e fiscais do Grupo.</p>
		<p>Mais-valia decorrente da perda de controlo do negócio do Turismo no México</p> <p>Através da alienação de terceiros de 30% do capital social das entidades Mota-Engil Tourism B.V. e Mota-Engil Turismo Holding S.A.P.I. de C.V., o Grupo perdeu o controlo sobre o negócio de turismo que detinha no México (constituído por terrenos para desenvolvimento turístico).</p> <p>Tendo em conta o montante significativo do ganho no resultado do exercício (46M€ que gerou uma mais valia de 46M€), a contabilização desta venda foi considerada uma KAM.</p>

		Auditora	KAM	Descrição
2018	EY		Reconhecimento e mensuração do rédit dada a complexidade dos sistemas de informação e a existência de contratos com múltiplas obrigações de desempenho	<p>Existe um risco significativo de auditoria pois os sistemas de informação que suportam um volume significativo de transações são muito complexos e existem contratos com múltiplas obrigações de desempenho. É por isso necessário julgamento significativo do órgão de Gestão na alocação apropriada da receita a cada uma das obrigações de desempenho e na estimativa de descontos e ofertas a conceder aos clientes.</p> <p>Para além disso, em 2018 entrou em vigor a IFRS 15 o que alterou o processo de reconhecimento de receita de contratos com clientes. Foi necessário implementar procedimentos de controlo adicionais e foram feitos vários julgamentos significativos para a aplicação da nova norma. Os saldos comparativos foram reexpressos tendo em conta os impactos da aplicação retrospectiva (<i>full retrospective approach</i>).</p>
			Imparidade do Goodwill	<p>O goodwill representa 22% do ativo do Grupo (641M€) e está alocado aos segmentos Telco e Audiovisuais. Para além da magnitude do valor apresentado, o processo de avaliação de imparidade é muito complexo e incorpora estimativas, pressupostos e perspectivas futuras que envolvem julgamentos significativos por parte da Gestão.</p>
			Capitalização de gastos e aferição de vidas úteis atribuídas aos AFT, AI e encargos de contratos com clientes	<p>A capitalização de gastos e a definição das vidas úteis são áreas que envolvem julgamentos significativos. Existem vários riscos associados às mesmas, nomeadamente a suscetibilidade de os valores capitalizados não cumprirem com os critérios previstos nas normas e as vidas úteis definidas não serem adequadas ao período esperado de benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização.</p> <p>Adicionalmente, para a mensuração subsequente dos montantes capitalizados é necessária uma análise continuada sobre a existência de indícios de imparidade o que também depende de julgamentos, estimativas e pressupostos da Gestão.</p> <p>Em 2019 entrará em vigor a IFRS 16 que requer que os locatários contabilizem todas as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (<i>on-balance model</i>) e a aplicação será feita em retrospectiva (<i>full retrospective approach</i>).</p>
			Reconhecimento, mensuração e divulgação de contingências de natureza fiscal, regulatória e legal	<p>As eventuais responsabilidades relativas a contingências fiscais, regulatórias e legais que resultam de eventos passados e cuja probabilidade de ocorrência de exfluxos implica o reconhecimento de provisão ou divulgação de passivo contingente são avaliadas periodicamente pela gestão, processo esse que envolve elevado nível de julgamento.</p>
			Imparidade de saldos a receber	<p>A imparidade dos saldos a receber de clientes representa 28% do total de saldos de clientes (140M€), sendo o respetivo teste de imparidade e a determinação do valor recuperável das principais áreas de julgamento da Gestão, pois implica a adoção de vários pressupostos e fatores (antiguidade da dívida, condição financeira do devedor, incumprimento, perspectivas de cobrança, etc.).</p> <p>Há um risco de auditoria associado não só ao elevado julgamento dos modelos e pressupostos, mas também ao significativo volume de informação gerido em diversos sistemas de informação que obrigam a cálculos complexos e à adoção de pressupostos com base em dados históricos e perspectivas futuras.</p> <p>Em adição, em 2018, entrou em vigor a IFRS 9 que impôs uma abordagem prospectiva de perda de crédito esperada, o que implica divulgações adicionais (impacto nos saldos comparativos).</p>
2019	EY		Reconhecimento e mensuração do rédit dada a complexidade dos sistemas de informação e a existência de contratos com múltiplas obrigações de desempenho	<p>Existe um risco significativo de auditoria pois os sistemas de informação suportam um volume significativo de transações, são muito complexos e existem contratos com múltiplas obrigações de desempenho. É por isso necessário um grau de julgamento significativo do órgão de Gestão na alocação apropriada da receita a cada uma das obrigações de desempenho e na estimativa de descontos e ofertas a conceder aos clientes.</p>
			Imparidade do Goodwill	<p>O goodwill representa 21% do ativo do Grupo (641M€) e está alocado aos segmentos Telco e Audiovisuais. Para além da magnitude do valor apresentado, o processo de avaliação de imparidade é muito complexo e incorpora estimativas, pressupostos e perspectivas futuras que envolvem julgamentos significativos por parte da Gestão.</p>
			Capitalização de gastos e aferição de vidas úteis atribuídas aos AFT, AI e encargos de contratos com clientes	<p>A capitalização de gastos e a definição das vidas úteis são áreas que envolvem julgamentos significativos. Existem vários riscos associados às mesmas, nomeadamente a suscetibilidade de os valores capitalizados não cumprirem com os critérios previstos nas normas e as vidas úteis definidas não serem adequadas ao período esperado de benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização.</p> <p>Adicionalmente, para a mensuração subsequente dos montantes capitalizados é necessária uma análise continuada sobre a existência de indícios de imparidade o que também depende de julgamentos, estimativas e pressupostos da Gestão.</p>
			Reconhecimento, mensuração e divulgação de contingências de natureza fiscal, regulatória e legal	<p>As eventuais responsabilidades relativas a contingências fiscais, regulatórias e legais que resultam de eventos passados e cuja probabilidade de ocorrência de exfluxos implica o reconhecimento de provisão ou divulgação de passivo contingente são avaliadas periodicamente pela Gestão, processo esse que envolve elevado nível de julgamento.</p>
			Imparidade de saldos a receber de clientes	<p>A imparidade dos saldos a receber de clientes representa 30% do total de saldos de clientes (154M€), sendo o respetivo teste de imparidade e a determinação do valor recuperável das principais áreas de julgamento da Gestão, pois implica a adoção de vários pressupostos e fatores (antiguidade da dívida, condição financeira do devedor, incumprimento, perspectivas de cobrança, etc.).</p> <p>Há um risco de auditoria associado não só ao elevado julgamento dos modelos e pressupostos, mas também ao significativo volume de informação gerido em diversos sistemas de informação que obrigam a cálculos complexos e à adoção de pressupostos com base em dados históricos e perspectivas futuras.</p>

		<p>Em 2019, o Grupo adotou a IFRS 16 que requer que os locatários contabilizem todas as locações num único modelo de reconhecimento no balanço (on the balance model). A alteração do processo do reconhecimento das locações requereu por parte da Gestão a tomada de julgamentos significativos e a implementação de procedimentos de controlo adicionais. Os saldos comparativos foram reexpressos tendo em conta os impactos da aplicação retrospectiva (full retrospective approach) da nova norma das locações. As locações operacionais cujas responsabilidades são agora registadas no passivo dizem respeito principalmente a contratos de locação das torres de comunicação, salas de cinema, equipamentos, lojas e viaturas.</p> <p>O montante de balanço de direitos de uso ascende a 218M€ o que inclui ativos relacionados com locações.</p>
2020	EY	<p>Reconhecimento e mensuração do rédit dada a complexidade dos sistemas de informação e a existência de contratos com múltiplas obrigações de desempenho</p> <p>Existe um risco significativo de auditoria pois os sistemas de informação suportam um volume significativo de transações, são muito complexos e existem contratos com múltiplas obrigações de desempenho. É por isso necessário um grau de julgamento significativo do órgão de Gestão na alocação apropriada da receita a cada uma das obrigações de desempenho e na estimativa de descontos e ofertas a conceder aos clientes.</p>
		<p>Imparidade do Goodwill</p> <p>O goodwill representa 20% do ativo do Grupo (641M€) e está alocado aos segmentos Telco e Audiovisuais. Para além da magnitude do valor apresentado, o processo de avaliação de imparidade é muito complexo e incorpora estimativas, pressupostos e perspectivas futuras que envolvem julgamentos significativos por parte da Gestão.</p> <p>A pandemia da COVID-19 afetou as projeções de fluxos de caixa dos vários segmentos do Grupo (principalmente Audiovisuais) e exigiu um grau de julgamento ainda mais significativo por parte do órgão de Gestão no que toca à definição do perfil de geração de fluxos de caixa futuros e à utilização de informação prospetiva na construção dos planos de negócio.</p>
		<p>Capitalização de gastos e aferição de vidas úteis atribuídas aos AFT, AI e encargos de contratos com clientes</p> <p>A capitalização de gastos e a definição das vidas úteis são áreas que envolvem julgamentos significativos. Existem vários riscos associados às mesmas, nomeadamente a suscetibilidade de os valores capitalizados não cumprirem com os critérios previstos nas normas e as vidas úteis definidas não serem adequadas ao período esperado de benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização.</p> <p>Adicionalmente, para a mensuração subsequente dos montantes capitalizados é necessária uma análise continuada sobre a existência de indícios de imparidade o que também depende de julgamentos, estimativas e pressupostos da Gestão.</p>
		<p>Reconhecimento, mensuração e divulgação de contingências de natureza fiscal, regulatória e legal</p> <p>As eventuais responsabilidades relativas a contingências fiscais, regulatórias e legais que resultam de eventos passados e cuja probabilidade de ocorrência de exfluxos implica o reconhecimento de provisão ou divulgação de passivo contingente são avaliadas periodicamente pela Gestão, processo esse que envolve elevado nível de julgamento.</p>
		<p>Imparidade de saldos a receber de clientes</p> <p>A imparidade dos saldos a receber de clientes representa 40% do total de saldos de clientes (195M€), sendo o respetivo teste de imparidade e a determinação do valor recuperável das principais áreas de julgamento da Gestão, pois implica a adoção de vários pressupostos e fatores (antiguidade da dívida, condição financeira do devedor, incumprimento, perspectivas de cobrança, etc.).</p> <p>Há um risco de auditoria associado não só ao elevado julgamento dos modelos e pressupostos, mas também ao significativo volume de informação gerido em diversos sistemas de informação que obrigam a cálculos complexos e à adoção de pressupostos com base em dados históricos e perspectivas futuras.</p> <p>Adicionalmente, a pandemia da COVID-19 afetou negativamente o rendimento disponível dos clientes aumentando o risco de cobrança. Para além disso, existe incerteza na forma como a COVID-19 irá afetar a perda de crédito esperada, exigindo na sua determinação um julgamento significativo por parte do órgão de Gestão.</p>
2021	EY	<p>Reconhecimento e mensuração do rédit dada a complexidade dos sistemas de informação e a existência de contratos com múltiplas obrigações de desempenho</p> <p>Existe um risco significativo de auditoria pois os sistemas de informação que suportam um volume significativo de transações são muito complexos e existem contratos com múltiplas obrigações de desempenho. É por isso necessário julgamento significativo do órgão de Gestão na alocação apropriada da receita a cada uma das obrigações de desempenho e na estimativa de descontos e ofertas a conceder aos clientes.</p>
		<p>Imparidade do Goodwill</p> <p>O goodwill representa 20% do ativo do Grupo (641M€) e está alocado aos segmentos Telco e Audiovisuais. Para além da magnitude do valor apresentado, o processo de avaliação de imparidade é muito complexo e incorpora estimativas, pressupostos e perspectivas futuras que envolvem julgamentos significativos por parte da Gestão.</p> <p>A pandemia da COVID-19 afetou as projeções de fluxos de caixa dos vários segmentos do Grupo (principalmente Audiovisuais) e exigiu um grau de julgamento ainda mais significativo por parte do órgão de Gestão no que toca à definição do perfil de geração de fluxos de caixa futuros e à utilização de informação prospetiva na construção dos planos de negócio.</p>
		<p>Capitalização de gastos e aferição de vidas úteis atribuídas aos AFT, AI e encargos de contratos com clientes</p> <p>A capitalização de gastos e a definição das vidas úteis são áreas que envolvem julgamentos significativos. Existem vários riscos associados às mesmas, nomeadamente a suscetibilidade de os valores capitalizados não cumprirem com os critérios previstos nas normas e as vidas úteis definidas não serem adequadas ao período esperado de benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização.</p> <p>Adicionalmente, para a mensuração subsequente dos montantes capitalizados é necessária uma análise continuada sobre a existência de indícios de imparidade o que também depende de julgamentos, estimativas e pressupostos da Gestão.</p>

	<p>Reconhecimento, mensuração e divulgação de contingências de natureza fiscal, regulatória e legal</p> <p>As eventuais responsabilidades relativas a contingências fiscais, regulatórias e legais que resultam de eventos passados e cuja probabilidade de ocorrência de exfluxos implica o reconhecimento de provisão ou divulgação de passivo contingente são avaliadas periodicamente pela Gestão, processo esse que envolve elevado nível de julgamento.</p>
	<p>Imparidade de saldos a receber de clientes</p> <p>Imparidade dos saldos a receber de clientes representa 38% do total de saldos de clientes (198M€), sendo o respetivo teste de imparidade e a determinação do valor recuperável das principais áreas de julgamento da Gestão, pois implica a adoção de vários pressupostos e fatores (antiguidade da dívida, condição financeira do devedor, incumprimento, perspectivas de cobrança, etc.).</p> <p>Há um risco de auditoria associado não só ao elevado julgamento dos modelos e pressupostos, mas também ao significativo volume de informação gerido em diversos sistemas de informação que obrigam a cálculos complexos e à adoção de pressupostos com base em dados históricos e perspectivas futuras.</p>

Novabase, S.G.P.S., S.A.

Auditora		KAM	Descrição
2018	KPMG	Reconhecimento do rédito	A política de reconhecimento de rédito de projetos de consultoria em regime fechado (<i>turn key</i>) requer julgamento da Gestão pois são utilizados um conjunto de fatores qualitativos (estimativa de faturação, custos a incorrer, valores de contingências em matérias de riscos contratuais, etc.).
		Exposição internacional	Operações fora de Portugal representam 54% do rédito total do consolidado, do qual 69% diz respeito ao mercado europeu. Nos últimos anos, e decorrente da avaliação dos riscos do negócio, o Grupo limitou as atividades em geografias mais voláteis pois existe uma grande exposição ao risco de flutuação cambial (principalmente dólar, kuanza e metical) e, conseqüentemente, risco de liquidez.
		Recuperabilidade do goodwill	O goodwill da área de negócio de Business Solutions ascende a 15M€. Tendo em conta a incerteza inerente às projeções financeiras e modelos de desconto dos fluxos de caixa futuros utilizados pela gestão, a determinação do valor recuperável é subjetiva. Estes testes de imparidade são efetuados anualmente com base num plano de negócios a 5 anos estimado pela Gestão que envolve complexos julgamentos e expectativas futuras não observáveis no mercado.
		Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	O valor dos AID é de 10M€, dos quais 9.5M€ são relativos a benefícios fiscais decorrentes de projetos de investigação & desenvolvimento enquadrados no regime do SIFIDE. O registo dos AID tem como base a melhor estimativa da Gestão sobre a tempestividade e montantes futuros necessários para a sua recuperação, adotando pressupostos incertos e que requerem julgamento.
2019	KPMG	Reconhecimento do rédito	A política de reconhecimento de rédito de projetos de consultoria em regime fechado (<i>turn key</i>) requer julgamento da Gestão pois são utilizados um conjunto de fatores qualitativos (estimativa de faturação, custos a incorrer, valores de contingências em matérias de riscos contratuais, etc.).
		Recuperabilidade do goodwill	O goodwill da área de negócio de Next-Gen e Neo Talent ascende a 12M€. Tendo em conta a incerteza inerente às projeções financeiras e desconto dos fluxos de caixa futuros utilizados pela Gestão, a determinação do valor recuperável é subjetiva. Estes testes de imparidade são efetuados anualmente com base num plano de negócios a 5 anos estimado pela Gestão que envolve complexos julgamentos e expectativas futuras não observáveis no mercado.
		Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	O valor dos AID é de 10M€, dos quais 8M€ são relativos a benefícios fiscais decorrentes de projetos de investigação e desenvolvimento enquadrados no regime do SIFIDE. O registo dos AID tem como base a melhor estimativa da gestão sobre a tempestividade e montantes futuros necessários para a sua recuperação, adotando pressupostos incertos e que requerem julgamento.
2020	KPMG	Reconhecimento do rédito	A política de reconhecimento de rédito de projetos de consultoria em regime fechado (<i>turn key</i>) requer julgamento da Gestão pois são utilizados um conjunto de fatores qualitativos (estimativa de faturação, custos a incorrer, valores de contingências em matérias de riscos contratuais, etc.).
		Recuperabilidade do goodwill	Tendo em conta a incerteza inerente às projeções financeiras e desconto dos fluxos de caixa futuros utilizados pela gestão, a determinação do valor recuperável do goodwill é subjetiva. Estes testes de imparidade são efetuados anualmente com base no método dos fluxos de caixa descontados, considerando um plano de negócios a 5 anos estimado pela gestão que envolve complexos julgamentos e expectativas futuras não observáveis no mercado. Em adição, a evolução da conjuntura económica bem como o controlo e monitorização da propagação da COVID-19 e respetivos efeitos criaram maior incerteza sobre as projeções financeiras que suportam a avaliação da imparidade.
		Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	O valor dos AID é de 7.9M€, dos quais 7M€ são relativos a benefícios fiscais decorrentes de projetos de investigação e desenvolvimento enquadrados no regime do SIFIDE. O registo dos AID tem como base a melhor estimativa da gestão sobre a tempestividade e montantes futuros necessários para a sua recuperação, adotando pressupostos incertos e que requerem julgamento. A evolução da conjuntura económica bem como o controlo e monitorização da propagação da COVID-19 e respetivos efeitos criaram maior incerteza sobre as projeções financeiras que suportam a recuperabilidade de AID.

2021	KPMG	Reconhecimento do rédito	A política de reconhecimento de rédito de projetos de consultoria em regime fechado (<i>turn key</i>) requer julgamento da Gestão pois são utilizados um conjunto de fatores qualitativos (estimativa de faturação, custos a incorrer, valores de contingências em matérias de riscos contratuais, etc.).
		Recuperabilidade do goodwill	Tendo em conta a incerteza inerente às projeções financeiras e desconto dos fluxos de caixa futuros utilizados pela gestão, a determinação do valor recuperável do goodwill é subjetiva. Estes testes de imparidade são efetuados anualmente com base no método dos fluxos de caixa descontados, considerando um plano de negócios a 5 anos estimado pela gestão que envolve complexos julgamentos e expectativas futuras não observáveis no mercado.
		Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	O valor dos AID é de 9.4M€, dos quais 8.8M€ são relativos a benefícios fiscais decorrentes de projetos de investigação e desenvolvimento enquadrados no regime do SIFIDE. O registo dos AID tem como base a melhor estimativa da gestão sobre a tempestividade e montantes futuros necessários para a sua recuperação, adotando pressupostos incertos e que requerem julgamento.

Pharol, S.G.P.S., S.A.

Auditora		KAM	Descrição
2018	KPMG	Reconhecimento do rédito	A política de reconhecimento de rédito de projetos de consultoria em regime fechado (<i>turn key</i>) requer julgamento da Gestão pois são utilizados um conjunto de fatores qualitativos (estimativa de faturação, custos a incorrer, valores de contingências em matérias de riscos contratuais, etc.).
		Exposição internacional	Operações fora de Portugal representam 54% do rédito total do consolidado, do qual 69% diz respeito ao mercado europeu. Nos últimos anos, e decorrente da avaliação dos riscos do negócio, o Grupo limitou as atividades em geografias mais voláteis pois existe uma grande exposição ao risco de flutuação cambial (principalmente dólar, kuanza e metical) e, conseqüentemente, risco de liquidez.
		Recuperabilidade do goodwill	O goodwill da área de negócio de Business Solutions ascende a 15M€. Tendo em conta a incerteza inerente às projeções financeiras e modelos de desconto dos fluxos de caixa futuros utilizados pela gestão, a determinação do valor recuperável é subjetiva. Estes testes de imparidade são efetuados anualmente com base num plano de negócios a 5 anos estimado pela Gestão que envolve complexos julgamentos e expectativas futuras não observáveis no mercado.
		Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	O valor dos AID é de 10M€, dos quais 9.5M€ são relativos a benefícios fiscais decorrentes de projetos de investigação & desenvolvimento enquadrados no regime do SIFIDE. O registo dos AID tem como base a melhor estimativa da Gestão sobre a tempestividade e montantes futuros necessários para a sua recuperação, adotando pressupostos incertos e que requerem julgamento.
2019	KPMG	Reconhecimento do rédito	A política de reconhecimento de rédito de projetos de consultoria em regime fechado (<i>turn key</i>) requer julgamento da Gestão pois são utilizados um conjunto de fatores qualitativos (estimativa de faturação, custos a incorrer, valores de contingências em matérias de riscos contratuais, etc.).
		Recuperabilidade do goodwill	O goodwill da área de negócio de Next-Gen e Neo Talent ascende a 12M€. Tendo em conta a incerteza inerente às projeções financeiras e desconto dos fluxos de caixa futuros utilizados pela Gestão, a determinação do valor recuperável é subjetiva. Estes testes de imparidade são efetuados anualmente com base num plano de negócios a 5 anos estimado pela Gestão que envolve complexos julgamentos e expectativas futuras não observáveis no mercado.
		Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	O valor dos AID é de 10M€, dos quais 8M€ são relativos a benefícios fiscais decorrentes de projetos de investigação e desenvolvimento enquadrados no regime do SIFIDE. O registo dos AID tem como base a melhor estimativa da gestão sobre a tempestividade e montantes futuros necessários para a sua recuperação, adotando pressupostos incertos e que requerem julgamento.
2020	KPMG	Reconhecimento do rédito	A política de reconhecimento de rédito de projetos de consultoria em regime fechado (<i>turn key</i>) requer julgamento da Gestão pois são utilizados um conjunto de fatores qualitativos (estimativa de faturação, custos a incorrer, valores de contingências em matérias de riscos contratuais, etc.).
		Recuperabilidade do goodwill	Tendo em conta a incerteza inerente às projeções financeiras e desconto dos fluxos de caixa futuros utilizados pela gestão, a determinação do valor recuperável do goodwill é subjetiva. Estes testes de imparidade são efetuados anualmente com base no método dos fluxos de caixa descontados, considerando um plano de negócios a 5 anos estimado pela gestão que envolve complexos julgamentos e expectativas futuras não observáveis no mercado. Em adição, a evolução da conjuntura económica bem como o controlo e monitorização da propagação da COVID-19 e respetivos efeitos criaram maior incerteza sobre as projeções financeiras que suportam a avaliação da imparidade.
		Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	O valor dos AID é de 7.9M€, dos quais 7M€ são relativos a benefícios fiscais decorrentes de projetos de investigação e desenvolvimento enquadrados no regime do SIFIDE. O registo dos AID tem como base a melhor estimativa da gestão sobre a tempestividade e montantes futuros necessários para a sua recuperação, adotando pressupostos incertos e que requerem julgamento. A evolução da conjuntura económica bem como o controlo e monitorização da propagação da COVID-19 e respetivos efeitos criaram maior incerteza sobre as projeções financeiras que suportam a recuperabilidade de AID.

2021	BDO	Mensuração do investimento na Oi, S.A.	A participação equivalente a 5,51% dos direitos de voto encontra-se classificada como ativo financeiro e mensurada pelo valor de mercado. Considerada uma KAM por a Oi, S.A. ser uma empresa de grande dimensão e notoriedade pública e que se encontra em recuperação judicial desde junho de 2016.
		Mensuração do investimento em títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, S.A.	Em março 2015 foram devolvidos os títulos de papel comercial emitidos pela Rio Forte na sequência da execução do contrato de permuta assinado em 2014 entre o Grupo Oi e o Grupo Pharol. A Rio Forte encontra-se é uma empresa de grande notoriedade pública e encontra-se em processo de insolvência no Luxemburgo. A mensuração da quantia recuperável dos títulos de dívida envolve julgamentos muito significativos.

Ramada Investimentos e Indústria, S.A.

	Auditora	KAM	Descrição
2018	EY	Imparidade das contas a receber	As contas a receber representam 14% do total do ativo (36M€) do Grupo. Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perdas de crédito esperadas (PCE) ao qual está associado um nível de julgamento significativo. A mensuração das PCE deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito temporal do dinheiro e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.
		Imparidade das propriedades de investimento	As propriedades de investimento correspondem a terrenos para exploração florestal que estão integralmente arrendados por 20 anos (período adicional de mais 4 a 6 anos) a uma entidade relacionada, representam 34% do ativo do Grupo (87M€) e geraram um proveito de 6.4M€ nos resultados. A Gestão entende que não é possível estimar com fiabilidade o JV destes ativos e, por isso, estão reconhecidos pelo método do custo. Não obstante são feitos internamente avaliações de identificação de indícios de imparidade para garantir que o valor contabilístico não ultrapassa o valor recuperável.
		Alienação da atividade de soluções de armazenagem	O Grupo Ramada alienou ao Grupo Averys por um valor material (81M€) a participação financeira da Ramada Storax, S.A. (com as suas 4 subsidiárias) que era detida a 100% pela Ramada Aços. Após a emissão do parecer de não oposição da Autoridade da Concorrência a transação efetivou-se gerando uma mais-valia de 59M€.
2019	EY	Imparidade das contas a receber de clientes	As contas a receber representam 16% do total do ativo (39M€) do Grupo. Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perdas de crédito esperadas (PCE) ao qual está associado um nível de julgamento significativo. A mensuração das PCE deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito temporal do dinheiro e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.
		Imparidade das propriedades de investimento	As propriedades de investimento correspondem a terrenos para exploração florestal que estão integralmente arrendados por 20 anos (período adicional de mais 4 a 6 anos) a uma entidade relacionada, representam 38% do ativo do Grupo (89M€) e geraram um proveito de 6.6M€ nos resultados. A Gestão entende que não é possível estimar com fiabilidade o JV destes ativos e, por isso, estão reconhecidos pelo método do custo. Não obstante são feitos internamente avaliações de identificação de indícios de imparidade para garantir que o valor contabilístico não ultrapassa o valor recuperável.
2020	EY	Imparidade das contas a receber de clientes	As contas a receber representam 15% do total do ativo (35M€) do Grupo. Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perdas de crédito esperadas (PCE) ao qual está associado um nível de julgamento significativo. A mensuração das PCE deve refletir a quantia objetiva e ponderada pelas probabilidades, o efeito temporal do dinheiro e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo. O risco de auditoria está associado ao significativo nível de julgamento deste tipo de cálculos, o qual teve também de levar em consideração os efeitos adversos da pandemia da COVID-19.
		Imparidade das propriedades de investimento	As propriedades de investimento correspondem a terrenos para exploração florestal que estão integralmente arrendados por 20 anos (período adicional de mais 4 a 6 anos) a uma entidade relacionada, representam 39% do ativo do Grupo (89M€) e geraram um proveito de 6.8M€ nos resultados. A Gestão entende que não é possível estimar com fiabilidade o JV destes ativos e, por isso, estão reconhecidos pelo método do custo. Não obstante são feitos internamente avaliações de identificação de indícios de imparidade para garantir que o valor contabilístico não ultrapassa o valor recuperável.
2021	Deloitte	Imparidade de contas a receber	Os créditos a receber de clientes, líquidos de PI acumuladas ascendem a 48M€. O Grupo estima as PI esperadas em créditos a receber utilizando um matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos últimos 3 anos ajustada às perspetivas macroeconómicas da Gestão, sendo posteriormente agrupados tendo em conta os perfis de risco de crédito semelhantes. Adicionalmente, o Grupo reconhece imparidades numa base casuística identificando saldos ou eventos passados específicos ou quando existe informação interna/externa que indique improbabilidade de o Grupo receber a totalidade do crédito.
		Imparidade de Propriedades de Investimento	As propriedades de investimento correspondem a terrenos para exploração florestal que estão integralmente arrendados por 20 anos (período adicional de mais 4 a 6 anos) a uma entidade relacionada (89M€), ascendem a 89M€ e geraram um proveito de 6.8M€ nos resultados. As Propriedades de Investimento estão reconhecidos pelo método do custo. Em 2021, o grupo contratou peritos avaliadores independentes para suportar a determinação do justo valor das mesmas pelo Conselho de Administração, de forma a aferir se existem eventuais perdas por imparidade e proceder à divulgação do respetivo JV.

Auditora	KAM	Descrição
2018	EY	<p>Ativos de concessão</p> <p>A rubrica de AI representa os ativos construídos e/ou adquiridos ao abrigo dos contratos de concessão que o Grupo celebrou com o Estado Português e ascendem 4 192M€ (81% do valor do ativo). Para além da magnitude do valor, o rendimento anual obtido pelo Grupo está diretamente correlacionado com os saldos médios do ano daqueles ativos e, por isso, o reconhecimento inicial e a mensuração subsequente destes ativos foram consideradas matérias relevantes.</p>
		<p>Desvios tarifários</p> <p>O cálculo dos desvios tarifários é complexo e é baseado em dados provenientes de diversas fontes de informação, nomeadamente o Regulamento Tarifário do Setor Elétrico, o Regulamento Tarifário do Setor do Gás Natural e o Regulamento Tarifário da ERSE. A magnitude dos desvios tarifários apurados entre os proveitos permitidos e os proveitos faturados foram de 160M€ ativos e 120M€ em passivos.</p>
		<p>Obrigações de benefícios de reforma e outros</p> <p>O Grupo assumiu a responsabilidade (98M€) de pagar aos colaboradores complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (que integram um plano de pensões de benefício definido), bem como assegura aos seus reformados e pensionistas um plano de assistência médica. O reconhecimento destes custos é efetuado à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo, o Grupo recorre a um atuário externo especializado e independente para a determinação do valor atual das suas responsabilidades com estes benefícios de reforma, de acordo com o método das unidades de crédito projetadas. Este cálculo requer a utilização de estimativas, pressupostos subjetivos e previsões incertas (atuariais, económicas e de mercado) por parte da Gestão e do atuário.</p>
2019	EY	<p>Ativos de concessão</p> <p>A rubrica de AI representa os ativos construídos e/ou adquiridos ao abrigo dos contratos de concessão que o Grupo celebrou com o Estado Português e ascendem 4 214M€ (79% do valor do ativo). Para além da magnitude do valor, o rendimento anual obtido pelo Grupo está diretamente correlacionado com os saldos médios do ano daqueles ativos e, por isso, o reconhecimento inicial e a mensuração subsequente destes ativos foram consideradas matérias relevantes.</p>
		<p>Desvios tarifários</p> <p>O cálculo dos desvios tarifários é complexo e é baseado em dados provenientes de diversas fontes de informação, nomeadamente o Regulamento Tarifário do Setor Elétrico, o Regulamento Tarifário do Setor do Gás Natural e o Regulamento Tarifário da ERSE. A magnitude dos desvios tarifários apurados entre os proveitos permitidos e os proveitos faturados foram de 215M€ ativos e 104M€ em passivos.</p>
		<p>Aquisição da Transemel, alocação do respetivo preço de aquisição e correta integração no perímetro de consolidação</p> <p>O Grupo adquiriu a totalidade do capital e, consequentemente, o controlo da Empresa de Transmissão Elétrica Transemel, S.A. por 155M€, identificando um goodwill de 2M€. O processo de alocação do preço de aquisição é complexo e envolveu julgamentos e estimativas significativas adotadas pelo Conselho de Administração com apoio de um especialista externo. Este processo envolveu a identificação dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos bem como a valorização ao JV, tendo em conta o plano de negócios preconizado pelo grupo.</p>
2020	EY	<p>Ativos de concessão</p> <p>A rubrica de AI representa os ativos construídos e/ou adquiridos ao abrigo dos contratos de concessão que o Grupo celebrou com o Estado Português e ascendem 4 131M€ (79% do valor do ativo). Para além da magnitude do valor, o rendimento anual obtido pelo Grupo está diretamente correlacionado com os saldos médios do ano daqueles ativos e, por isso, o reconhecimento inicial e a mensuração subsequente destes ativos foram consideradas matérias relevantes.</p>
		<p>Desvios tarifários</p> <p>O cálculo dos desvios tarifários é complexo e é baseado em dados provenientes de diversas fontes de informação, nomeadamente o Regulamento Tarifário do Setor Elétrico, o Regulamento Tarifário do Setor do Gás Natural e o Regulamento Tarifário da ERSE. A magnitude dos desvios tarifários apurados entre os proveitos permitidos e os proveitos faturados foram de 253M€ ativos e 104M€ em passivos.</p>
2021	EY	<p>Ativos de concessão</p> <p>A rubrica de AI representa os ativos construídos e/ou adquiridos ao abrigo dos contratos de concessão que o Grupo celebrou com o Estado Português e ascendem 4 123M€ (74% do valor do ativo). Para além da magnitude do valor, o rendimento anual obtido pelo Grupo está diretamente correlacionado com os saldos médios do ano daqueles ativos e, por isso, o reconhecimento inicial e a mensuração subsequente destes ativos foram consideradas matérias relevantes.</p>
		<p>Desvios tarifários</p> <p>O cálculo dos desvios tarifários é complexo e é baseado em dados provenientes de diversas fontes de informação, nomeadamente o Regulamento Tarifário do Setor Elétrico, o Regulamento Tarifário do Setor do Gás Natural e o Regulamento Tarifário da ERSE. A magnitude dos desvios tarifários apurados entre os proveitos permitidos e os proveitos faturados foram de 109M€ ativos e 375M€ em passivos.</p>

	Auditora	KAM	Descrição
2018	KPMG	Recuperabilidade do goodwill, outros AI e AFT	O goodwill (346M€), outros AI (293M€) e os AFT (2 044M€) apresentam valores de elevada magnitude e são alvo de testes de imparidade que, pela sua natureza, são complexos e subjetivos pois baseiam-se em planos de negócio que traduzem as estimativas, projeções financeiras e pressupostos não observáveis no mercado adotados pela Gestão.
		JV dos ativos biológicos	O JV dos ativos biológicos (120M€) é determinado com base num modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado que envolvem um elevado grau de estimativa e julgamento da Gestão.
		Impostos e matérias fiscais	As diversas transações têm uma complexidade inerente e requerem o exercício de julgamento na determinação do respetivo impacto fiscal. Simultaneamente, e ainda com o suporte dos pareceres dos assessores jurídicos, a estimativa de eventuais quantias a despende em eventuais contingências fiscais requer julgamento da Gestão, nomeadamente na avaliação do desfecho mais provável.
2019	KPMG	Recuperabilidade do goodwill, outros AI e AFT	O goodwill (345M€), outros AI (310M€) e os AFT (2 025M€) apresentam valores de elevada magnitude e são alvo de testes de imparidade que, pela sua natureza, são complexos e subjetivos pois baseiam-se em planos de negócio que traduzem as estimativas, projeções financeiras e pressupostos não observáveis no mercado adotados pela Gestão.
		JV dos ativos biológicos	O JV dos ativos biológicos (132M€) é determinado com base num modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado que envolvem um elevado grau de estimativa e julgamento da Gestão.
		Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	A aplicação da legislação fiscal às diversas transações e circunstâncias de tratamento fiscal incerto tem uma complexidade inerente e requer julgamentos na determinação e mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa. A estimativa das eventuais quantias a despende requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, o qual avalia a probabilidade de desfecho, suportado pelo parecer de assessores jurídicos e fiscais.
2020	KPMG	Recuperabilidade do goodwill, outros AI e AFT	O goodwill (331M€), outros AI (313M€) e os AFT (1 083M€) apresentam valores de elevada magnitude e são alvo de testes de imparidade que, pela sua natureza, são complexos e subjetivos pois baseiam-se em planos de negócio que traduzem as estimativas, projeções financeiras e pressupostos não observáveis no mercado adotados pela Gestão. <i>A evolução da conjuntura económica, bem como o controlo e monitorização da propagação da COVID-19 e respetivos efeitos criaram maior incerteza sobre as projeções financeiras que suportam a avaliação de imparidade.</i>
		JV dos ativos biológicos	O JV dos ativos biológicos (149M€) é determinado com base num modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado que envolvem um elevado grau de estimativa e julgamento do Conselho de Administração.
		Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	A aplicação da legislação fiscal às diversas transações e circunstâncias de tratamento fiscal incerto tem uma complexidade inerente e requer julgamentos na determinação e mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa. A estimativa das eventuais quantias a despende requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, o qual avalia a probabilidade de desfecho, suportado pelo parecer de assessores jurídicos e fiscais.
		Líbano - Economia hiperinflacionária	A crise económica e política que afetou o Líbano em 2020, o que levou a que esta geografia fosse classificada como economia hiperinflacionária. Deste modo, as entidades cuja moeda funcional é a libra libanesa tiveram que aplicar as IAS 19 e reexpressar as demonstrações financeiras por aplicação de um índice geral de preços do Líbano e, posteriormente transpostas à taxa de câmbio aplicável aos dividendos e repatriamento de capital.
2021	KPMG	Recuperabilidade do goodwill, outros AI e AFT	O goodwill (334M€), outros AI (345M€) e os AFT (1 733M€) apresentam valores de elevada magnitude e são alvo de testes de imparidade que, pela sua natureza, são complexos e subjetivos pois baseiam-se em planos de negócio que traduzem as estimativas, projeções financeiras e pressupostos não observáveis no mercado adotados pela Gestão.
		JV dos ativos biológicos	O JV dos ativos biológicos (147M€) é determinado com base num modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado que envolvem um elevado grau de estimativa e julgamento do Conselho de Administração.
		Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	A aplicação da legislação fiscal às diversas transações e circunstâncias de tratamento fiscal incerto tem uma complexidade inerente e requer julgamentos na determinação e mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa. A estimativa das eventuais quantias a despende requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, o qual avalia a probabilidade de desfecho, suportado pelo parecer de assessores jurídicos e fiscais.

Auditora	KAM	Descrição	
2018	PwC	Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	<p>O grupo detém investimentos em empreendimentos conjuntos (1 624M€) essencialmente referentes aos investimentos na ZOPT (684M€), com investimentos de 100M€ na Finstar, Mstar e Zap Media (angolanas e moçambicanas).</p> <p>O grupo detém ainda valorizado ao justo valor 99M€ em Fundos de Investimento de Capital de Risco, 368M€ em investimentos em associadas (dos quais 189M€ referentes a interesses detidos através da Sonae Sierra), bem como diversos empreendimentos conjuntos (910M€) detidos através da Sonae Sierra.</p> <p>Quer os investimentos em empreendimentos conjuntos quer os investimentos em associadas são registados pelo MEP e são efetuados testes de imparidade sempre que se verifiquem indícios, sendo para o efeito preparados planos de negócio que exigem a adoção de vários pressupostos não observáveis no mercado, estimativas e julgamentos.</p> <p>No caso das entidades detidas pela Sonae Sierra, o valor recuperável tem por base o preço estimado de venda que por sua vez deriva da valorização ao JV das propriedades de investimento, determinado por entidades externas especializadas. A determinação do valor recuperável para além de complexa, exige um elevado grau de julgamento pois envolve adoção de vários pressupostos, estimativas e previsões económicas e de mercado.</p>
		Imparidade de goodwill e outros ativos não correntes, exceto propriedades de investimento	<p>O goodwill (780M€), AFT (1 656M€) e AI sem vida útil definida são testados sempre que existem indícios de imparidade (no limite goodwill e AI testados anualmente). Em 2018, foram registadas 16M€ em perdas por imparidade adicionais e, por outro lado, foram efetuadas reversões de 14M€.</p> <p>A determinação da quantia recuperável é efetuada com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados (que envolve julgamentos significativos, estimativas e pressupostos baseados no plano estratégico de negócios).</p> <p>Para a maioria dos ativos imobiliários é efetuada uma avaliação por peritos externos, mas tendo em conta que não existe um mercado ativo associado requer igualmente um elevado grau de julgamento na determinação desse valor.</p>
		Mensuração subsequente de propriedades de investimento	<p>As propriedades de investimento (983M€) são mensuradas pelo justo valor, cuja determinação foi efetuada por entidades especializadas e independentes, cumprindo a metodologia de cálculo do <i>net asset value</i> (NAV) prevista pelo INREV (<i>European Association for Investors in Non-Listed Real Estate Vehicle s</i>).</p> <p>Para além do significativo grau de julgamento envolvido, a determinação destes valores é de extrema complexidade.</p>
		Litígios e contingências fiscais	<p>Os passivos contingentes divulgados incluem valores materiais relativos a posições fiscais incertas em Portugal para os quais tinham sido prestadas garantias ou fianças (1 183M€), parte das quais relativas a processos em tribunal associadas a liquidações de IVA (532M€).</p> <p>A classificação destes litígios enquanto passivo contingente ou provisão bem como a sua mensuração exige elevado grau de julgamento pois inclui processos de complexa avaliação e imprevisibilidade dos desfechos dos processos (dependem de potenciais desenvolvimentos futuros).</p>
		Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores	<p>O Grupo efetua um conjunto significativo de acordos com fornecedores que originam receitas comerciais provenientes de descontos de quantidade (contabilizados em Inventários como dedução ao preço de compra) e relativos a prestação de serviço em loja via produtos em folheto ou campanhas promocionais de produtos parceiros (dedução ao CMVMC).</p> <p>A classificação contabilística destas receitas dependem de uma análise detalhada dos termos contratuais e requer julgamento na respetiva classificação, estando suportadas em sistemas de informação específicos com tipologias pré-definidas de receitas comerciais.</p> <p>Considerada KAM pela materialidade dos valores apresentados, volume de transações envolvidas, julgamentos necessários para registo dos acordos celebrados com os fornecedores.</p>
		Tratamento contabilístico de transações significativas e não usuais	<p>O Grupo procedeu à aquisição do controlo (adquiriu 20% do número de ações representativas do capital) do Grupo Sierra e subsequente integração dos ativos e passivos da Sonae Sierra (como não foi efetivada a alocação do preço de aquisição dos ativos e passivos adquiridos, foi reconhecido um goodwill de 135M€).</p> <p>Adicionalmente, o Grupo alienou ativos afetos à atividade do retalho alimentar, as quais foram efetuadas conjuntamente com a celebração de contratos de locação operacional (operações de <i>sale and leaseback</i> de imóveis), tendo gerado mais valias líquidas de 37M€.</p> <p>Existem elevado grau de julgamento em ambas as operações: por um lado no que respeita a avaliação de controlo relativamente ao Grupo Sonae Sierra; por outro no que diz respeito à classificação das referidas locações e relevância dos impactos das referidas transações.</p>

2019	PwC	<p>Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas</p> <p>O grupo detém investimentos em empreendimentos conjuntos (1 391M€) essencialmente referentes aos investimentos na ZOPT (642M€), com investimentos de 53M€ na Finstar, Mstar e Zap Media (angolanas e moçambicanas).</p> <p>O grupo detém ainda valorizado ao justo valor 144M€ em Fundos de Investimento de Capital de Risco, 631M€ em investimentos em associadas (dos quais 401M€ referentes a interesses detidos através da Sonae Sierra), bem como diversos empreendimentos conjuntos detidos através da Sonae Sierra (16M€, dos quais 414M€ estão classificados como ativos não correntes detidos para venda).</p> <p>Em dezembro de 2019 foi conhecido o arresto das participações sociais da Finstar pela Procuradoria Geral de Angola, devido a investigações a um dos acionistas. Em fevereiro de 2020, a ZOPT verificou limitações à utilização de algumas das suas contas bancárias.</p> <p>Quer os investimentos em empreendimentos conjuntos quer os investimentos em associadas são registados pelo MEP e são efetuados testes de imparidade sempre que se verifiquem indícios, sendo para o efeito preparados planos de negócio que exigem a adoção de vários pressupostos não observáveis no mercado, estimativas e julgamentos.</p> <p>No caso das entidades detidas pela Sonae Sierra, o valor de realização tem por base o preço estimado de venda que por sua vez deriva da valorização ao JV das propriedades de investimento, determinado por entidades especializadas ou internamente pela Sonae Sierra (como ocorre no caso das propriedades de investimento localizadas no Brasil, detidas pela Aliance Sonae Shopping Centers).</p> <p>A determinação do valor recuperável para além de complexa, exige um elevado grau de julgamento pois envolve adoção de vários pressupostos, estimativas e previsões económicas e de mercado.</p>
		<p>Imparidade de goodwill e outros ativos não correntes, exceto propriedades de investimento</p> <p>O goodwill (679M€ dos quais 26M€ gerados em aquisições e 29M€ aquisições de subsidiárias), AFT (1 688M€) e AI sem vida útil definida (192M€) são testados sempre que existem indícios de imparidade (no limite goodwill e AI testados anualmente). Em 2019, foram registadas 5.2M€ em perdas por imparidade adicionais e, por outro lado, foram efetuadas reversões de 3.2M€.</p> <p>A determinação da quantia recuperável é efetuada com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados (que envolve julgamentos significativos, estimativas e pressupostos baseados no plano estratégico de negócios). Para a maioria dos ativos imobiliários é efetuada uma avaliação por peritos externos, mas tendo em conta que não existe um mercado ativo associado requer igualmente um elevado grau de julgamento na determinação desse valor.</p>
		<p>Mensuração subsequente de propriedades de investimento</p> <p>As propriedades de investimento (987M€) são mensuradas pelo justo valor, cuja determinação foi efetuada por entidades especializadas e independentes, tendo por base a aplicação de metodologias de avaliação de propriedades que utilizam pressupostos relevantes (taxa de desconto e projeção futura da operação dos centros comerciais).</p> <p>Para além do significativo grau de julgamento envolvido, a determinação destes valores é de extrema complexidade.</p>
		<p>Litígios e contingências fiscais</p> <p>Os passivos contingentes divulgados incluem valores materiais relativos a posições fiscais incertas em Portugal para os quais tinham sido prestadas garantias ou fianças (1 165M€), parte das quais relativas a processos em tribunal associadas a liquidações de IVA (534M€) e imposto sobre o rendimento (269M€).</p> <p>Encontram-se ainda em curso vários processos de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência (131M€).</p> <p>A classificação destes litígios enquanto passivo contingente ou provisão bem como a sua mensuração exige elevado grau de julgamento pois inclui processos de complexa avaliação e imprevisibilidade dos desfechos dos processos (dependem de potenciais desenvolvimentos futuros).</p>
		<p>Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores</p> <p>O Grupo efetua um conjunto significativo de acordos com fornecedores que originam receitas comerciais provenientes de descontos de quantidade (contabilizados em Inventários como dedução ao preço de compra) e relativos a prestação de serviço em loja via produtos em folheto ou campanhas promocionais de produtos parceiros (dedução ao CMVMC).</p> <p>A classificação contabilística destas receitas dependem de uma análise detalhada dos termos contratuais e requer julgamento na respetiva classificação, estando suportadas em sistemas de informação específicos com tipologias pré-definidas de receitas comerciais.</p> <p>Considerada KAM pela materialidade dos valores apresentados, volume de transações envolvidas, julgamentos necessários para registo dos acordos celebrados com os fornecedores.</p>
<p>Adoção da IFRS 16 - Locações</p> <p>A aplicação retrospectiva da IFRS 16 teve impactos significativos à data de transição, em 2018 e em 2019, o que fez com que os valores fossem reexpressos de acordo com o normativo. Dada a existência de um número elevado de contratos de locação foram implementados pelo grupo um conjunto de procedimentos de controlo interno com vista a assegurar a totalidade e exatidão dos respetivos registos contabilísticos, assim como sistemas de informação que suportassem os processamentos dos referidos movimentos.</p> <p>Foram registados direitos de uso de 1 060M€ (dos quais 16M€ relativos a direitos de uso retidos no âmbito de operações de sales and leaseback, tendo gerado mais valias líquidas no valor de 3,2M€) no ativo não corrente e passivos de locação de 1 191M€ no passivo não corrente e corrente.</p>		

2020	PwC	<p>Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas, exceto Sonae Sierra</p> <p>O Grupo detém interesses mensurados pelo MEP:</p> <ul style="list-style-type: none"> - no valor de 663M€ no empreendimento conjunto ZOPT o qual controla a NOS que por sua vez é detentora de participações nas entidades angolanas Finstar (30%) e ZAP Media (detida a 100% pela Finstar) e na moçambicana MSTAR (43M€); - no valor de 144M€ nas associadas Armilar II, Armilar III e Armilar I+I valorizadas ao justo valor. <p>Durante 2020 foi efetuado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - um arresto preventivo de ações representativas de 26,075% do capital da NOS detido pela ZOPT (com privação do exercício de voto e de recebimento de dividendos). - um arresto preventivo de ações representativas de 50% do capital da ZOPT detidas pelo parceiro no empreendimento conjunto; <p>Em agosto 2020, o Grupo comunicou a intenção dos acionistas da ZOPT em liquidar a sociedade, ainda que não tenham sido tomadas diligências para a mesma.</p> <p>Em janeiro 2021, existiu a notificação por parte de uma entidade bancária referindo ter o direito de exercer os direitos de voto de 17,35% do capital da ZOPT.</p> <p>São efetuados testes de imparidade aos investimentos sempre que existam indícios de imparidade, sendo par ao efeito preparados planos de negócio para a determinação da quantia recuperável.</p> <p>A determinação do valor recuperável do empreendimento conjunto e do justo valor das participadas das associadas para além de complexa é subjetiva e incerta pois exige um elevado grau de julgamento e envolve a adoção de vários pressupostos, estimativas e previsões económicas e de mercado.</p>
		<p>Imparidade de goodwill, AFT e AI</p> <p>O goodwill (671M€), AFT (1 695M€) e AI (413M€, dos quais 184M€ sem vida útil definida) são testados sempre que existem indícios de imparidade (no limite goodwill e AI testados anualmente). De um total de perdas por imparidade de 29.6M€ foram registados 9.4M€ em goodwill e 20.2M€ em ativos tangíveis e intangíveis.</p> <p>A determinação da quantia recuperável é efetuada com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados (que envolve julgamentos significativos, estimativas e pressupostos baseados no plano estratégico de negócios). Para a maioria dos ativos imobiliários é efetuada uma avaliação por peritos externos, mas tendo em conta que não existe um mercado ativo associado requer igualmente um elevado grau de julgamento na determinação desse valor.</p>
		<p>Mensuração de propriedades de investimento ao JV</p> <p>O Grupo detém propriedades de investimento (319M€) e um conjunto significativo de investimentos em empreendimentos conjuntos (112M€) e associadas detidas através da Sonae Sierra (515M€) que detêm direta ou indiretamente propriedades de investimento.</p> <p>Estas são mensuradas ao justo valor determinado por avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes.</p> <p>No caso das entidades detidas pela Sonae Sierra, o valor de realização tem por base o preço estimado de venda que por sua vez deriva da valorização ao JV das propriedades de investimento, determinado por entidades especializadas ou internamente pela Sonae Sierra (como ocorre no caso das propriedades de investimento localizadas no Brasil, detidas pela Aliance Sonae Shopping Centers).</p> <p>A determinação do justo valor tem por base a aplicação de metodologias de avaliação que utilizam pressupostos relevantes e, para além de complexa, exige um elevado grau de julgamento associada à incerteza em relação à sua realização futura.</p> <p><i>Em 2020, verificou-se um contexto de incerteza acrescida (maioria dos relatórios incluem incerteza material de avaliação) devido às medidas excecionais e temporárias adotadas na sequência da COVID-19, mais concretamente as medidas de confinamento que afetaram drasticamente as propriedades de investimento da Sonae Sierra que estavam valorizadas ao justo valor.</i></p>
		<p>Litígios e contingências</p> <p>Os passivos contingentes divulgados incluem valores materiais relativos a posições fiscais incertas em Portugal para os quais tinham sido prestadas garantias ou fianças (1 165M€), parte das quais relativas a processos em tribunal associadas a liquidações de IVA (534M€) e imposto sobre o rendimento (269M€).</p> <p>Encontram-se ainda em curso vários processos de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência (131M€).</p> <p>A classificação destes litígios enquanto passivo contingente ou provisão bem como a sua mensuração exige elevado grau de julgamento pois inclui processos de complexa avaliação e imprevisibilidade dos desfechos dos processos (dependem de potenciais desenvolvimentos futuros).</p>
		<p>Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores</p> <p>O Grupo efetua um conjunto significativo de acordos com fornecedores que originam receitas comerciais provenientes de descontos de quantidade ou relativos a prestação de serviço em loja via produtos em folheto ou campanhas promocionais de produtos parceiros.</p> <p>Considerada KAM pela materialidade dos valores apresentados, volume de transações efetuadas e o facto de a alocação aos inventários na componente serviço envolver processos manuais mais suscetíveis à ocorrência de erros.</p>

2021	PwC	<p>Mensuração do investimento na ZOPT, S.G.P.S., S.A.</p> <p>O Grupo detém interesses mensurados pelo MEP:</p> <ul style="list-style-type: none"> - no valor de 663M€ no empreendimento conjunto ZOPT o qual controla a NOS que por sua vez é detentora de participações nas entidades angolanas Finstar e ZAP Media e na moçambicana MSTAR, no valor de 44M€; Entre 2020 e 2021: - um arresto preventivo de ações representativas de 26,075% do capital da NOS detido pela ZOPT (com privação do exercício de voto e de recebimento de dividendos). - um arresto preventivo de ações representativas de 50% do capital da ZOPT detidas pelo parceiro no empreendimento conjunto; - penhora de ações representativas de 17,35% do capital da ZOPT; - notificação por parte de uma entidade bancária referindo ter o direito de exercer os direitos de voto de 17,35% do capital da ZOPT; - em agosto 2020, o Grupo comunicou a intenção dos acionistas da ZOPT em liquidar a sociedade, ainda que não tenham sido tomadas diligências para a mesma. <p>Relativamente à Finstar, 70% do seu capital encontra-se arrestado, tendo em janeiro de 2022 sido requerida pelo Ministério Público a substituição dos atuais fiéis depositários das empresas.</p> <p>São efetuados testes de imparidade aos investimentos sempre que existam indícios de imparidade, sendo par ao efeito preparados planos de negócio para a determinação da quantia recuperável.</p> <p>A determinação do valor recuperável do empreendimento conjunto e do justo valor das participadas das associadas para além de complexa é subjetiva e incerta pois exige um elevado grau de julgamento e envolve a adoção de vários pressupostos, estimativas e previsões económicas e de mercado.</p>
		<p>Imparidade de goodwill, AFT e AI</p> <p>O goodwill (732M€), AFT (1 681M€) e AI (443M€, dos quais 184M€ sem vida útil definida) são testados sempre que existem indícios de imparidade (no limite goodwill e AI testados anualmente).</p> <p>A determinação da quantia recuperável é efetuada com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados (que envolve julgamentos significativos, estimativas e pressupostos baseados no plano estratégico de negócios). Para a maioria dos ativos imobiliários é efetuada uma avaliação por peritos externos, mas tendo em conta que não existe um mercado ativo associado requer igualmente um elevado grau de julgamento na determinação desse valor.</p>
		<p>Mensuração de propriedades de investimento ao JV</p> <p>O Grupo detém propriedades de investimento (320M€) e um conjunto significativo de investimentos em empreendimentos conjuntos (117M€) e associadas detidas através da Sonae Sierra (524M€) que detém direta ou indiretamente propriedades de investimento.</p> <p>Estas são mensuradas ao justo valor determinado por avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes.</p> <p>No caso das entidades detidas pela Sonae Sierra, o valor de realização tem por base o preço estimado de venda que por sua vez deriva da valorização ao JV das propriedades de investimento, determinado por entidades especializadas ou internamente pela Sonae Sierra (como ocorre no caso das propriedades de investimento localizadas no Brasil, detidas pela Aliance Sonae Shopping Centers).</p> <p>A determinação do justo valor tem por base a aplicação de metodologias de avaliação que utilizam pressupostos relevantes e, para além de complexa, exige um elevado grau de julgamento associada à incerteza em relação à sua realização futura.</p>
		<p>Litígios e contingências</p> <p>Os passivos contingentes divulgados incluem valores materiais relativos a posições fiscais incertas em Portugal para os quais tinham sido prestadas garantias ou fianças (1 088M€), parte das quais relativas a processos em tribunal associadas a liquidações de IVA (463M€) e imposto sobre o rendimento (269M€).</p> <p>Encontram-se ainda em curso vários processos de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência (161M€).</p> <p>A classificação destes litígios enquanto passivo contingente ou provisão bem como a sua mensuração exige elevado grau de julgamento pois inclui processos de complexa avaliação e imprevisibilidade dos desfechos dos processos (dependem de potenciais desenvolvimentos futuros).</p>
		<p>Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores</p> <p>O Grupo efetua um conjunto significativo de acordos com fornecedores que originam receitas comerciais provenientes de descontos de quantidade ou relativos a prestação de serviço em loja via produtos em folheto ou campanhas promocionais de produtos parceiros.</p> <p>Considerada KAM pela materialidade dos valores apresentados, volume de transações efetuadas e o facto de a alocação aos inventários na componente serviço envolver processos manuais mais suscetíveis à ocorrência de erros.</p>
		<p>Ativos financeiros ao JV</p> <p>O Grupo detém instrumentos de capital não negociados em mercado organizado mensurados ao justo valor (164M€) e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (8M€) e ainda participações nas associadas Armilar II, Armilar III e Armilar I+I valorizadas ao justo valor e mensuradas pelo MEP (ganho de 30.3M€)+P90a+P76. A variação destes instrumentos representou um ganho de 67.5M€.</p> <p>A determinação do justo valor envolve a aplicação de metodologias de avaliação que utilizam pressupostos relevantes e requer a aplicação de julgamentos significativos da Gestão.</p>

	Auditora	KAM	Descrição
2018	PwC	Recuperabilidade de AFT e de Inventários - Imóveis	Os ativos imobiliários encontram-se registados em AFT (120M€) e em Inventários (56M€). Para além da magnitude, o grau de julgamento envolvido na avaliação da recuperabilidade dos referidos ativos é elevado pois requer a utilização de pressupostos que envolvem sempre alguma incerteza (previsões de fluxos de caixa, obtenção de comparáveis de mercado, taxas de crescimento, desconto e pressupostos de sensibilidade).
		Recuperabilidade do goodwill	O goodwill apresenta um valor expressivo (52M€) e o modelo de cálculo de imparidade adotado é complexo e com nível de julgamento significativo, tal como a identificação e agregação das unidades geradoras de caixa.
		Reconhecimento do rédito	O rédito resultante de contratos de construção de obras em curso ascende a 58M€ e o mapa de obras que o sustenta com base na percentagem de acabamento tem diversos pressupostos e estimativas associadas ao orçamento global de gastos da obra (incorridos e a incorrer). Dada a incerteza destas estimativas, é necessária uma contínua revisão das mesmas.
		Recuperabilidade dos AID	Encontram-se registados 23M€ em AID. Há um elevado grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos AID, pois requer a utilização de estimativas na projeção de resultados tributáveis futuros e na determinação de valores necessários à sua recuperação.
		Passivos Contingentes	Existem contingências de natureza fiscal relativamente às quais não foi constituída uma provisão pois a Gestão entende que não irão resultar perdas para o Grupo. No entanto, tal avaliação é complexa, requer julgamentos significativos e existe um nível de incerteza elevado associado ao respetivo desfecho.
2019	PwC	Recuperabilidade de AFT e de Inventários - Imóveis	Os ativos imobiliários encontram-se registados em AFT (112M€) e em Inventários (46M€). Para além da magnitude, o grau de julgamento envolvido na avaliação da recuperabilidade dos referidos ativos é elevado pois requer a utilização de pressupostos que envolvem sempre alguma incerteza (previsões de fluxos de caixa, obtenção de comparáveis de mercado, taxas de crescimento, desconto e pressupostos de sensibilidade).
		Recuperabilidade do goodwill	O goodwill apresenta um valor expressivo (34M€) e o modelo de cálculo de imparidade adotado é complexo, apresentando um nível de julgamento significativo, tal como a identificação e agregação das unidades geradoras de caixa.
		Adoção da IFRS 16 - Locações	O Grupo adotou a IFRS 16 no presente exercício, através do modelo retrospectivo modificado da informação comparativa, aplicando o grau de julgamento inerente ao conjunto de pressupostos e estimativas utilizadas nos termos da norma. O impacto desta adoção originou o reconhecimento de ativos sob o direito de uso (52M€), passivos de locação (62M€) e a correspondente variação negativa do capital próprio (11M€).
		Recuperabilidade dos AID	Encontram-se registados 21M€ em AID. Há um elevado grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos AID, pois requer a utilização de estimativas na projeção de resultados tributáveis futuros e na determinação de valores necessários à sua recuperação.
		Passivos Contingentes	Existem contingências de natureza fiscal relativamente às quais não foi constituída uma provisão pois a Gestão entende que não irão resultar perdas para o Grupo. No entanto, tal avaliação é complexa, requer julgamentos significativos e existe um nível de incerteza elevado associado ao respetivo desfecho.
		Instrumentos financeiros derivados	O Grupo expõe-se a riscos financeiros, essencialmente na variabilidade dos preços das commodities, o que resulta em riscos de preço de mercado cuja gestão é efetuada pela utilização de instrumentos financeiros derivados. A valorização é realizada com base em dados observáveis de mercado e com recurso a modelos de valorização complexos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que envolvem elevado grau de julgamento da Gestão na definição dos pressupostos a utilizar. Os saldos de balanço ascendem a 16M€ no ativo e 10M€ no passivo.
2020	PwC	n.a.	n.a.
2021	PwC	n.a.	n.a.

	Auditora	KAM	Descrição
2018	KPMG	Recuperabilidade do goodwill e AFT	O goodwill (377M€) e os AFT (1 239M€) apresentam valores de elevada magnitude e são alvo de testes de imparidade que, pela sua natureza, são complexos e subjetivos pois baseiam-se em planos de negócio que traduzem as estimativas, projeções financeiras e pressupostos não observáveis no mercado adotados pela Gestão.
		JV dos ativos biológicos	O JV dos ativos biológicos (120M€) é determinado com base num modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado que envolvem um elevado grau de estimativa e julgamento da Gestão.
		Impostos e matérias fiscais	As diversas transações têm uma complexidade inerente e requer o exercício de julgamento na determinação do respetivo impacto fiscal. Simultaneamente, e ainda com o suporte dos pareceres dos assessores jurídicos, a estimativa de eventuais quantias a despende em eventuais contingências fiscais requer julgamento da Gestão, nomeadamente na avaliação do desfecho mais provável.
2019	KPMG	Recuperabilidade do goodwill e AFT	O goodwill (377M€) e os AFT (1 250M€) apresentam valores de elevada magnitude e são alvo de testes de imparidade que, pela sua natureza, são complexos e subjetivos pois baseiam-se em planos de negócio que traduzem as estimativas, planos de investimento e pressupostos não observáveis no mercado adotados pela Gestão.
		JV dos ativos biológicos	O JV dos ativos biológicos (132M€) é determinado com base num modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado que envolvem um elevado grau de estimativa e julgamento da Gestão.
		Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	A aplicação da legislação fiscal às diversas transações e circunstâncias de tratamento fiscal incerto tem uma complexidade inerente e requer julgamentos na determinação e mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa. A estimativa das eventuais quantias a despende requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, o qual avalia a probabilidade de desfecho, suportado pelo parecer de assessores jurídicos e fiscais.
2020	KPMG	Recuperabilidade do goodwill e AFT	O goodwill (337M€) e AFT (1 184M€) apresentam valores de elevada magnitude e são alvo de testes de imparidade que, pela sua natureza, são complexos e subjetivos pois baseiam-se em planos de negócio que traduzem as estimativas, planos de investimento e pressupostos não observáveis no mercado adotados pelo Conselho de Administração. <i>A evolução da conjuntura económica, bem como o controlo e monitorização da propagação da COVID-19 e respetivos efeitos criaram maior incerteza sobre as projeções financeiras que suportam a avaliação de imparidade.</i>
		JV dos ativos biológicos	O JV dos ativos biológicos (149M€) é determinado com base num modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado que envolvem um elevado grau de estimativa e julgamento do Conselho de Administração.
		Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	A aplicação da legislação fiscal às diversas transações e circunstâncias de tratamento fiscal incerto tem uma complexidade inerente e requer julgamentos na determinação e mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa. A estimativa das eventuais quantias a despende requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, o qual avalia a probabilidade de desfecho, suportado pelo parecer de assessores jurídicos e fiscais.
2021	KPMG	Recuperabilidade do goodwill e AFT	O goodwill (337M€) e AFT (1 145M€) apresentam valores de elevada magnitude e são alvo de testes de imparidade que, pela sua natureza, são complexos e subjetivos pois baseiam-se em planos de negócio que traduzem as estimativas, planos de investimento e pressupostos não observáveis no mercado adotados pelo Conselho de Administração.
		JV dos ativos biológicos	O JV dos ativos biológicos (147M€) é determinado com base num modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado que envolvem um elevado grau de estimativa e julgamento do Conselho de Administração.
		Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	A aplicação da legislação fiscal às diversas transações e circunstâncias de tratamento fiscal incerto tem uma complexidade inerente e requer julgamentos na determinação e mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa. A estimativa das eventuais quantias a despende requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, o qual avalia a probabilidade de desfecho, suportado pelo parecer de assessores jurídicos e fiscais.